



pix
powered by Banco Central

Relatório de Gestão do Pix

Concepção e primeiros anos de funcionamento
2020–2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

IDEALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO

NÚMEROS

FUTURO

Relatório de Gestão do Pix

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte:
Relatório de Gestão do Pix, 2022.

Sumário

Apresentação, 4

1. Da Idealização à Implementação do Pix, 5

- 1.1 Mercado de pagamentos de varejo, 5
- 1.2 Experiência internacional, 6
- 1.3 A construção e o lançamento do Pix, 6
- 1.4 Pix e a agenda estratégica do BC, 9

2. Evolução do Pix no Biênio 2021/2022, 10

- 2.1 Funcionalidades para aumentar a conveniência dos usuários, 11
 - 2.1.1 Integração da agenda telefônica do celular, 11
 - 2.1.2 Agendamento de transações de forma obrigatória, 11
 - 2.1.3 Acessibilidade – O Pix é para todos, 11
- 2.2 Cobranças com vencimento, 12
- 2.3 Medidas de segurança, 12
 - 2.3.1 Limites de valor das transações, 12
 - 2.3.2 Bloqueio cautelar, 12
 - 2.3.3 Mecanismo Especial de Devolução (MED), 13
 - 2.3.4 Regras e mecanismos antifraude e de proteção de dados implantados no DICT, 13
- 2.4 Serviço de iniciação: o elo que conecta o Open Finance e o Pix, 13
- 2.5 Pix Saque e Pix Troco, 15
- 2.6 Aprimoramentos nas regras do Pix, 16
 - 2.6.1 Parcerias e terceirizações, 16
 - 2.6.2 Remuneração da Conta Pagamentos Instantâneos, 16

- 2.7 Comunicação e educação – O Pix contribuindo para a cidadania financeira, 17
 - 2.7.1 O Pix é novo, mas os golpes são antigos (#campanhacontragolpes, #essefilmevocêjáviu e #evitegolpes), 17
 - 2.7.2 #Pixparanegócios, 17
 - 2.7.3 #BCteExplica, 17

3. Pix em Números, 18

- 3.1 Transações, 18
- 3.2 Chaves Pix, 22
- 3.3 Usuários, 23
 - 3.3.1 Pessoas físicas, 23
 - 3.3.2 Pessoas jurídicas, 25
- 3.4 Participantes, 25
- 3.5 O Pix inserido no mercado de pagamento de varejo, 27

4. O Futuro do Pix, 27

- 4.1 Agenda evolutiva 2023, 27
 - 4.1.1 Pix Automático, 28
 - 4.1.2 Canal secundário para transações não prioritárias, 28
 - 4.1.3 Mecanismos de segurança, 28
- 4.2 Visão de futuro, 28
 - 4.2.1 O Pix não para, 28
 - 4.2.2 A (r)evolução continua, 29

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

IDEALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO

NÚMEROS

FUTURO

APRESENTAÇÃO

Este Relatório aborda as razões que motivaram a criação do Pix e compartilha o caminho percorrido até o seu lançamento e os desafios enfrentados para disponibilizar à sociedade um meio de pagamento democrático, seguro e inovador. Além disso, como forma de dar transparência às ações do Banco Central do Brasil (BC) e de prestar contas à sociedade, o Relatório descreve como o Pix se insere no contexto da revolução tecnológica e da agenda estratégica do BC; apresenta seus objetivos e principais entregas; e consolida e apresenta os dados estatísticos de uso do Pix, desde o seu lançamento até dezembro de 2022. Evidencia, ainda, as ações que serão desenvolvidas ao longo dos próximos anos para aperfeiçoar as funcionalidades e os produtos já disponíveis e para criar novas funcionalidades e novos produtos que ampliem os casos de uso cobertos pelo Pix.

O Relatório de Gestão do Pix está estruturado sob quatro perspectivas:

Idealização e Implementação

O Capítulo 1 reflete sobre as razões que levaram o BC a desenvolver uma solução de pagamento que representasse o alcance de diversos objetivos públicos, que promovesse maior eficiência e maior competição no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e que gerasse valor para a sociedade. Para tanto, o capítulo destaca as lacunas presentes nos meios de pagamento disponíveis no Brasil previamente ao lançamento do Pix; o modo como o Pix se insere no contexto de transformação tecnológica vivido por pessoas, por empresas e por governos; a influência de experiências internacionais na construção da solução brasileira; e os detalhes do desenho, da implementação e do lançamento do Pix.

Evolução do Pix no Biênio 2021/2022

O Capítulo 2 detalha produtos, funcionalidades e iniciativas que foram desenvolvidas e lançadas ao longo de 2021 e de 2022. Esse capítulo destaca algumas funcionalidades desenvolvidas para aumentar a conveniência dos usuários, a cobrança com vencimento, o lançamento do Pix Saque e do Pix Troco, a criação de novas medidas de segurança e a possibilidade de atuação do iniciador de pagamentos no Pix, além de aprimoramentos de outras regras.

Pix em Números

O Capítulo 3 apresenta os dados sobre o uso do Pix, incluindo estatísticas de transações, chaves Pix, usuários, participantes e do mercado de pagamentos de varejo. Esse capítulo também traz várias curiosidades sobre o Pix: você saberia dizer qual o valor mais alto de um Pix realizado?

O Futuro do Pix

O Capítulo 4 trata sobre a agenda evolutiva do Pix, trazendo aspectos sobre novas funcionalidades e produtos que poderão ser criados para simplificar ainda mais a realização de pagamentos, como os pagamentos recorrentes de forma automática. O capítulo também aborda o desenvolvimento de ações que visam ampliar a adesão de funcionalidades já existentes e apresenta a visão de futuro do Pix, trazendo *spoilers* do que ainda está por vir.

O Pix já se consolidou como um dos principais instrumentos de pagamento do Brasil e passou a fazer parte do dia a dia dos brasileiros. Esse sucesso é resultado do trabalho do corpo técnico de servidores públicos do BC, bem como de colaboradores de todas as instituições envolvidas, que construíram o Pix a múltiplas mãos e que deram início a essa revolução que está apenas começando.

Boa leitura!

1. Da Idealização à Implementação do Pix

1.1 Mercado de pagamentos de varejo

Desde a reestruturação do SPB, em 2002, o Brasil tem sido reconhecido por ter um sistema de pagamentos robusto e eficiente, tendo o BC um papel relevante nessa evolução. A partir da publicação da Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013, o BC recebeu o mandato legal para assegurar a solidez, a eficiência e o regular funcionamento dos arranjos de pagamento e das instituições de pagamento, e para adotar medidas para promover a competição, a inclusão financeira e a transparência na prestação de serviços de pagamentos.

Para exercer essa competência, foram estabelecidas diretrizes, por meio da Resolução CMN 4.282, de 4 de novembro de 2013, que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do SPB. Dentre os objetivos previstos na norma para a atuação do BC, destacam-se a inovação nos arranjos de pagamento, a diversidade de modelos de negócios, o acesso não discriminatório aos serviços e às infraestruturas, e o atendimento às necessidades dos usuários finais.

Nos últimos anos, o setor financeiro e de serviços de pagamento tem desenvolvido novos modelos de negócio e soluções inovadoras como consequência da intensificação na adoção de novas tecnologias por pessoas, empresas e governo, evidenciada, por exemplo, pela popularização dos *smartphones* e de aplicativos, pela utilização de tecnologias de reconhecimento biométrico (impressão digital, reconhecimento facial etc.), pela implementação de processos de aprendizado de máquinas (*machine learning*) e pelo aumento na capacidade de processamento de grandes conjuntos de dados (*big data*).

No entanto, em 2019, o dinheiro em espécie ainda era o meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros. Pesquisa sobre os hábitos de uso de meios de pagamento revelou que 77% das transações realizadas pelos brasileiros utilizavam o dinheiro em espécie¹ como meio de pagamento. Evidências empíricas apontam que o dinheiro em espécie é um dos meios de pagamento com custo social mais elevado.² Apesar de as pessoas não perceberem diretamente esse custo associado ao dinheiro em espécie, é extremamente

caro produzi-lo, armazená-lo, distribuí-lo e destruí-lo. Além disso, existem elevados custos associados à segurança e à movimentação de dinheiro em espécie por empresas varejistas que aceitam o dinheiro como forma de pagamento. Todos esses custos acabam sendo incorporados nos preços dos serviços bancários e de pagamentos e, conseqüentemente, nos preços finais de bens e serviços. O dinheiro em espécie possui, ainda, outras limitações, como a impossibilidade de uso no comércio eletrônico, que é cada vez mais relevante no país, bem como a inviabilidade de parcelamento de pagamentos.

Adicionalmente, diagnóstico realizado pelo BC identificou que outros meios de pagamento, inclusive os meios eletrônicos, apresentavam lacunas relevantes, principalmente em termos de conveniência e de custos para os usuários finais.

A seguir, apresentam-se as principais lacunas identificadas em cada meio de pagamento:

- Cheque: inconveniência em relação à impressão e ao transporte de folhas de cheque; o recebimento do montante depende do prazo de compensação e de liquidação; processamento com custo alto para o sistema financeiro; aceitação limitada; experiência de uso demanda o preenchimento de diversas informações.
- Cartão pré-pago: custo proporcional elevado para recebedores (taxa de desconto); uso limitado para transferências entre pessoas; aceitação em estabelecimentos comerciais depende de dispositivo específico (maquininha).
- Cartão de débito: custo proporcional elevado para recebedores (taxa de desconto); uso limitado para transferências entre pessoas; aceitação em estabelecimentos comerciais depende de dispositivo específico (maquininha); aceitação limitada no comércio eletrônico.
- Cartão de crédito: custo elevado para pagadores (anuidade) e para recebedores (taxa de desconto); demora no recebimento dos recursos pelos estabelecimentos comerciais (em média 28 dias), resultando em custos financeiros de *float* e de antecipação de recebíveis; uso limitado para transferências entre pessoas; aceitação em estabelecimentos comerciais depende de dispositivo específico (maquininha).
- Documento de Crédito (DOC): instrumento não inerentemente de compra; não utilizado no comércio eletrônico; custo elevado para pagadores (taxa de serviço); disponibilidade restrita a um período

específico do dia; iniciação demanda conhecimento e digitação de grande quantidade de informações; liquidação acontece no dia útil seguinte à realização da transação; transações têm limite de valor de até R\$4.999,99.

- Transferência Eletrônica Disponível (TED): em comparação ao DOC, apresenta as vantagens de não ter limite de valor e de sua liquidação ocorrer no mesmo dia, mas apresenta todas as outras limitações listadas para o DOC.
- Transferência dentro de uma mesma instituição: em comparação à TED, apresenta a vantagem de ter disponibilidade plena (24 horas por dia em todos os dias do ano). Contudo, diferentemente da TED e do DOC, tanto o pagador quanto o recebedor precisam ser clientes da mesma instituição para que a transação se concretize.
- Boleto: liquidação ocorre no dia útil seguinte à realização da transação; custo elevado para recebedores; não se presta a transferência entre pessoas; dificuldades para conciliação; inconvenientes no uso (digitação ou leitura de código de barra em dispositivo específico).
- Convênio de arrecadação: desvantagens similares às do boleto. No entanto, a depender da negociação entre as partes, os convênios podem ter um custo menor para os recebedores e disponibilização mais rápida dos recursos. Por outro lado, não permitem pagamentos por meio de qualquer instituição, e o processo de contratação do convênio é caro e demorado.
- Débito em conta (débito direto ou débito automático): possibilidade de realização de cobranças indevidas e sem autorização; normalmente é utilizado apenas para pagamentos de serviços de concessão pública (água, luz, telefone etc.); está disponível apenas por meio do estabelecimento de convênio; alta complexidade operacional para recebedores; falta de padronização entre diferentes instituições; dificuldade na oferta do serviço por instituições menores.

Em resumo, o contexto à época era de uso excessivo de dinheiro em espécie no país, com conseqüente ineficiência no mercado de pagamentos de varejo em razão dos elevados custos sociais derivados desse uso e das lacunas presentes nos meios eletrônicos de pagamento existentes antes do lançamento do Pix, que restringiam a diminuição do uso do dinheiro em espécie. Adicionalmente, acontecia a revolução digital, com adoção de novas tecnologias pela população, e a possibilidade de serviços de pagamento atuarem como fortes indutores para inclusão financeira. Em uma perspectiva global, havia o contexto de desenvolvimento e de implantação de sistemas de pagamentos instantâneos em diversos países do mundo. No contexto doméstico, apesar da sinalização do BC, havia um imobilismo do mercado no desenvolvimento de uma solução

¹ O relatório com os principais resultados da pesquisa está disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Publicacoes_SPB/Relatorio_Decem_2157_2021.pdf.

² Ver, por exemplo: Banco Central do Brasil. *Custo e eficiência na utilização de instrumentos de pagamento de varejo, julho de 2007*; Banco de Portugal. *Estudo sobre os custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em Portugal, outubro de 2016*; e Humphrey, D.; Willenson, M.; Lindblon, T.; Gerghendahl, G. *What does it cost to make a payment? Review of Network Economics*, vol. 2, n. 2, junho de 2003.

de pagamentos instantâneos interoperável. Assim, o BC decidiu assumir o papel de liderança na criação de um novo meio eletrônico de pagamento, com o objetivo de tornar o mercado de pagamentos de varejo brasileiro mais eficiente, seguro, competitivo e inclusivo.

Mais especificamente, o Pix foi criado com os seguintes objetivos:

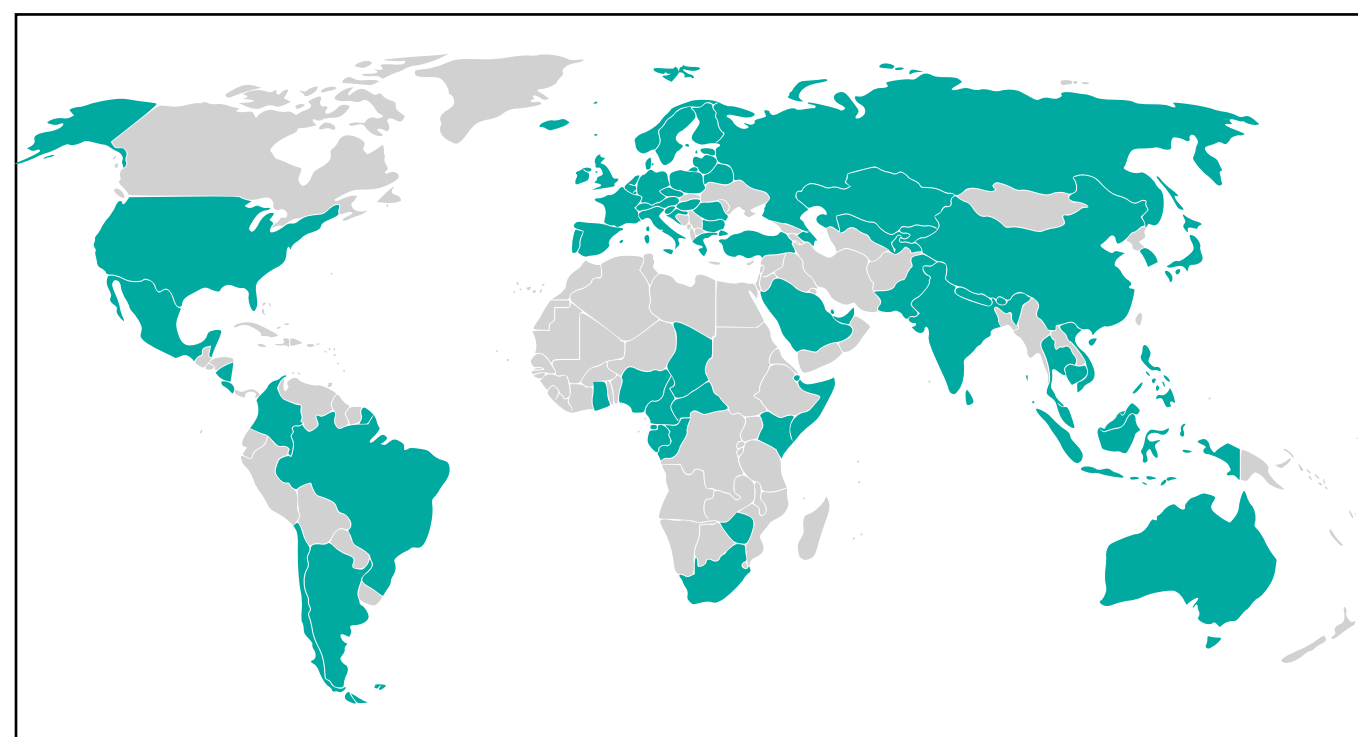
- diminuir o uso de dinheiro em espécie e promover maior digitalização dos meios de pagamento;
- fomentar a competição e promover a eficiência do mercado de pagamentos de varejo;
- incentivar a inovação e viabilizar novos modelos de negócio, não apenas na indústria financeira e de pagamentos, mas também nas demais atividades da economia real;
- democratizar o acesso a meios eletrônicos de pagamento e contribuir para a inclusão financeira e digital;
- reduzir o custo das transações eletrônicas; e
- oferecer uma experiência, no uso de meios eletrônicos, simples, segura e sem fricções.

1.2 Experiência internacional

A partir da implantação do primeiro sistema de pagamentos instantâneos em 2001, na Coreia do Sul, diversas outras iniciativas se proliferaram em todo o mundo (Figura 1).³ Publicação de março de 2023 aponta que mais de 60 jurisdições já possuem serviços de pagamentos instantâneos, e há previsão de novos lançamentos em outras jurisdições nos próximos anos.

O BC, ao assumir a liderança do projeto de implementação do ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro, buscou, por meio do estudo da experiência internacional, compreender melhor as características e conhecer as lições aprendidas das principais soluções de pagamentos instantâneos implementadas no mundo para subsidiar suas decisões a respeito do modelo a ser implementado no Brasil.

Figura 1 – Mais de 60 países possuem sistemas de pagamentos instantâneos



Austrália, Singapura, Dinamarca, Índia, Reino Unido, Suécia, União Europeia, Estados Unidos, Itália e México foram as jurisdições selecionadas para serem estudadas entre os principais arranjos de pagamentos instantâneos já consolidados no mundo. Entre as jurisdições estudadas, algumas foram selecionadas para realização de visita técnica: México, Estados Unidos, Austrália, Dinamarca, Suécia e Reino Unido. Foram abordadas questões como tipo de instituidor do arranjo (mercado ou órgão regulador), custos de implantação, casos de uso, formas de iniciação, características relevantes para o usuário final e para os prestadores de serviços de pagamento, e papel da autoridade regulatória em relação ao arranjo. O principal objetivo do trabalho foi analisar possíveis soluções que preenchessem as lacunas dos arranjos de pagamentos existentes e capturassem oportunidades para o aperfeiçoamento do sistema de pagamentos de varejo no Brasil.

O conhecimento da experiência internacional permitiu identificar padrões e tendências nas soluções implementadas. O BC buscou internalizar os aspectos de sucesso e evitar incorrer nas fragilidades já identificadas, sempre adaptando as características das soluções estudadas para a realidade brasileira. Os diversos modelos de ecossistemas de pagamentos instantâneos são muito influenciados por necessidades específicas de cada jurisdição, e até por aspectos culturais, de forma que não existe um modelo ideal a ser seguido. Independentemente disso, o conhecimento da experiência internacional foi fundamental para o desenho e para a construção do ecossistema brasileiro.

1.3 A construção e o lançamento do Pix

Pode-se dizer que a construção do Pix faz parte do processo permanente do BC de acompanhar, de exercer a vigilância e de regular o SPB. Desde a elaboração e a publicação do Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil, em 2005, o BC busca promover um mercado de pagamentos de varejo competitivo, eficiente, seguro e inclusivo. Desde essa época, o BC participa ativamente dos principais fóruns internacionais de discussão sobre sistemas de pagamento, notadamente no âmbito do Comitê de Pagamentos e Infraestruturas do Mercado (CPMI) do Banco de Compensações Internacionais (BIS), fórum internacional de bancos centrais para a promoção, o controle e a realização de recomendações sobre a segurança e a eficiência dos pagamentos e das infraestruturas de mercado financeiro.

Em 2014, logo após a promulgação da Lei 12.865, de 2013, o BC publicou o Relatório de Vigilância do SPB 2013,⁴ em que divulgou as políticas de vigilância que direcionavam as ações do BC na promoção da eficiência e da segurança no SPB, e na busca pelo efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades. Entre as políticas delineadas, estavam a “ampliação dos serviços de pagamentos móveis, pelo alto potencial para promover a inclusão financeira” e o fomento de “soluções que permitam, a baixo custo, pagamentos de varejo em tempo real e ininterruptos, sendo desejável que os recebedores possam ter os valores pagos disponibilizados imediatamente em sua conta”. Foi a primeira vez que o BC se manifestou publicamente sobre os “pagamentos de varejo em tempo real e ininterruptos”, que logo passaram a ser conhecidos como “pagamentos instantâneos”, incentivando o desenvolvimento de uma solução aberta e interoperável pela indústria. Já nessa época, diversas soluções estavam sendo construídas e implementadas em diversos países, com amplo acompanhamento e discussões no CPMI.

Em 2016, o BC atuou novamente para incentivar o desenvolvimento de uma solução aberta de pagamentos instantâneos no Brasil. O BC promoveu um *workshop* internacional sobre pagamentos instantâneos, no âmbito do fórum para assuntos relacionados a arranjos e instituições de pagamento, em que compartilhou com a indústria brasileira a experiência de alguns países na implementação de soluções desse tipo.

Apesar de terem surgido inovações na prestação de serviços de pagamentos que viabilizaram, por exemplo, pagamentos móveis por QR *Code*, esses modelos adotaram um formato fechado, em que ambos os usuários (pagador e recebedor) precisam ser clientes de uma mesma instituição. Por outro lado, já em 2018, a dificuldade de coordenação, decorrente da ausência de mobilização do mercado, deixava evidente que os agentes privados não conseguiriam, por si

3. Ver BIS. *Project Nexus: Enabling instant cross-border payments*. 2023. Disponível em: [Nexus: enabling instant cross-border payments \(bis.org\)](https://www.bis.org/publications/project-nexus-enabling-instant-cross-border-payments).

4. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/spb_docs/RELATORIO_DE_VIGILANCIA_SPB2013.pdf.

só, implantar uma solução aberta de pagamentos instantâneos. Nesse contexto, e considerando tratar-se de uma indústria complexa e com multiplicidade de interesses específicos, o BC, como instituição neutra, assumiu para si a liderança no desenvolvimento dos pagamentos instantâneos e da respectiva infraestrutura tecnológica, levando ao conjunto de arranjos de pagamentos que hoje conhecemos por Pix.

A primeira etapa para o desenvolvimento dos pagamentos instantâneos no Brasil teve início com a constituição do Grupo de Trabalho – Pagamentos Instantâneos (GT-PI), com o objetivo de manter um diálogo amplo com o mercado sobre o tema. O GT-PI, aberto para participação de qualquer instituição ou indivíduo interessado, contou com mais de 130 participantes. O diálogo foi conduzido de forma aberta e transparente, sob a forma de consultas públicas interativas, com a publicação das opiniões de todos os agentes envolvidos no *site* do BC.⁵

Como resultado do trabalho do GT-PI, foram definidos os requisitos fundamentais do Pix, aprovados pela Diretoria Colegiada do BC e divulgados por meio do Comunicado 32.927, de 21 de dezembro de 2018, o qual estabeleceu as características básicas do ecossistema de pagamentos instantâneos, incluindo a governança para a definição de regras, as formas de participação, a infraestrutura centralizada de liquidação, os serviços de conectividade e o provimento de liquidez. Também foi por meio desse comunicado que o BC se posicionou oficialmente como a instituição líder do processo de desenvolvimento e implantação do Pix, definindo seu papel de instituidor do arranjo e de operador das plataformas centralizadas.

Dada a experiência exitosa com o modelo de construção conjunta adotado no GT-PI, em março de 2019 foi criado o Fórum Pix,⁶ um comitê consultivo permanente que se reúne regularmente para discutir aspectos relativos à definição de regras, de padrões, de produtos, de requisitos técnicos, de mensageria e de segurança, com o objetivo de subsidiar o BC no papel de definidor das regras do Pix. O Fórum Pix é composto por quatro grupos de trabalho (GT) temáticos,⁷ dos quais participam representantes dos participantes do Pix, de associações representativas de instituições financeiras, de instituições de pagamento e de usuários finais do Pix, e de qualquer outra instituição interessada que atua no mercado de pagamentos de varejo. Esse ambiente aberto e colaborativo proporciona transparência às decisões tomadas pelo BC e representatividade aos diversos agentes de mercado e aos representantes da sociedade civil, garantindo uma visão mais ampla na definição das especificações técnicas e na criação das novas funcionalidades do Pix.

⁵ Ver: Grupo de trabalho – Pagamentos Instantâneos (bcb.gov.br).

⁶ Instituído por meio da Portaria 102.166, de 19 de março de 2019, disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67765121/do2-2019-03-20-portaria-n-102-166-de-19-de-marco-de-2019-67764964.

⁷ Os grupos de trabalho no âmbito do Fórum Pix são: GT Negócios, GT Padronização e Requisitos Técnicos, GT Mensagens PI e Grupo Estratégico de Segurança (GE-SEG).

Além de se posicionar como o responsável pela definição das regras do Pix, o BC também decidiu ser o desenvolvedor, o operador e o gestor da infraestrutura tecnológica que sustenta o Pix, formada pela plataforma central de liquidação, denominada Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), e pela base centralizada de dados vinculados às chaves Pix, denominada Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT).

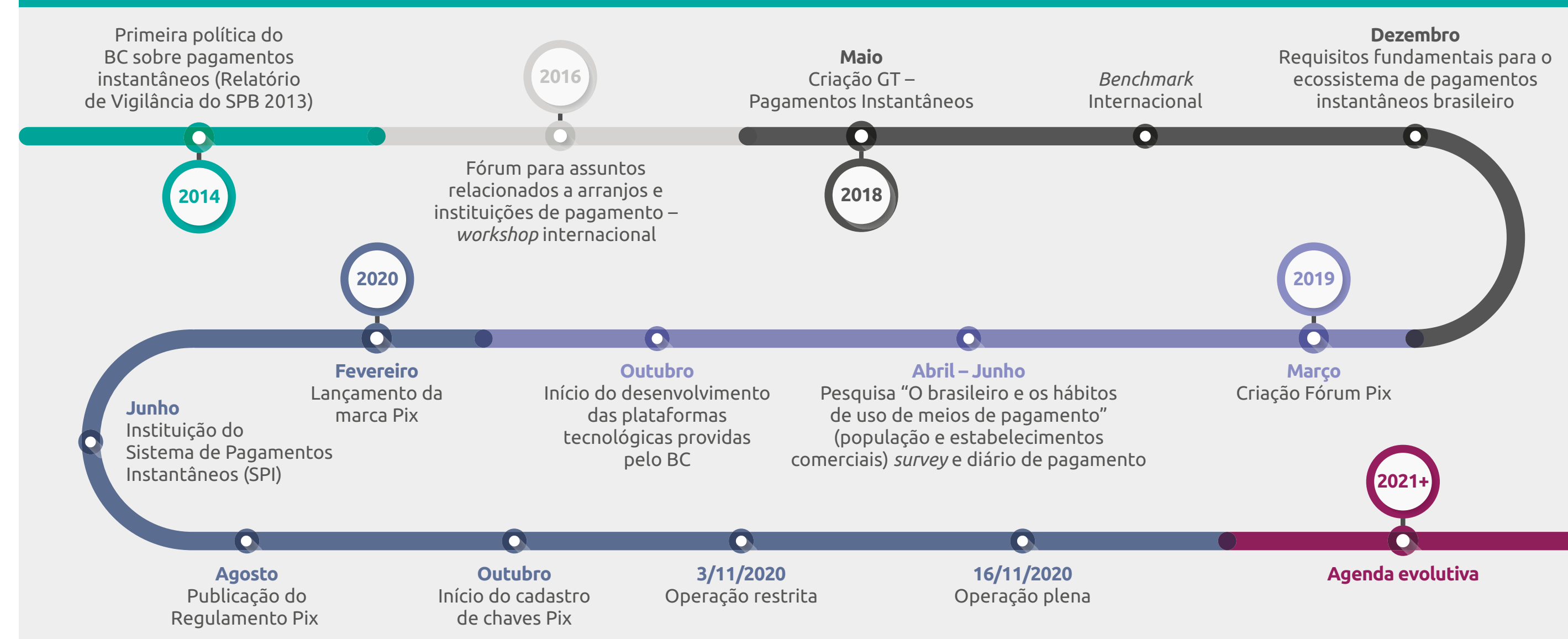
Em outubro de 2019, o BC iniciou o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica do Pix. Após um processo de consulta pública, em 12 de agosto de 2020 foi publicado o Regulamento do Pix, por meio da Resolução BCB 1, e todos os documentos complementares que o compõem, divulgando as regras de funcionamento e as especificações técnicas do Pix. Em 5 de outubro de 2020, um ano após o início do desenvolvimento dos sistemas, e antes da entrada em funcionamento do Pix, foi iniciado o cadastramento das chaves Pix pelos usuários finais, atingindo mais de 25 milhões de registros de chaves nos primeiros dias de disponibilização. Em 3 de novembro de 2020, começou a operação restrita, quando as instituições participantes do Pix disponibilizaram a uma parcela reduzida de seus clientes a opção de fazer um Pix, a fim de iniciarem a operação de forma gradativa, permitindo os ajustes finais nos sistemas do BC e das instituições participantes do Pix. Finalmente, em 16 de novembro de 2020, o Pix entrou em operação plena, colocando o Brasil no rol de países com

um sistema de pagamentos instantâneos em funcionamento e iniciando uma grande mudança no contexto de pagamentos de varejo no Brasil.

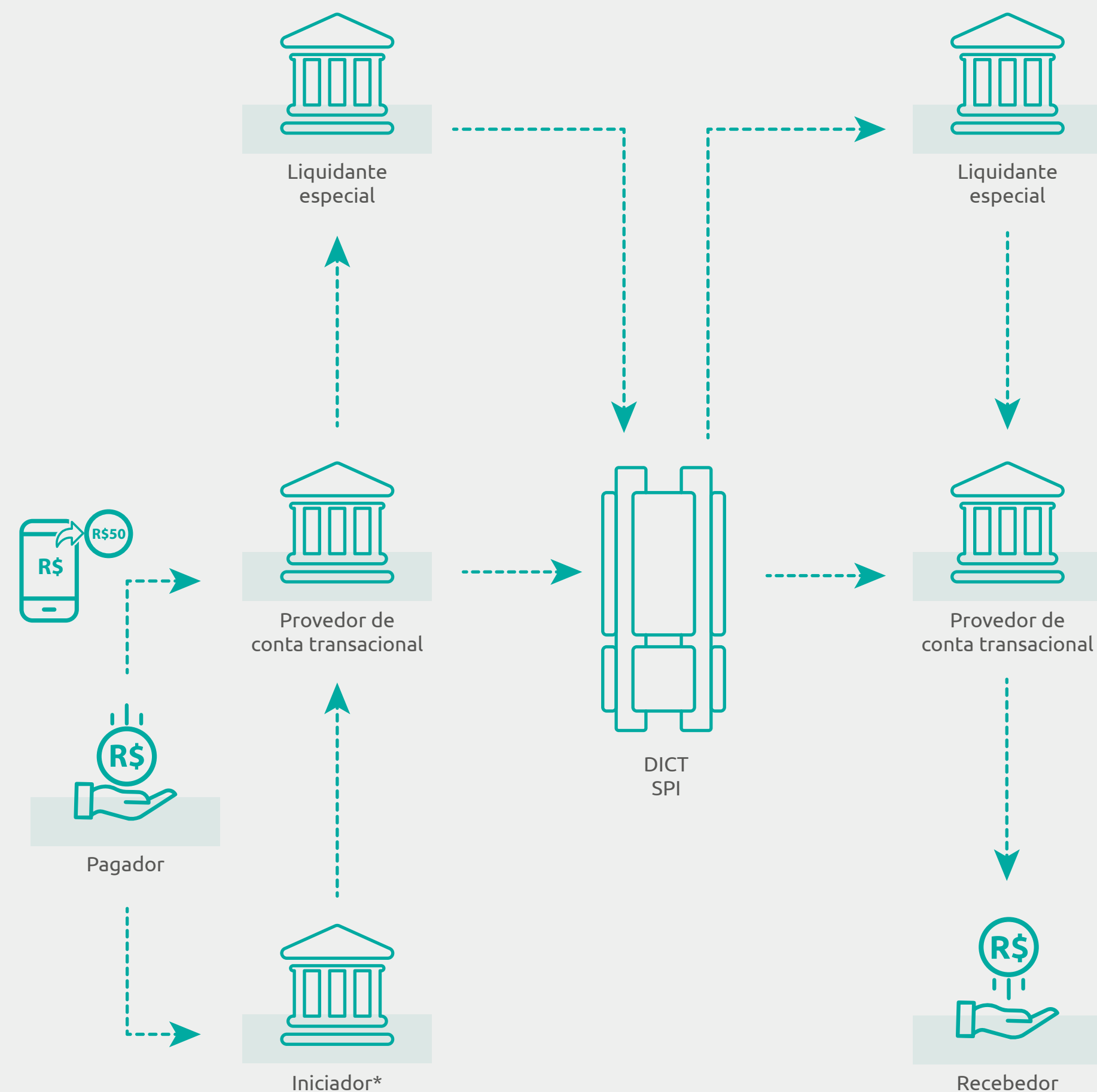
Desde novembro de 2020, uma transação Pix pode ser realizada a partir de conta-corrente, conta-poupança ou conta de pagamento pré-paga. Pessoas, empresas e entes governamentais podem realizar transferências ou pagamentos em poucos segundos, a qualquer hora ou dia, utilizando um aplicativo no celular ou *internet banking* da sua instituição de relacionamento.

No ecossistema Pix, estão inseridos, portanto: o pagador, que, acessando sua conta provida pela instituição financeira ou instituição de pagamento participante do Pix, inicia a transação que pode trafegar por meio da infraestrutura do BC – os recursos chegam à ponta recebedora por meio da instituição detentora de sua conta; o liquidante especial, que presta exclusivamente serviço de liquidação para outros participantes do Pix, os quais não acessam diretamente a infraestrutura de liquidação provida pelo BC (SPI); e o iniciador, que presta exclusivamente o serviço de iniciação da transação ao usuário final em uma conta detida por outra instituição. As instituições que participam do Pix na modalidade provedor de conta transacional podem acessar a infraestrutura do BC (SPI e DICT) direta ou indiretamente (por meio de outro participante que lhe forneça o serviço).

INFOGRÁFICO 1 Linha do tempo de criação do Pix



INFOGRÁFICO 2 Ecosistema Pix



* Interface com Open Finance, passou a integrar o ecossistema Pix em out/21.

Em poucos meses de operação, o Pix se tornou um sucesso entre os brasileiros, ganhando destaque nos meios de comunicação e quebrando recordes de adoção em comparação a qualquer outro meio de pagamento instantâneo implementado no mundo.

INFOGRÁFICO 3 Por que fazer um Pix se tornou tão popular no Brasil?

O Pix é:



Rápido

Dinheiro cai na conta em poucos segundos



Barato

Gratuito para as pessoas e custo mais baixo para empresas



Integrado

Informações da transação cursam junto com a ordem de pagamento, facilitando a conciliação, a automatização de processos e a integração de sistemas



Aberto

Pode ser oferecido por vários tipos de instituições (bancos tradicionais e digitais, fintechs, cooperativas etc.), ambiente competitivo e interoperável



Versátil

Viabiliza pagamentos em múltiplas situações (abordagem "qualquer caso de uso")



Disponível

24 horas por dia, todos os dias do ano, inclusive aos finais de semana e feriados



Fácil

Simple, intuitivo e centrado no uso de telefones celulares, seja por meio da utilização de chaves ou da leitura de QR Codes



Seguro

Transações cursam na Rede do Sistema Financeiro Nacional e estão submetidas a mecanismos robustos para garantir a segurança

1.4 Pix e a agenda estratégica do BC

A atual agenda estratégica do BC, denominada Agenda BC#, foi criada com o objetivo de promover a democratização financeira, por meio da definição de uma pauta de trabalho centrada na evolução tecnológica como forma de aprimorar questões estruturais do sistema financeiro e de pagamentos. A Agenda BC# está estruturada em seis dimensões: inclusão, competitividade, transparência, educação, sustentabilidade e excelência. O Pix está inserido nas ações de inovação que compõem a dimensão competitividade, que tem como objetivo incentivar a concorrência no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e no SPB, e buscar reduzir o custo dos instrumentos de pagamentos de varejo.

O ambiente aberto, que permite a participação de qualquer instituição⁸ que preste serviço de pagamento (bancos tradicionais, bancos digitais, *fintechs*, financeiras, cooperativas, entre outros), é uma característica fundamental do Pix, que proporciona mais competição e, conseqüentemente, serviços de maior qualidade e com menor preço para o consumidor. Evidência dessa maior competição é a baixa concentração de transações e de volume financeiro entre os participantes do Pix, indicando ausência de participantes com poder de mercado tanto na ponta pagadora quanto na ponta recebedora, conforme detalhado na seção 3.4.

Apesar de estar inserido na dimensão competitividade, o Pix também contribui para a consecução dos objetivos traçados no âmbito da dimensão inclusão. Sob essa perspectiva, o elevado grau de adoção do Pix em tão pouco tempo de existência demonstra que a população brasileira, em geral, tem sido bastante receptiva à nova forma de realizar pagamentos e transferências. Outro aspecto que merece destaque é a grande parcela da população que, nos doze meses anteriores ao lançamento do Pix, não havia realizado TED e hoje é usuária do Pix.⁹ Nesse sentido, o Pix vem colaborando para facilitar o acesso ao mercado de pagamentos, que é a porta de entrada para o sistema financeiro, para cidadãos e para empresas brasileiras.

O Pix, já nos seus primeiros anos, tem sido capaz de cumprir os objetivos perseguidos pela Agenda BC#. O propósito é que ele continue evoluindo e disponibilizando novas funcionalidades, para que o mercado de pagamentos de varejo se torne cada vez mais competitivo e inclusivo.

⁸ Vale destacar que existem requisitos mínimos, inclusive operacionais, que precisam ser atendidos para que essas instituições possam se tornar participantes do Pix.

⁹ Ver Banco Central do Brasil. *Relatório de Cidadania Financeira, 2021*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf; e Banco Central do Brasil. *O uso de TED e Pix pela população brasileira, in Relatório de Economia Bancária, 2021*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomibancaria>.

MARCA E ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Para que todos pudessem facilmente reconhecer o novo meio de pagamento, associá-lo às suas características e, assim, facilitar a sua adoção, foi imprescindível a criação de um único nome e uma marca forte. A marca do Pix, lançada em fevereiro de 2020, é baseada em tecnologia, transação e pixel, e representa a transposição dos limites do sistema financeiro, a comunicação entre os agentes de mercado e a solidez do pixel.

Além do desafio de criar uma marca simples, memorável e facilmente identificável, ela precisava ser amplamente divulgada. O BC tem utilizado o conceito de “estratégia de comunicação integrada”, que engloba planejamento de comunicação, criação universal da marca, relações públicas, assessoria de imprensa, promoção de eventos e campanhas de mídia social e *endomarketing*.

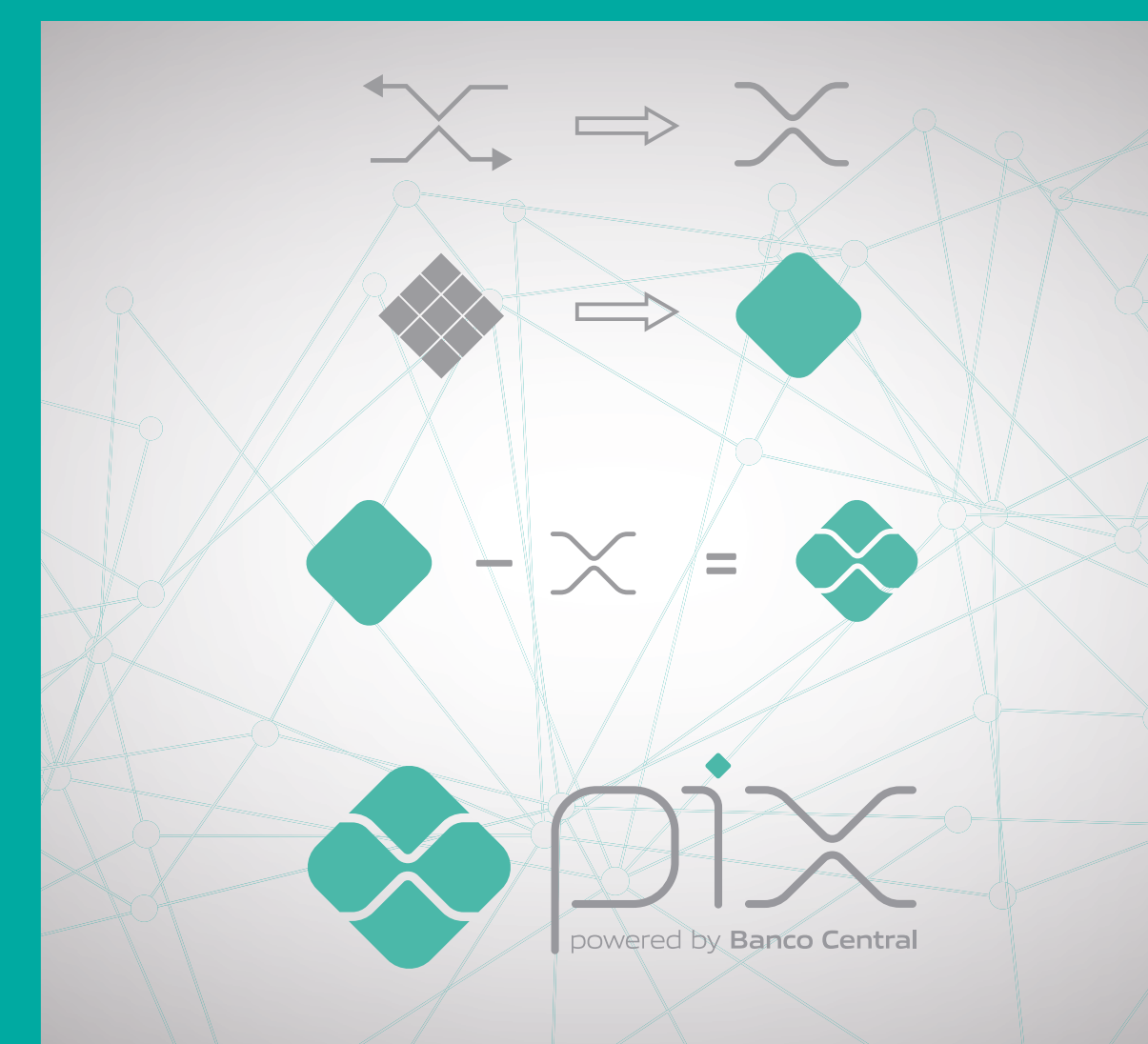
Nesse sentido, o BC coordenou esforços nas instituições participantes do Pix que renderam bons resultados para a divulgação da marca por múltiplos canais, como em aplicativos, *websites*, redes sociais, anúncios no rádio e TV, e em eventos públicos transmitidos ao vivo, como o “Conexão Pix”, que contou com duas séries de *webinars* voltados para empresas de TI e *startups*, instituições financeiras e de pagamentos, e agentes de varejo, e o “Círculo Pix”, com foco em regulação, marcas e especificidades relacionadas à tecnologia.

Especialistas do BC participaram de eventos com ramos da indústria, de *lives* e *podcasts* promovidos nos canais de mídia social, e foram estabelecidas parcerias com associações representativas do varejo e de outros segmentos que poderiam ser beneficiados com o uso do Pix. Antes do lançamento, além de vídeos publicados no YouTube, um conteúdo acessível a pessoas com deficiência auditiva foi produzido em parceria com o governo federal. No período de lançamento, a equipe do BC também se mobilizou para conceder mais de cinquenta entrevistas sobre as características do Pix, que reverberaram em mais de cem artigos em jornais, rádio e TV nacionais. O BC também fez uso de campanhas orgânicas de mídia social e

engajamento de influenciadores digitais, além de manter uma página no *site* do BC dedicada ao Pix e perguntas frequentes que são constantemente atualizadas com informações relevantes.¹⁰

A iniciativa de comunicação do Pix também buscou um relacionamento mais próximo com influenciadores digitais, que podem potencialmente atingir mais de vinte milhões de usuários focados em tecnologia, inovação, educação financeira e finanças. Os eventos de streaming do BC “Pix & Tech” e “Pix & Finanças” contaram com a participação de trinta influenciadores digitais e permitiram a disseminação de conteúdo relacionado ao Pix em diversas mídias.

Os resultados desses esforços combinados ajudaram na rápida adoção do Pix pela população e no sucesso de reconhecimento da marca. Em 2021, o terceiro termo mais buscado na categoria “Como fazer” do Google Trends foi “Como fazer um Pix?”. A marca Pix alcançou tamanho sucesso que ocupa a 22ª posição das marcas mais lembradas pelos brasileiros, conforme pesquisa realizada em 2022 pela agência de publicidade VMLY&R, que analisou 1.600 marcas do país.¹¹



¹⁰ A página do Pix está disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix/>, e a página de perguntas e respostas em <https://www.bcb.gov.br/meubc/faq/pix/>.

¹¹ Ver: <https://www.estadao.com.br/economia/pix-marca-supera-nubank/>.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

IDEALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO

NÚMEROS

FUTURO

PREMIAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DO PIX

As inovações trazidas pelo Pix foram reconhecidas em diversas premiações nacionais e internacionais:

Fintech & Regtech Global Awards 2021: vencedor na categoria Payment Innovation, em que foram avaliadas iniciativas de pagamento controladas ou supervisionadas por um banco central ou outro regulador financeiro que, com base no uso de uma nova tecnologia, resultaram em ganhos de eficiência, tanto em custos como em velocidade.

Prêmio Seleção Mobile Time: iniciativa *hors-concours* da edição de 2021, conferida, excepcionalmente, pelo seu caráter inovador e imenso impacto para a sociedade.

Academia iBest Brasil: melhor iniciativa do Brasil em ações digitais do governo em 2021, segundo votação do júri de especialistas. Já em 2022, o Pix venceu a mesma categoria e foi escolhido pelo júri popular e pela Academia.

Concurso Inovação no Setor Público: vencedor na categoria “Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Federal”, que incentiva a implementação de iniciativas inovadoras no Poder Executivo que contribuam para a melhoria dos serviços públicos.

Central Banking Awards 2022: premiado na categoria *Central Banking's Payments and Market Infrastructure Development – Retail*, com reconhecimento de papel essencial exercido na implementação de melhores práticas de pagamento para o varejo ou estruturas de mercado similares.

Prêmio BandNews 2022: 1º lugar no *ranking* das marcas mais admiradas do Brasil no setor de pagamentos.

Prêmio Faz Diferença: promovido pelo jornal O Globo em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), homenageia personalidades cujos méritos serviram de exemplo à sociedade brasileira. O presidente do BC recebeu o prêmio na categoria Economia pelo trabalho desenvolvido com o Pix.



2. Evolução do Pix no Biênio 2021/2022

O Pix iniciou sua operação em novembro de 2020, com uma agenda de lançamentos já programada para 2021, além de outras funcionalidades a serem priorizadas e desenvolvidas ao longo do tempo. Desde o seu lançamento, o Pix já ofertava a possibilidade de fazer um Pix imediato por meio do uso das chaves Pix (que podem ser número de telefone celular, *e-mail*, CPF, CNPJ ou chave aleatória),¹² da leitura de um QR Code ou da ação de copiar e colar o código de um QR Code (Pix Cópia e Cola). Essas formas de iniciação possibilitaram, desde o início, a transferência de recursos entre pessoas e o pagamento de compras e de faturas entre pessoas, empresas e entes governamentais. Agendar um Pix para liquidação em data futura também já era possível, mas a oferta pelos participantes era facultativa. Do ponto de vista dos recebedores, a API Pix (padronizada pelo BC) também foi disponibilizada desde o lançamento do Pix. Ela foi criada para facilitar e para automatizar a interação entre os sistemas das instituições participantes e os sistemas dos usuários finais, contemplando as funcionalidades de criação e de gestão de cobranças, de verificação de liquidação, de conciliação e de suporte a processos de devolução. É por meio dessa API padronizada que os estabelecimentos comerciais conseguem identificar instantaneamente, por meio da integração a seus sistemas de automação comercial, que os recursos oriundos de uma venda foram creditados em sua conta, permitindo o *checkout* rápido dos consumidores e melhorando a experiência de aceitação do Pix pelos estabelecimentos comerciais. Além disso, com a padronização da API Pix, o usuário que queira mudar de conta não precisa modificar seus sistemas de gestão para APIs diferentes, facilitando a mudança de uma instituição participante do Pix para outra, o que estimula a competição.

Além das funcionalidades colocadas à disposição da população desde o seu lançamento, o BC previu o desenvolvimento de novos produtos e soluções para os anos vindouros, a fim de viabilizar novos casos de uso para o Pix. O objetivo é fazer com que todos os pagamentos ou transferências realizados no Brasil, independentemente de seu valor, de sua finalidade e dos agentes envolvidos, possam ser efetivados por meio do Pix. Esse conjunto de novos produtos e soluções vem sendo chamado de “agenda evolutiva do Pix”.

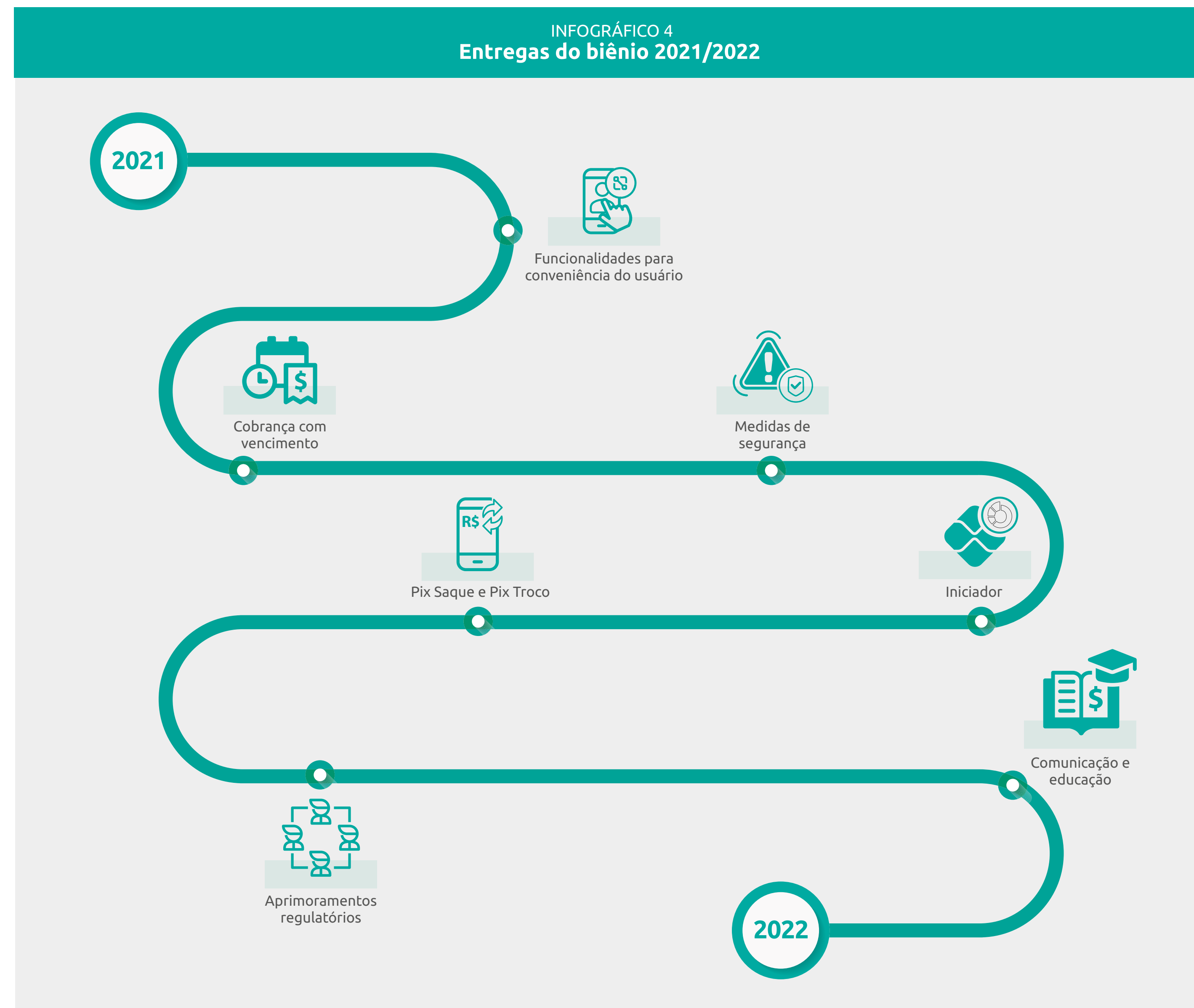
Complementarmente a essa agenda evolutiva, o acompanhamento contínuo do comportamento de uso do Pix e o diagnóstico das necessidades dos usuários fornecem informações relevantes para o desenvolvimento de novas

¹² Uma sequência alfanumérica gerada aleatoriamente que pode ser utilizada por usuários que não queiram vincular seus dados pessoais às informações de sua conta transacional.

funcionalidades e para o aperfeiçoamento de políticas e de regras, com a finalidade de ampliar a competitividade e assegurar os elevados padrões de operação e de

segurança do Pix. A combinação desses dois movimentos fez com que, já nos anos iniciais de operação, o Pix tivesse entregas e aperfeiçoamentos relevantes.

INFOGRÁFICO 4 Entregas do biênio 2021/2022



2.1 Funcionalidades para aumentar a conveniência dos usuários

2.1.1 Integração da agenda telefônica do celular

Desde março de 2021, as instituições participantes do Pix podem desenvolver soluções para integrar os aplicativos usados para fazer operações do Pix à agenda dos celulares dos clientes. Essa integração visa facilitar a identificação de quem cadastrou o número de celular ou *e-mail* como chave Pix, simplificando ainda mais a experiência do pagamento, pois elimina a necessidade de digitar manualmente a chave Pix de um recebedor salvo como contato na agenda telefônica do celular.

2.1.2 Agendamento de transações de forma obrigatória

A possibilidade de agendar um Pix, que era uma funcionalidade facultativa desde o lançamento, passou a ser obrigatória a partir de setembro de 2021. O agendamento do Pix funciona de maneira similar ao agendamento de TED ou DOC, permitindo que os usuários escolham uma data futura para a liquidação da operação e possam efetuar o cancelamento do agendamento até a véspera de sua liquidação. O BC recomenda que as instituições também disponibilizem a opção de agendamento de pagamentos recorrentes. Essa funcionalidade, contudo, permanece facultativa.

2.1.3 Acessibilidade – O Pix é para todos

Um direcionador comum a todas as ações envolvendo o Pix é a democratização do acesso de toda a população brasileira a meios de pagamentos digitais. Para que esse propósito seja atingido, é necessário garantir que o uso do Pix seja acessível a todos os cidadãos, inclusive aos que possuem necessidades específicas, como pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O BC definiu, em julho de 2021, diretrizes de acessibilidade para a experiência do usuário, as quais precisam ser observadas pelas instituições que ofertam o Pix aos seus clientes. Adicionalmente, o BC atua como indutor da adoção de soluções inclusivas, estimulando a implementação de mecanismos para que esses clientes possam usar o Pix de forma autônoma. O BC divulga, em página específica com versão em V-Libras, as soluções desenvolvidas pelas instituições para atender pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva e deficiência física ou mobilidade reduzida.

INFOGRÁFICO 5 Pagamentos com vencimento



2.2 Cobranças com vencimento

Desde julho de 2021, é possível gerar cobranças com vencimento no Pix, possibilitando, ainda, o cálculo automático de eventuais valores adicionais (como juros, multa, descontos e abatimentos) aplicáveis na data do efetivo pagamento.

O pagamento de uma cobrança com vencimento se inicia pela leitura de um QR Code ou pela inserção do correspondente código por meio do Pix Copia e Cola. Após essa ação, os dados da cobrança são instantaneamente disponibilizados para o usuário, que pode escolher se efetiva o pagamento no momento da leitura do QR Code ou se agenda o pagamento para uma data futura. Caso o pagamento seja agendado, o pagador já recebe as informações relativas a eventuais juros, multas, descontos e abatimentos, a depender da data escolhida.

Para o beneficiário da cobrança, os benefícios em usá-lo, em relação ao boleto, são as tarifas cobradas (tipicamente menores) e a eliminação do prazo para o recebimento dos recursos. Para os pagadores, o principal benefício é a experiência do pagamento, que é facilmente iniciado por meio da leitura de um QR Code ou do Pix Copia e Cola, sem a necessidade de leitura ou de digitação do código de barras.

2.3 Medidas de segurança

Antes mesmo do início do desenvolvimento do Pix, a questão de segurança já era um pilar fundamental. Contando com um grupo de trabalho temático específico dedicado ao tema, que reúne diversos especialistas do Brasil em segurança de transações financeiras, o Pix foi construído com um arcabouço robusto de segurança. Além de inovar na experiência do usuário, na velocidade e na disponibilidade, o Pix apresenta camadas exclusivas de proteção, como os marcadores de fraude, além de soluções já existentes em outros meios de pagamento.

Dado que novas formas de fraude e de golpes surgem com frequência, o BC entende a segurança como uma disciplina dinâmica e contínua. Em função disso, o BC atua de forma permanente para garantir a manutenção do elevado patamar de segurança do Pix. A atuação ocorre em múltiplas frentes, que incluem amplo diálogo com os agentes envolvidos e com especialistas na área; monitoramento e atualização tempestiva nas regras e na infraestrutura do Pix; e educação e conscientização dos usuários sobre segurança cibernética e sobre medidas para o uso seguro desse instrumento de pagamento.

Assim, nesses primeiros anos de operação, novos mecanismos e funcionalidades foram incorporados, visando ampliar a proteção do ecossistema. Esses mecanismos e essas funcionalidades estão detalhados nas subseções a seguir.

2.3.1 Limites de valor das transações

As instituições que oferecem o Pix devem disponibilizar aos seus clientes funcionalidades que permitam consultar e gerenciar os limites de valor de transações Pix. Ao longo do biênio 2021/2022, foram criadas funcionalidades e regras com o objetivo de tornar os comandos menos complexos e de aprimorar a experiência dos usuários na gestão de limites por meio dos aplicativos. Entre as principais medidas estão:

- obrigatoriedade de disponibilização de funcionalidade de gestão de limites Pix nos aplicativos e nos canais digitais dos participantes, possibilitando a solicitação de aumento e de redução dos limites disponibilizados por período (diurno e noturno), inclusive para transações com finalidade de saque ou de troco;
- definição de prazo mínimo de 24 horas para atendimento de solicitação de aumento do limite;
- cadastramento de contas ou de usuários recebedores com limites específicos;
- instituição de limite padrão de R\$1.000,00 para transações entre pessoas físicas no período noturno (entre 20h e 6h), sendo facultativa a oferta da funcionalidade que permita a customização do horário de início do período noturno para 22h pelo usuário do Pix, conforme sua escolha;
- limites para recebedores pessoa física, para recebedores pessoa jurídica e para transações com finalidade de saque ou de troco passaram a ser independentes entre si;
- aumento dos limites para Pix Saque e Pix Troco, a critério de cada agente de saque, com o objetivo de adequá-los aos limites usualmente disponibilizados nos caixas eletrônicos para saques tradicionais; e
- retirada de usuários pessoas jurídicas do escopo das regras, uma vez que a concorrência já resolve a definição de limites para as empresas.

2.3.2 Bloqueio cautelar

Lançado em novembro de 2021, o bloqueio cautelar permite que, em caso de suspeita de fraude, a instituição em que o usuário recebedor pessoa física mantém sua conta bloqueie preventivamente os recursos recebidos por até 72 horas, no ato do crédito, para fazer uma análise antifraude mais robusta. Os recursos só são liberados após a instituição ter certeza de que não se trata de uma ação fraudulenta. Caso a fraude seja confirmada, a instituição recebedora deve devolver os recursos ao usuário pagador vítima da fraude.

2.3.3 Mecanismo Especial de Devolução (MED)

Com o propósito de ampliar as medidas de proteção ao usuário, o Pix passou a contar, a partir de novembro de 2021, com um processo estruturado destinado a agilizar a devolução de recursos ao pagador em caso de falha operacional da instituição ou de fundada suspeita de fraude.

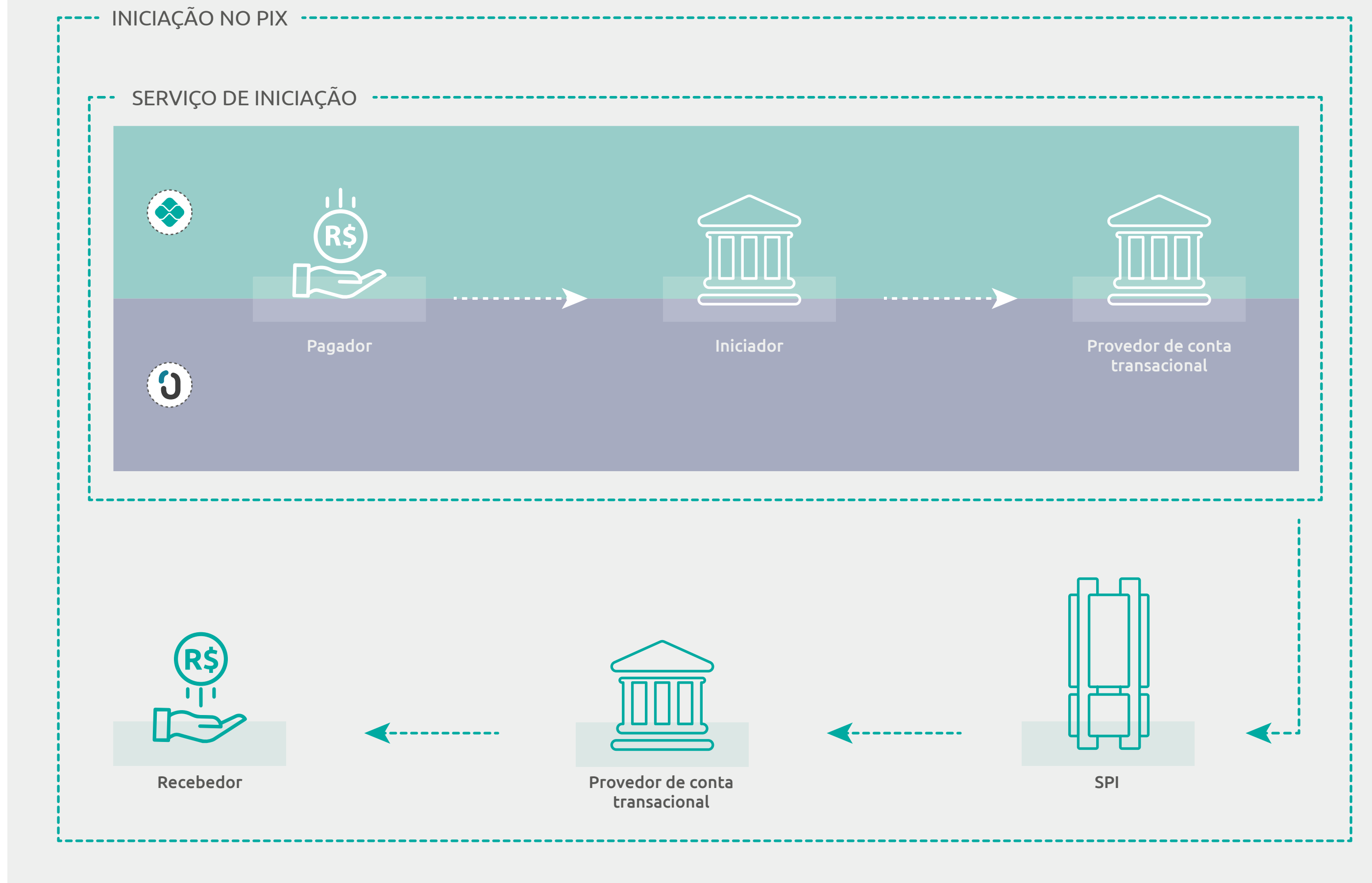
O MED possibilita que os recursos sejam rapidamente bloqueados na conta do fraudador/golpista/criminoso, após reclamação da vítima, e sejam devolvidos para o cliente depois de finalizado o processo de análise da reclamação, quando considerada procedente. Também pode ser acionado caso haja um crédito indevido por falha operacional nos sistemas da instituição envolvida. O mecanismo não se aplica aos casos de erro de digitação de uma chave Pix pelo usuário, de controvérsias comerciais entre usuários e de transações com fundada suspeita de fraude em que os recursos forem destinados à conta de um terceiro de boa-fé. Ou seja, o MED não é um mecanismo de *chargeback* (reversão de pagamento), como o existente nos arranjos de cartões de pagamento. Com o MED, as instituições têm que seguir procedimentos padronizados nos prazos estabelecidos pelo BC e devem utilizar a infraestrutura provida pela Autarquia para facilitar a comunicação entre as partes, dando maior agilidade e eficiência ao processo, aumentando, assim, as chances de a vítima recuperar os recursos.

2.3.4 Regras e mecanismos antifraude e de proteção de dados implantados no DICT

Para que seja possível identificar de forma rápida contas envolvidas em fraudes e evitar que sejam aplicados novos golpes em usuários do Pix, foi criado o processo de marcação de chaves Pix e de CPFs/CNPJs no DICT:

- obrigatoriedade de notificação de fraude aplicável a todas as chaves Pix e CPFs/CNPJs envolvidos em alguma transação fraudulenta. Essa informação é compartilhada com todas as instituições participantes sempre que uma chave Pix é consultada e deve ser um dos fatores a serem considerados para fins de autorização ou de rejeição de transações;
- definição de procedimentos de identificação e de tratamento de casos em que ocorram excessivas consultas de chaves Pix que não resultem em liquidação ou consultas de chaves Pix inválidas, com a finalidade de prevenir ataques de varredura de dados; e
- criação de consulta específica a CPFs e a CNPJs, a qualquer tempo e para qualquer finalidade, pelos participantes, para verificar as notificações de fraude associadas a eles.

INFOGRÁFICO 6 Fluxo do Pix via iniciação



2.4 Serviço de iniciação: o elo que conecta o Open Finance e o Pix

Em outubro de 2021, a partir do lançamento da fase 3 do Open Finance, que envolve o compartilhamento de serviço de iniciação de transação de pagamento, o Pix passou a prever uma nova forma de iniciação de transações, por meio de instituições que não detêm contas dos usuários e que não possuem

em momento algum os fundos transferidos na prestação do serviço. No Pix, podem prestar o serviço de iniciação as instituições que atuem unicamente com esse objetivo, chamadas de "iniciadores", ou instituições que atuam como provedoras de conta transacional e que desejam prestar também esse serviço. Os principais objetivos para a criação do serviço de iniciação são aumentar a competição no ecossistema, permitindo que instituições que estão tradicionalmente fora do sistema financeiro possam desenvolver soluções

que permitam a iniciação de um Pix; e permitir o desenvolvimento de soluções inovadoras que diminuam as fricções para iniciar um Pix e aperfeiçoem a experiência do usuário, especialmente no comércio eletrônico.

O lançamento das funcionalidades do Pix via iniciação foi escalonado, conforme determinado pela agenda de implementações do Open Finance. Todo o arcabouço regulatório e as infraestruturas do Open Finance e do

Pix estão prontos para receber transações Pix por iniciação de pagamento desde outubro de 2021, para transações iniciadas por chave Pix, por inserção manual de dados ou iniciação nos casos em que o participante possui todas as informações do usuário receptor, e desde dezembro de 2021, para transações iniciadas por meio de leitura de QR Code e para transações agendadas.

INFOGRÁFICO 7 Jornada Pix por meio de um iniciador de pagamento

A jornada de um pagamento com Pix por meio de um serviço de iniciação apresenta as seguintes etapas:

- 1 Etapa 1: consentimento**
O pagador, no ambiente do iniciador, informa ou confirma as informações da transação Pix e fornece seu consentimento para iniciar a transação de pagamento.
- 2 Etapa 2: autenticação**
O pagador é redirecionado para a instituição detentora de sua conta para fins de autenticação.
- 3 Etapa 3: confirmação**
O pagador, no ambiente do detentor da conta, confirma a transação Pix.



2.5 Pix Saque e Pix Troco

Tendo em vista as condições limitadas de oferta de saque no Brasil, seja pela existência de municípios com baixa presença de instituições financeiras ou pelas assimetrias de distribuição geográfica de pontos de saque, seja pela restrição à oferta de saque por parte das instituições digitais, foram lançados, em novembro de 2021, o Pix Saque e o Pix Troco, com os objetivos de aumentar a capilaridade dos pontos de saque; de promover a competição na oferta de serviço de saque no SFN; de ampliar a conveniência para os usuários; e de democratizar o acesso ao serviço de saque para os brasileiros.

O Pix Saque permite que o usuário que possua conta em qualquer instituição participante do Pix possa fazer um Pix direto de sua conta para a conta de um agente de saque, que pode ser um estabelecimento comercial, um correspondente bancário ou caixas eletrônicos compartilhados, ou para a conta de instituições participantes do Pix, pelos seus caixas eletrônicos proprietários. Em seguida, o agente de saque ou participante do Pix entrega ao usuário os recursos em espécie em valor correspondente ao Pix realizado.

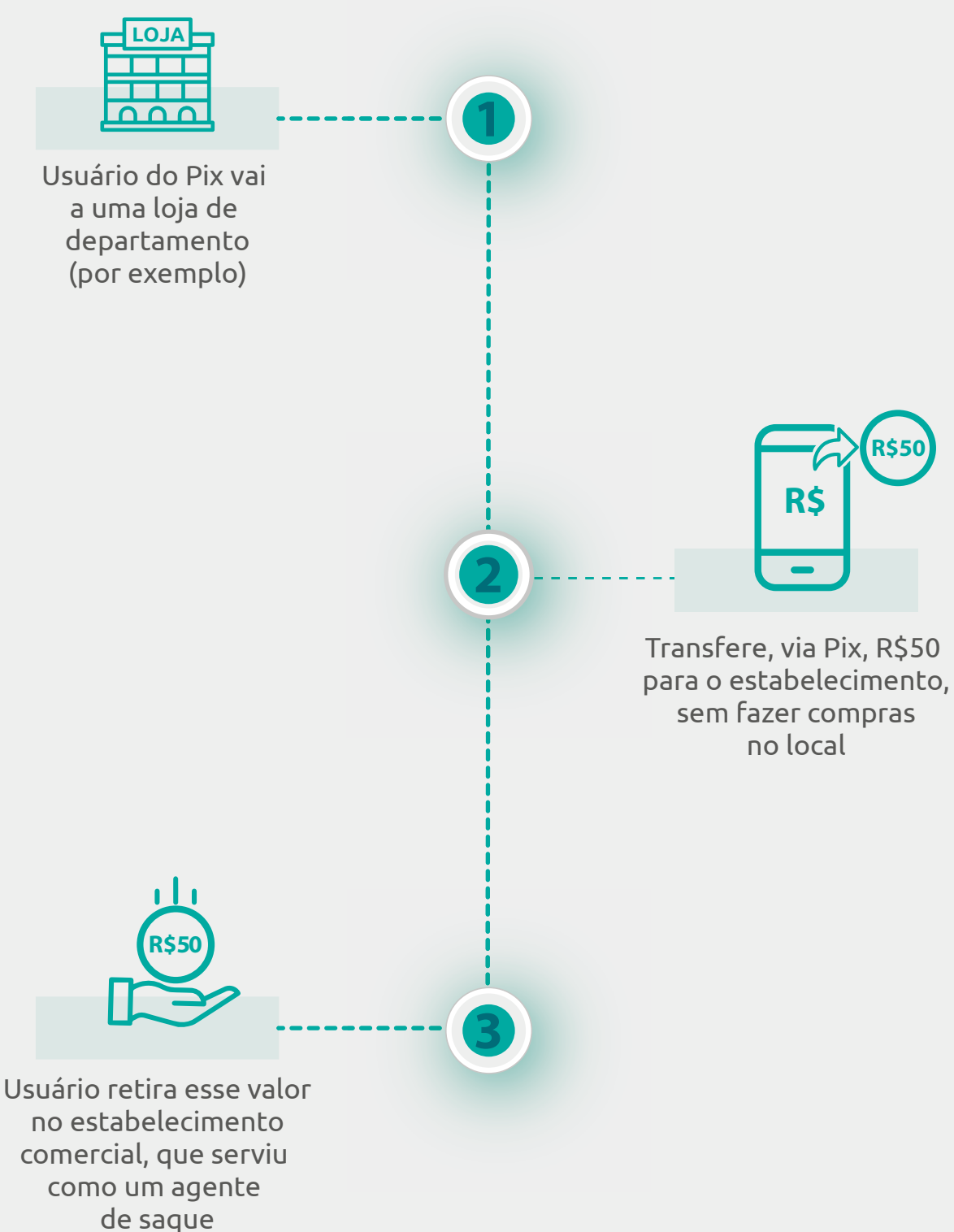
O Pix Troco consiste em uma transação em que o usuário com conta em qualquer participante do Pix, ao realizar uma compra em um agente de saque, faz um Pix para a conta desse agente em valor equivalente à soma do valor da compra e do valor do montante que deseja receber em espécie. O valor entregue ao usuário será a diferença entre o valor total do Pix e o valor da compra realizada no estabelecimento.

Com o propósito de atender a perfis muito variados, a concepção do Pix Saque e do Pix Troco se pautou pela facilidade de implementação e pela flexibilidade oferecida aos agentes de saque, que podem definir, por exemplo, os dias e os horários de oferta do serviço e o valor máximo disponível para saque, além de outras possibilidades de customização da disponibilização do serviço de saque, que podem variar de acordo com as particularidades de cada agente.

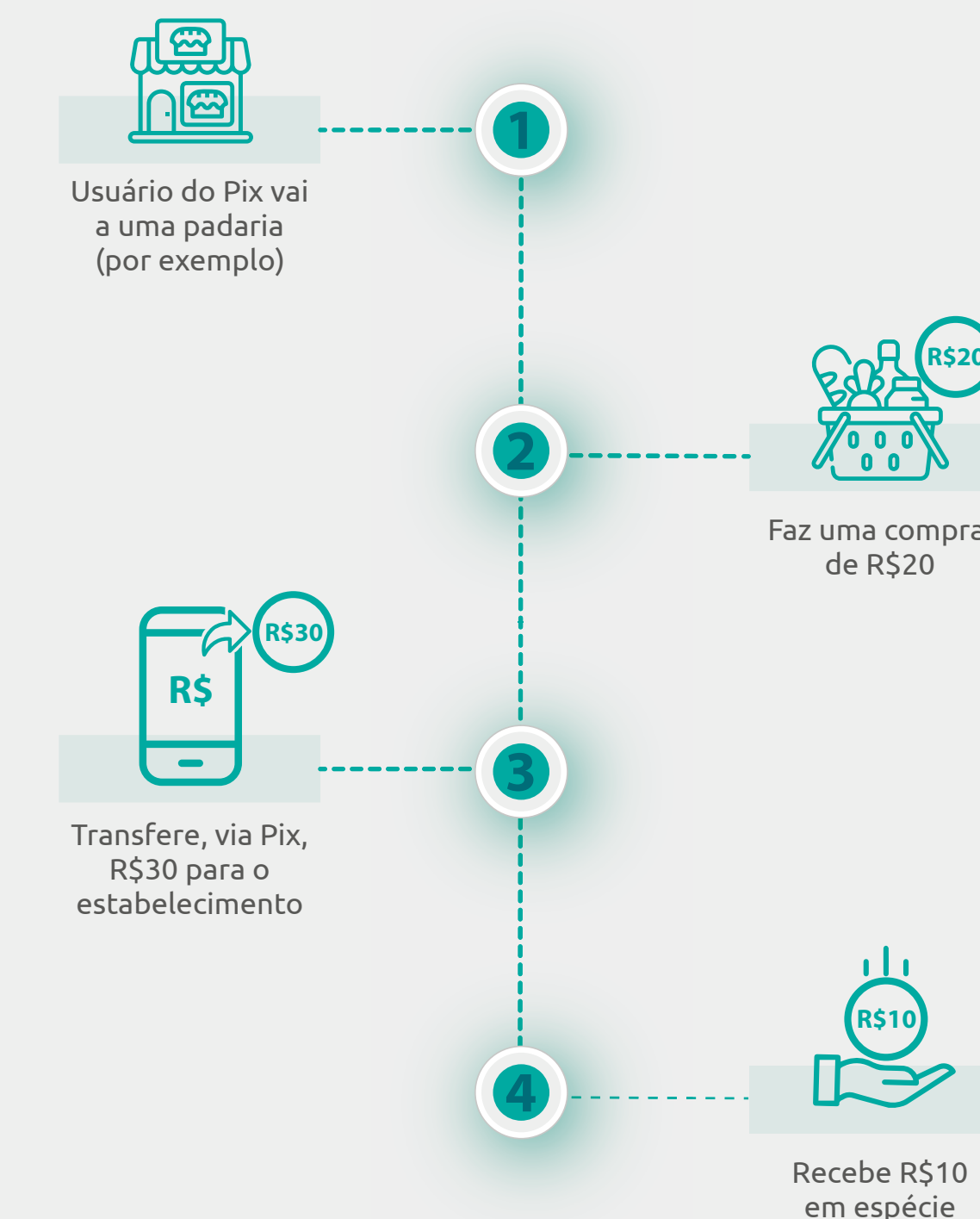
INFOGRÁFICO 8 Pix Saque e Pix Troco



Como funciona



Como funciona



Pix Saque e Pix Troco trazem vários benefícios a todos os envolvidos na transação:



2.6 Aprimoramentos nas regras do Pix

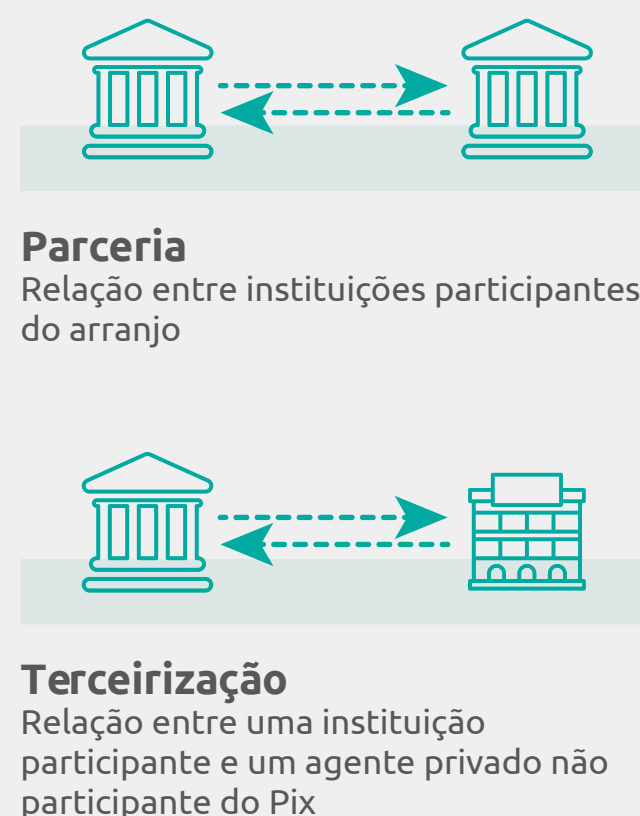
2.6.1 Parcerias e terceirizações

O Regulamento do Pix foi alterado em dezembro de 2022 para promover maior clareza a comandos sobre suas regras de funcionamento. Entre as principais alterações está a vedação à terceirização de serviços de iniciação e de recebimento de Pix por meio de conta provida por terceiro que não seja instituição participante do Pix, ou seja, a instituição provedora de conta transacional que deseje ofertar Pix a seus clientes deve necessariamente se submeter ao processo de adesão ao Pix, realizar testes homologatórios e passar por avaliação dos requisitos para a experiência do usuário.

Também foi explicitada a vedação do caso em que o terceiro que atue como iniciador de transação de pagamento, nos termos da Resolução BCB 80, de 25 de março de 2021, mantenha relação contratual bilateral com participante do Pix para iniciar transações por meio da conta provida pela instituição participante do Pix. Nesse caso, não há que se falar em terceirização, uma vez que, para atuar como iniciador da transação de pagamento, a instituição precisa necessariamente ser autorizada a funcionar pelo BC e ser participante do Open Finance e do Pix.

O Pix está em constante evolução, e, durante esse processo, o BC acompanha os diversos modelos de negócios que surgem. A atuação do BC na definição da viabilidade de alternativas de oferta do Pix busca garantir maior nível de segurança aos usuários, manter a simetria nas condições de oferta entre os participantes e aumentar a transparência das informações.

INFOGRÁFICO 9 O que são parcerias e terceirizações no âmbito do Pix



Qualquer instituição provedora de conta transacional que deseje ofertar Pix a seus clientes deve se submeter ao processo de adesão ao Pix, realizar testes homologatórios e avaliação dos requisitos para a experiência do usuário.

2.6.2 Remuneração da Conta Pagamentos Instantâneos

A partir de agosto de 2022, o BC instituiu a remuneração sobre o saldo diário da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI), a ser calculada com base na Taxa Selic. A Conta PI é a conta de titularidade de um participante do Pix, mantida no BC para viabilizar as transferências entre instituições distintas no âmbito do Pix.

A remuneração dessa conta é uma importante medida para minimizar o custo de liquidez das instituições em manter recursos para viabilizar as transações Pix, bem como nivelar os custos de oportunidade para os diversos perfis de participantes. Dentro do horário de funcionamento dos sistemas que dão liquidez para o Pix (de segunda a sexta-feira, das 6h30 às 18h30), o acesso a recursos não tem custos. Fora do horário de funcionamento desses sistemas, as fontes de liquidez disponíveis são o uso do saldo recolhido correspondente à moeda eletrônica, do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e o acesso à linha de liquidez específica, com custo, sendo essas duas últimas disponíveis apenas para instituições financeiras. Instituições sem acesso a essas fontes, como as instituições de pagamento, que não captam depósitos à vista e não podem acessar a linha de liquidez específica, bem como as instituições financeiras de menor porte, que não atingem os volumes para exigibilidade de recolhimento do compulsório sobre recursos à vista, tinham um custo de oportunidade adicional em alocar recursos para dar liquidez ao Pix. Com a remuneração da Conta PI, o custo de oportunidade das instituições em manter recursos para dar liquidez ao Pix foi reduzido e equalizado, democratizando o acesso a fontes de liquidez para todos os participantes do Pix.

Novos casos de uso do Pix por entes governamentais

Em 2022, os casos de uso do Pix cresceram ainda mais com a Receita Federal, que utilizou o arranjo para restituir imposto de renda aos contribuintes, e com a Justiça Eleitoral, que usou o Pix para remunerar mesários que trabalharam durante as eleições. A Secretaria do Tesouro Nacional também começou, em 2022, a fazer pagamentos de obrigações, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio do Pix.

2.7 Comunicação e educação – O Pix contribuindo para a cidadania financeira

A estratégia integrada de comunicação foi fator crítico para o sucesso do Pix e pela sua rápida adoção pela sociedade. A presença do Pix nos mais diversos contextos sociais e econômicos requer perenidade e multiplicidade de ações de comunicação com finalidade informativa e educativa para que a sociedade atinja o nível desejado de conhecimento e de maturidade em relação ao uso do Pix e aos seus benefícios, às formas de iniciação, à prevenção de golpes e aos diversos aspectos que contribuem para a conscientização e o melhor

aproveitamento das funcionalidades do Pix. Ao longo de 2021 e de 2022, foram muitas as iniciativas. São detalhadas nesta seção as mais relevantes.

2.7.1 O Pix é novo, mas os golpes são antigos (#campanhacontragolpes, #essefilmevocêjáviu e #vitegolpes)

Na última semana de abril de 2021, o BC liderou uma campanha de segurança, visando proteger os usuários contra os golpes mais comuns que envolvem o Pix e consolidar uma cultura de segurança digital entre os participantes e os usuários.

A campanha “O Pix é novo, mas os golpes são antigos” alertou os cidadãos para as estratégias de engenharia social utilizadas pelos golpistas, divulgando conteúdos relativos aos principais golpes que envolvem o Pix, às medidas de segurança a adotar para evitá-los e aos procedimentos que devem ser adotados caso seja vítima.

Todos os perfis do BC nas redes sociais foram utilizados para publicação de *posts* diários, com a finalidade de ampliar o alcance da campanha, que, segundo as estimativas, atingiu mais de dez milhões de pessoas. Adicionalmente, muitos participantes e associações integrantes do Fórum Pix se engajaram na iniciativa, seguindo as diretrizes estabelecidas para melhor coordenação das ações.

Um evento com transmissão ao vivo pelo canal do BC no YouTube marcou o encerramento da campanha e contou com a participação de integrantes do time de especialistas responsáveis pela gestão e pela operação do Pix e representantes do mercado, que falaram sobre invasão de conta e clonagem de aplicativos de mensagens, entre outros tópicos, e interagiram ao vivo com os cidadãos por meio do *chat* do evento no YouTube.

2.7.2 #Pixparanegócios

Com o objetivo de fomentar o uso do Pix no ambiente de negócios, em especial no varejo, o BC realizou nas redes sociais, em novembro de 2021, a campanha #Pixparanegócios, em que empresas de diferentes portes, setores de atuação e regiões deram o seu testemunho sobre o quão fundamental o Pix se tornou em seus modelos de negócio.

Foram produzidos *posts* e vídeos com depoimentos de micro e pequenos empreendedores, profissionais e empresários atuantes em redes varejistas, em plataformas de *e-commerce* e em negócios inovadores, entre outros, relatando os benefícios do Pix e as distintas formas de incorporá-lo no portfólio de meios de pagamento e de cobrança, reforçando a mensagem de que o Pix é para qualquer empresa, não importando seu tamanho, seu setor ou sua região de atuação.

2.7.3 #BCteExplica

#BCteExplica é uma série de vídeos de curta duração no canal do BC no YouTube que abordam assuntos financeiros de forma bastante acessível à população. Vários vídeos do #BCteExplica esclarecem questões sobre o Pix:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

IDEALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO

NÚMEROS

FUTURO

3. Pix em Números

O Pix é uma política pública de sucesso que ganhou destaque nacional e internacional e vem transformando a vida de milhões de pessoas e negócios. Estudo independente, publicado em 2022 pela ACI *Worldwide*, consultoria internacional que atua no setor de pagamentos, quantificou o efeito financeiro de soluções de pagamentos instantâneos em diversos países (*Prime Time for Real-Time Global Payments Report | ACI Worldwide*).¹³ O estudo estimou que o Pix gerou, em 2021, uma economia de custos estimada em \$5,7 bilhões de dólares para empresas e consumidores, o que ajudou a gerar uma produção econômica adicional de \$5,5 bilhões de dólares, representando 0,34% do PIB brasileiro. As estimativas são que esses números alcancem \$37,9 bilhões de dólares e \$37,6 bilhões de dólares (2,08% do PIB) até 2026.

O sucesso e a efetividade do Pix podem também ser traduzidos por meio dos dados estatísticos de uso, os quais são apresentados a seguir.

3.1 Transações

O Pix teve rápida aceitação pela população brasileira. Tanto a quantidade de transações quanto o volume financeiro cresceram progressivamente desde seu lançamento. Em dezembro de 2022, considerando as transações liquidadas no SPI e fora dele,¹⁴ foram realizados 2,9 bilhões de Pix, crescimento de 1.900% em relação a dezembro de 2020, segundo mês de operação do Pix, o que demonstra a grande aceitação do Pix na sociedade e no ambiente de negócios brasileiros. Em relação ao volume transacionado, houve crescimento nominal de 914% em 24 meses, chegando a R\$1,2 trilhão em dezembro de 2022 (gráficos 3.1.1 e 3.1.2).

Considerando todas as transações desde o lançamento do Pix até dezembro de 2022, quase 61% delas foram inferiores a R\$100,00 (Gráfico 3.1.3), o que mostra que o Pix tem sido utilizado principalmente para transferências de valores mais baixos. Quando consideradas transações cujos pagadores são apenas pessoas físicas, 93,1% dessas ordens são abaixo de R\$200,00, o que reforça a natureza de baixo valor desse tipo de transação (Gráfico 3.1.4). Já considerando transações apenas entre pessoas jurídicas privadas, ainda há certa concentração na faixa até R\$500,00, porém já se nota uma contribuição maior de transações de valor mais elevado: 18,6% das transações têm valor a partir de R\$2.000,00 (Gráfico 3.1.5).

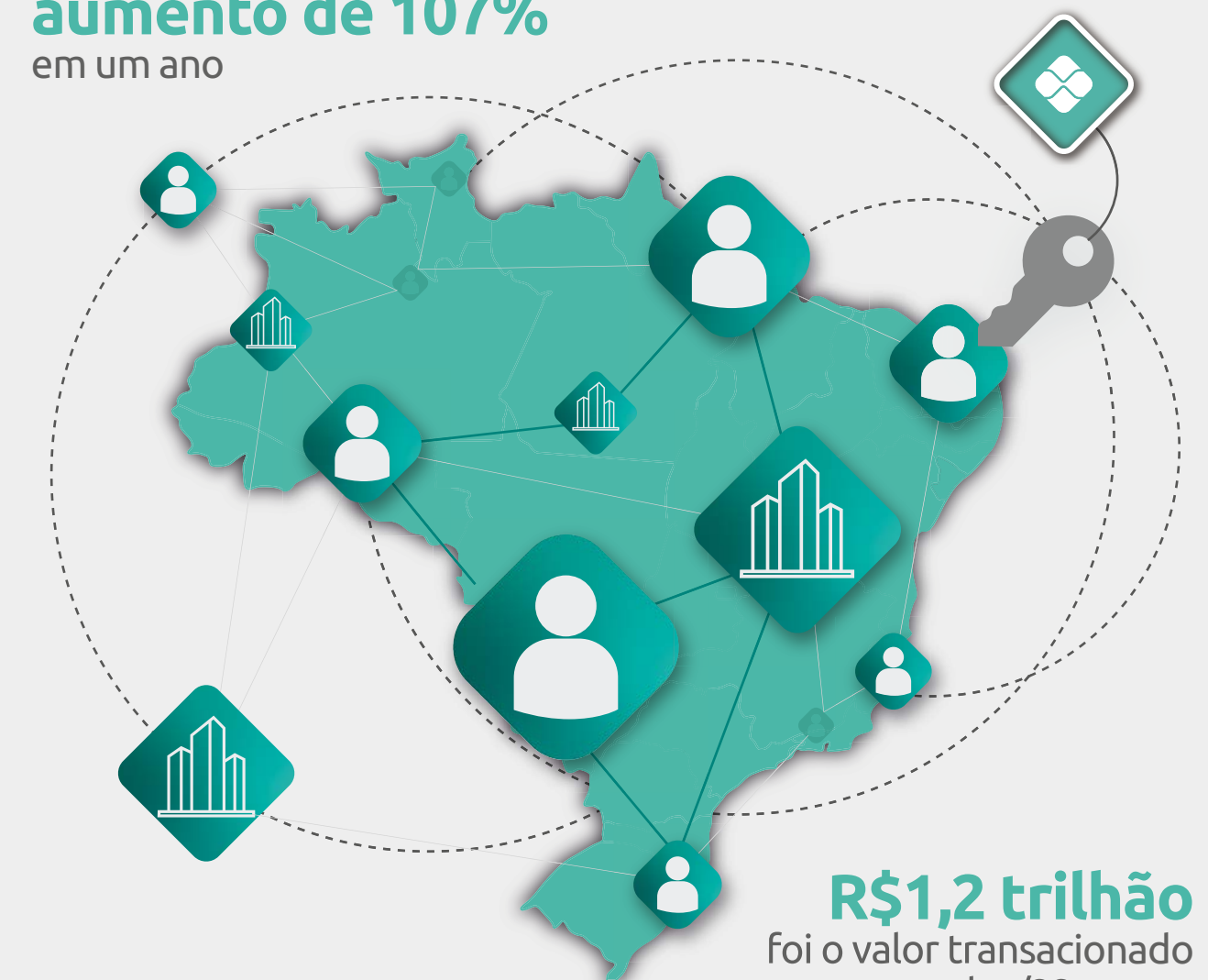
¹³ Ver: <https://investor.aciworldwide.com/news-releases/news-release-details/latin-american-economies-poised-reap-economic-benefits-real-time>.

¹⁴ Transações Pix podem ser liquidadas no SPI (o sistema operado pelo BC que liquida transações entre diferentes instituições participantes do Pix) ou fora dele, quando pagador e receptor são usuários de um mesmo participante ou de participantes distintos que liquidem operações por meio de um mesmo liquidante.

INFOGRÁFICO 10 Destaques estatísticos do Pix

2,9 bilhões de transações Pix em dez/22, contra **1,4 bilhão** em dez/21, um **aumento de 107%** em um ano

O maior Pix já feito foi de **R\$1,2 bi**, em dez/22



R\$257,00 é o valor médio das transações entre pessoas físicas (dado de dez/22)

R\$1,2 trilhão foi o valor transacionado em dez/22 contra **R\$718 bilhões** transacionados em dez/21, um **aumento de 67%** no valor transacionado

93% das transações feitas por pessoas físicas são até R\$200,00 (considerando todas as transações desde o lançamento do Pix até dez/22)

551 milhões é o número de chaves registradas (devidas por **77% da população adulta** e **67% das empresas** com relacionamento vigente no Sistema Financeiro Nacional – Dado de dez/22)

133 milhões de pessoas e **11,9 milhões** de empresas usam o Pix (dado de dez/22)

71,5 milhões de usuários incluídos com o Pix*

*Considerando usuários que nos 12 meses anteriores ao Pix não utilizavam TED e passaram a utilizar o Pix após seu lançamento.

Gráfico 3.1.1 – Quantidade de transações

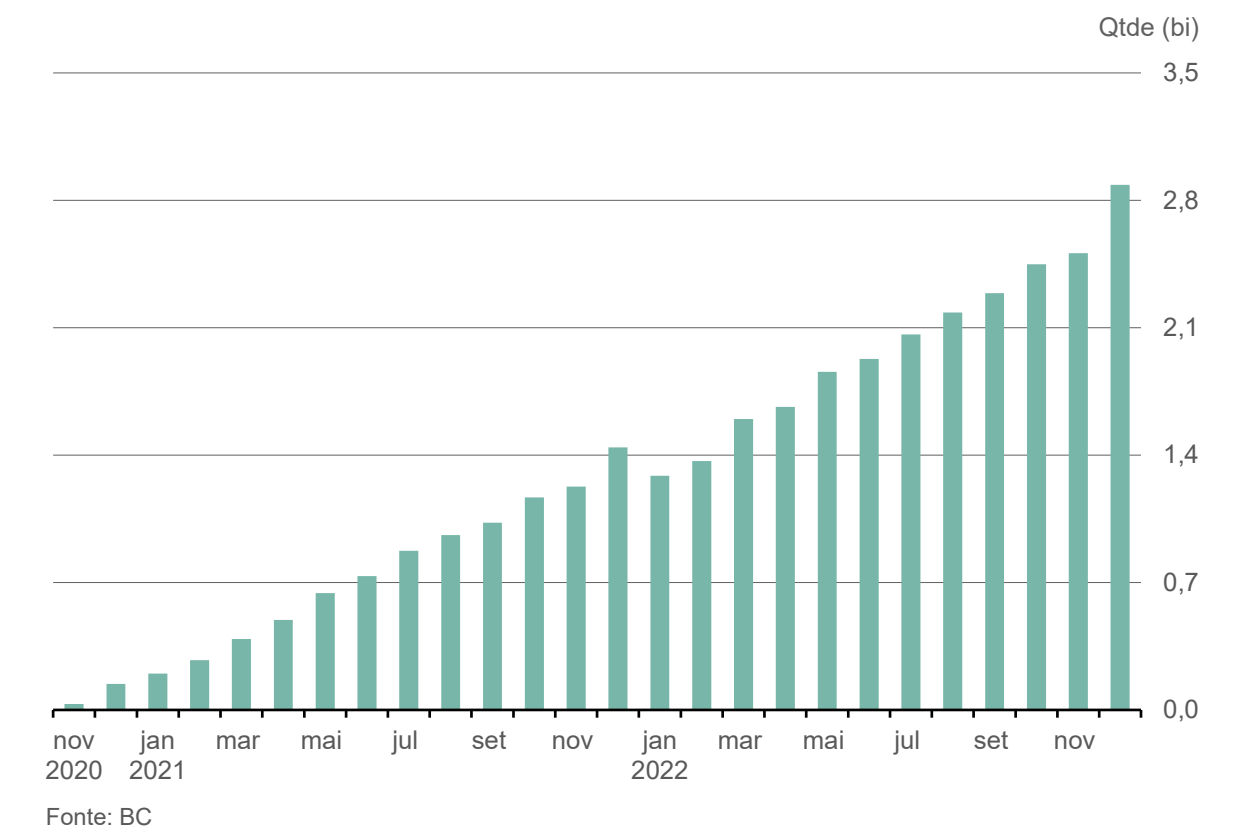


Gráfico 3.1.2 – Valor das transações

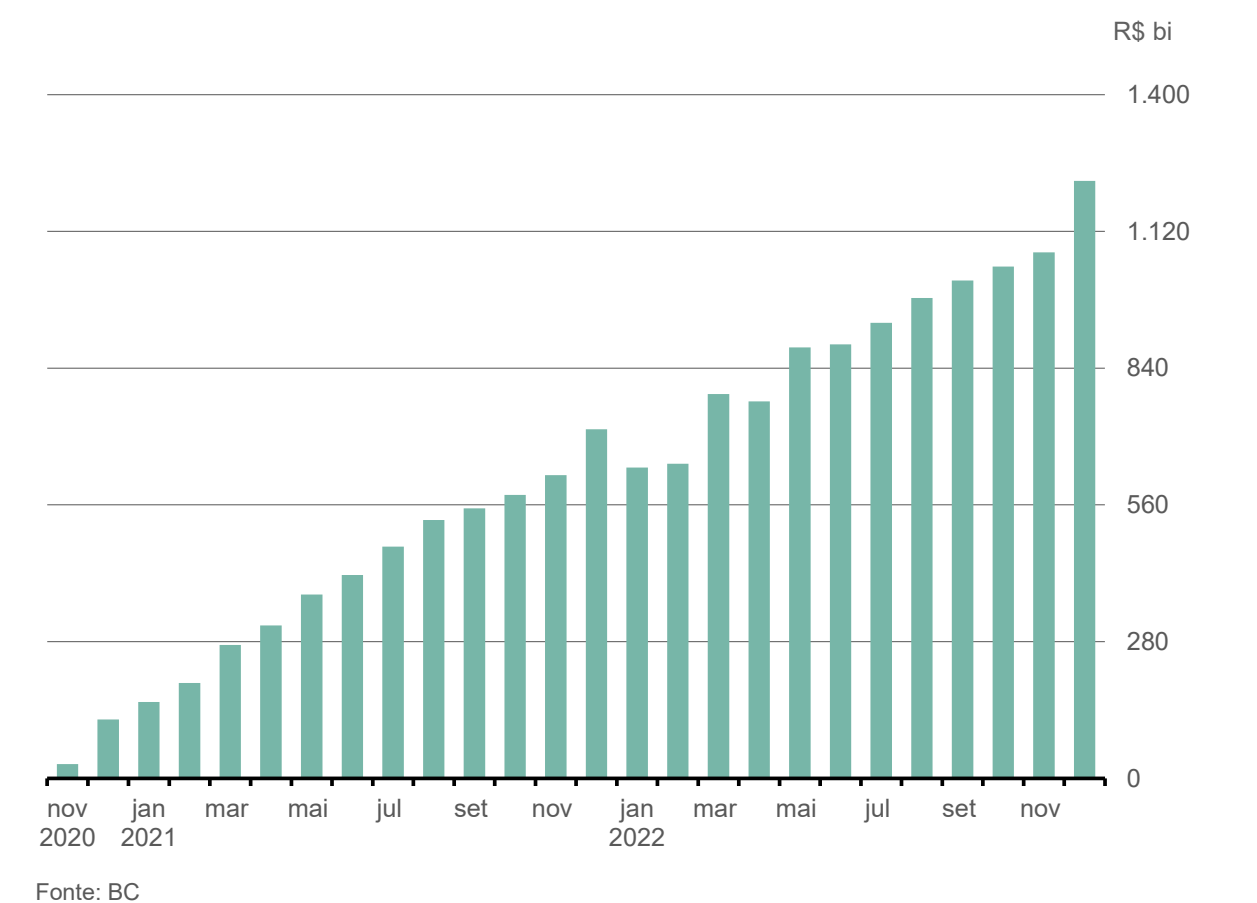
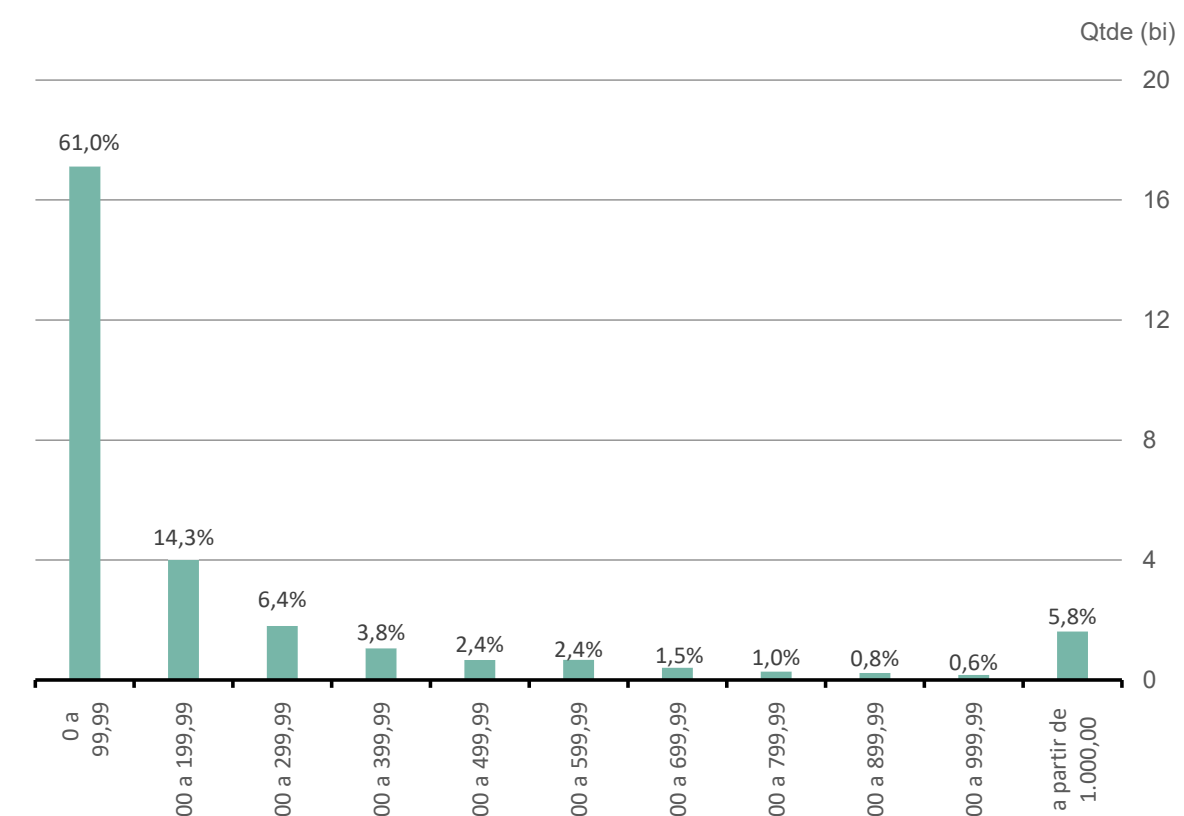


Gráfico 3.1.3 – Histograma de transações

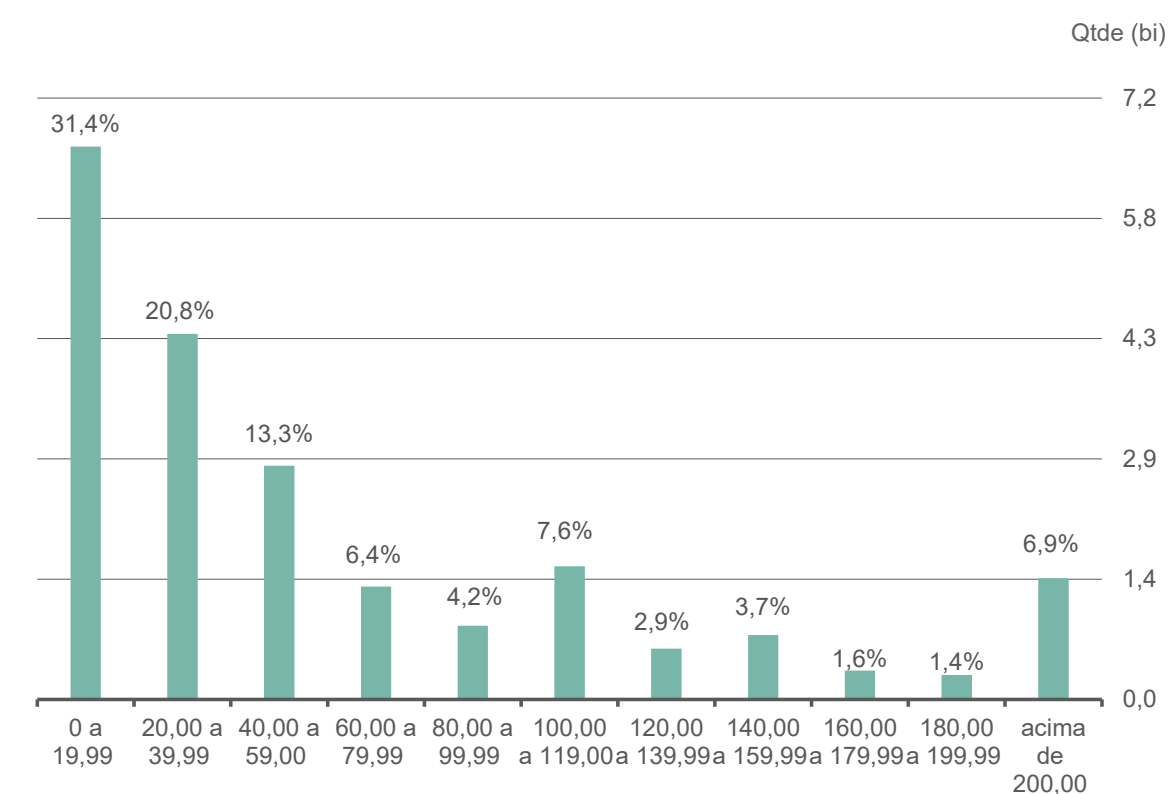
Por faixa de valor (R\$100,00)
Nov/20 a dez/22



Fonte: BC

Gráfico 3.1.4 – Histograma de transações (apenas PF pagadoras)

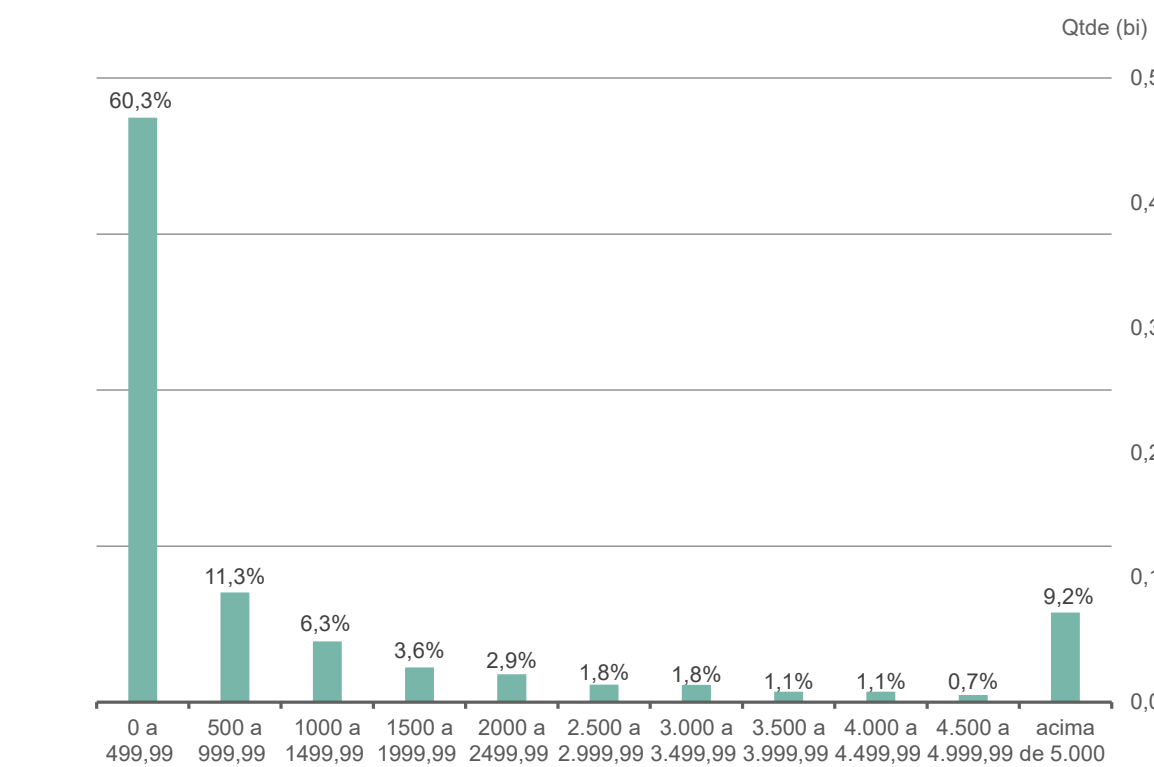
Por faixa de valor (R\$20,00)
Nov/20 a dez/22



Fonte: BC

Gráfico 3.1.5 – Histograma de transações (PJ para PJ)

Por faixa de valor (R\$500,00)
Nov/20 a dez/22



Fonte: BC

O Pix é mais utilizado em operações entre pessoas físicas (P2P), enquanto as pessoas jurídicas transacionam maiores volumes financeiros. Pela facilidade de uso do Pix, era esperado que, no início das operações, a maior parte das transações fosse entre pessoas físicas, o que de fato ocorreu. Em novembro de 2020, 87% das transações foram entre pessoas físicas (Gráfico 3.1.6). A adoção do Pix pelas empresas tende a ser mais lenta, principalmente por depender de adaptações em seus sistemas. Ainda assim, já se observou, do lançamento do Pix até o final de 2022, aumento progressivo na representatividade das transações de pessoas físicas para empresas (P2B): de 5% em novembro de 2020 para 24% em dezembro de 2022 (Gráfico 3.1.6).

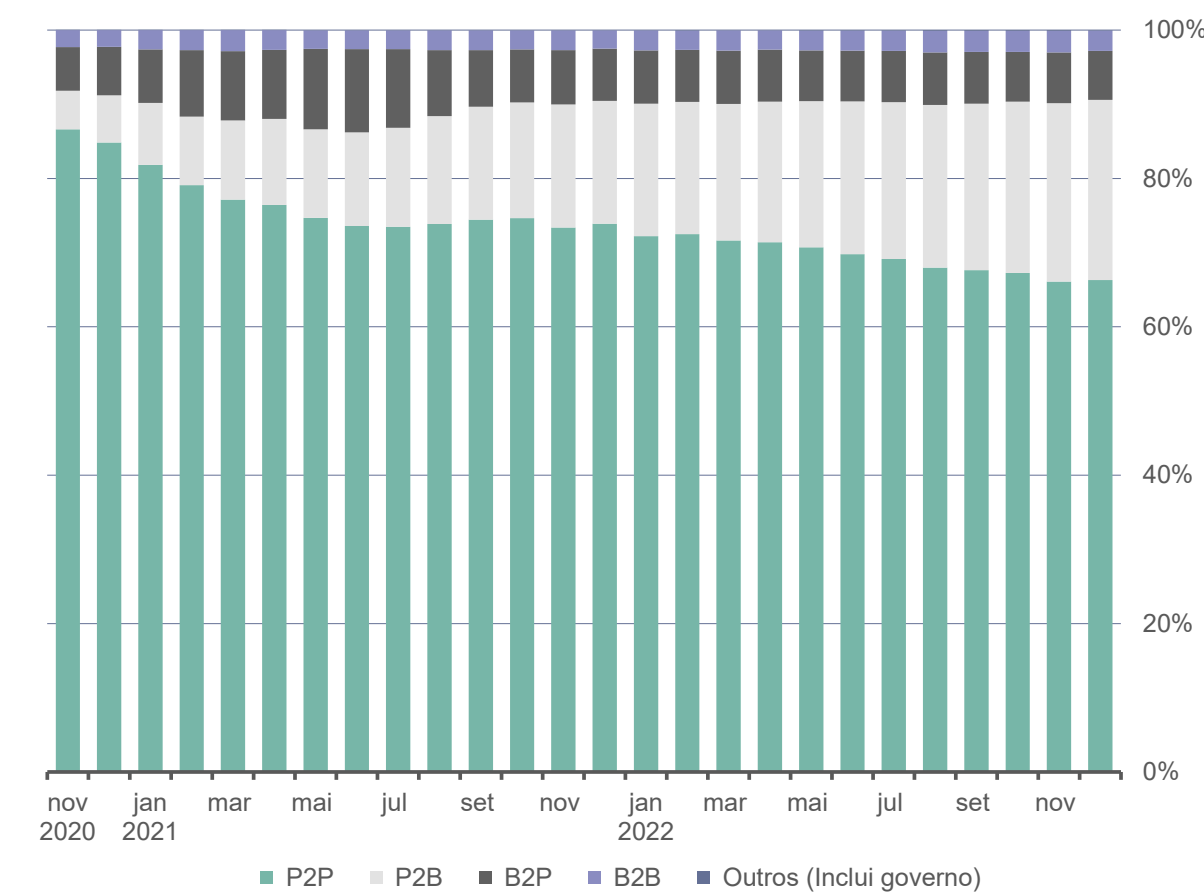
Considerando apenas as transações ocorridas em dezembro de 2022, o valor médio das transações entre pessoas jurídicas (B2B) foi de R\$5,7 mil, o que é bem superior ao valor médio das transações P2P, de R\$257,00 (Gráfico 3.1.8). Essa diferença era esperada dada a natureza majoritariamente comercial das transações entre pessoas jurídicas, que tendem a possuir valores individuais mais elevados. Tal fato se reflete na elevada representatividade do B2B no valor total liquidado, que foi de 36% em dezembro de 2022 (Gráfico 3.1.7). Já as medianas das transações, considerando dezembro de 2022, foram inferiores às médias para todas as naturezas de transação (Gráfico 3.1.8),¹⁵ com destaque para o caso de transações B2B, o que leva a concluir que a maioria das transações foram de valores mais baixos, com algumas poucas transações com valores relativamente altos, corroborando os achados nos gráficos 3.1.3 a 3.1.5. Já em

¹⁵ P2P se refere a transações entre pessoas físicas; P2B se refere a transações em que o pagador é uma pessoa física e o receptor é uma pessoa jurídica; B2P se refere a transações em que o pagador é uma pessoa jurídica e o receptor é uma pessoa física; B2B se refere a transações entre pessoas jurídicas; e "Outros" inclui transações envolvendo entes governamentais, tanto na ponta pagadora quanto na ponta receptora.

relação às transações envolvendo governo, as quantidades corresponderam a apenas 0,1% da totalidade, e a 0,7% do volume financeiro total, em dezembro de 2022, mostrando que o Pix ainda tem espaço a crescer também nas transações envolvendo órgãos governamentais (gráficos 3.1.6 e 3.1.7).

Gráfico 3.1.6 – Distribuição da quantidade

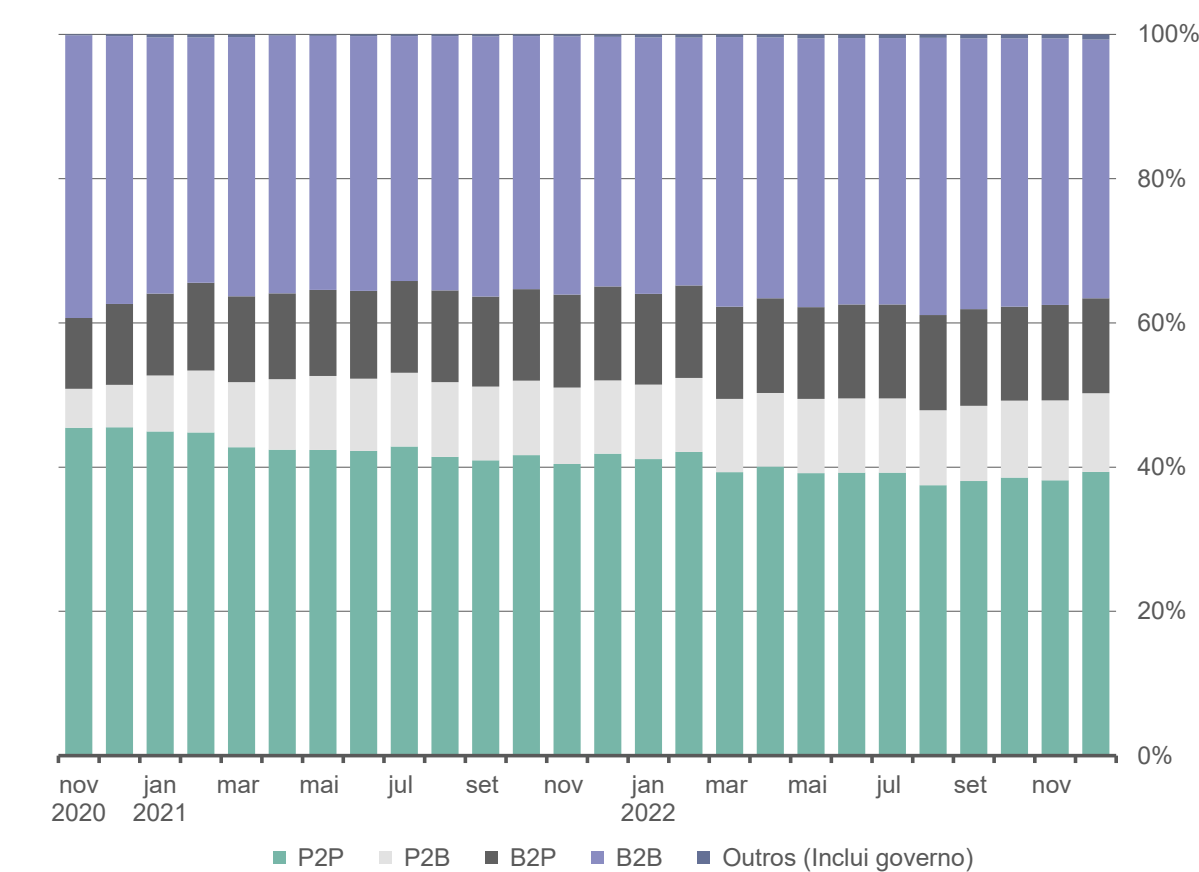
Por natureza da transação



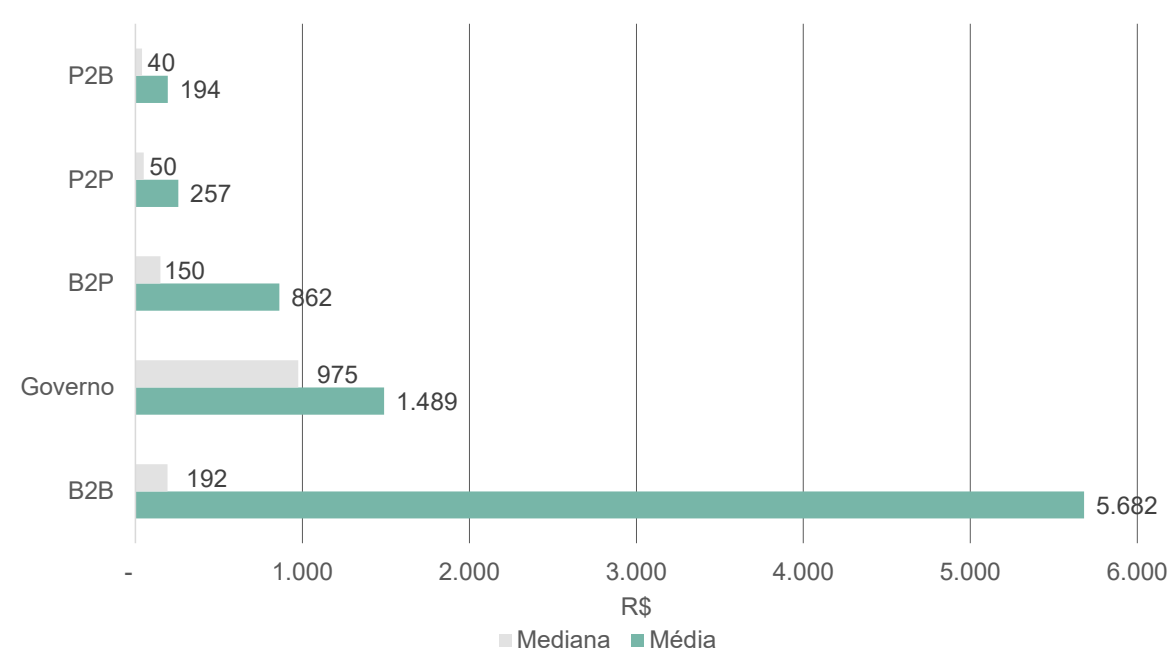
Fonte: BC

Gráfico 3.1.7 – Distribuição de valor

Por natureza da transação



Fonte: BC

Gráfico 3.1.8 – Valor médio das transaçõesPor natureza da transação
Dez/22

Fonte: BC

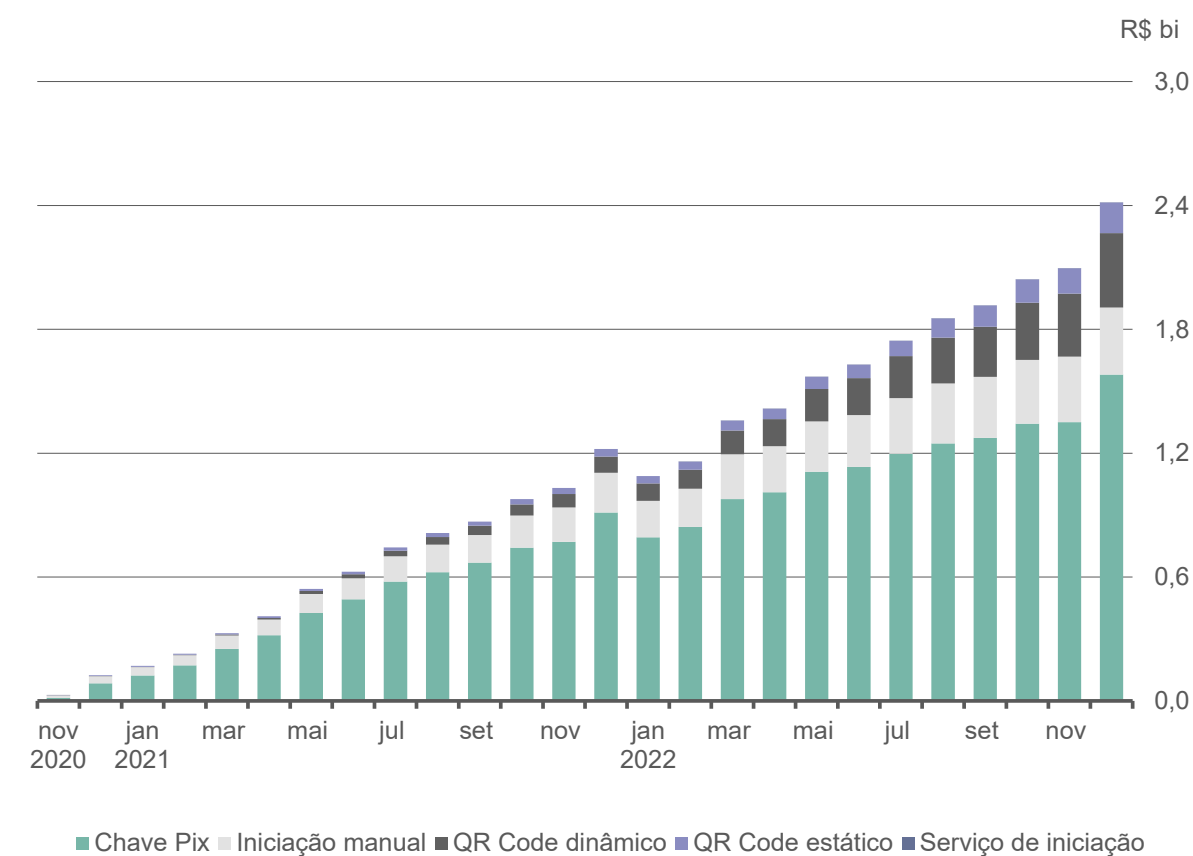
O Pix possui cinco formas de iniciação das transações: inserção manual dos dados do receptor,¹⁶ chave Pix, QR *Code* estático ou dinâmico¹⁷ e o serviço de iniciação. A chave Pix traz mais conveniência que a inserção manual, na medida em que é possível realizar transações utilizando apenas uma informação do usuário receptor dos recursos. Considerando apenas dezembro de 2022, cerca de 65% de todas as transações Pix realizadas foram feitas por meio de chaves (Gráfico 3.1.10). Nesse mesmo período, observou-se que cerca de 15% das transações foram iniciadas por inserção manual. Isso se deve, principalmente, pela forma como alguns participantes implementaram a funcionalidade de salvar os dados dos receptores para futuras transações (por exemplo, contatos favoritos). Dessa forma, ao selecionar o usuário receptor entre as transações já liquidadas, o sistema do participante retorna os dados da conta transacional receptora ao invés da chave Pix correspondente, ocasionando uma iniciação Pix por inserção manual dos dados do receptor. Já as operações iniciadas por QR *Code* estático ou dinâmico, tipicamente operações de comércio, serviços e de cobranças, têm ganhado mais relevância dada a crescente aderência ao Pix por parte das pessoas jurídicas, representando 21% do total de transações liquidadas nesse mesmo mês, com aumento de 17 p.p. em relação a novembro de 2020, mês de lançamento do Pix (gráficos 3.1.9 e 3.1.10).

¹⁶ Iniciação manual é aquela em que o pagador deve digitar todos os dados do receptor (CPF/CNPJ), identificação do prestador de serviços de pagamento, número da agência, número da conta e tipo da conta), como ocorre com a TED e com o DOC.

¹⁷ A diferença entre QR *Code* estático e QR *Code* dinâmico é que o QR *Code* dinâmico tem a capacidade de armazenar uma quantidade maior de informações. Em geral, o QR *Code* dinâmico é aquele que é gerado de forma eletrônica a cada transação, enquanto o QR *Code* estático é aquele que é impresso e pode ser usado para diversas transações.

Gráfico 3.1.9 – Quantidade de transações

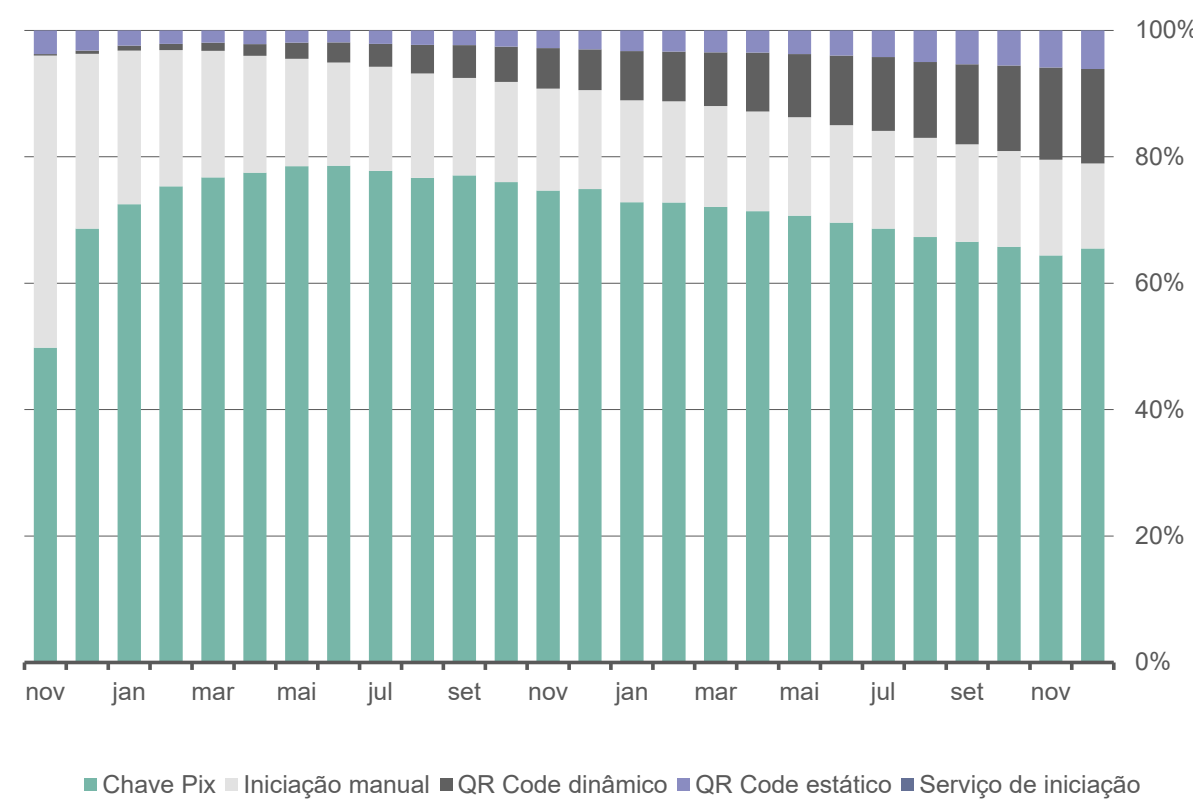
Por forma de iniciação



Fonte: BC

Gráfico 3.1.10 – Proporção de transações

Por forma de iniciação

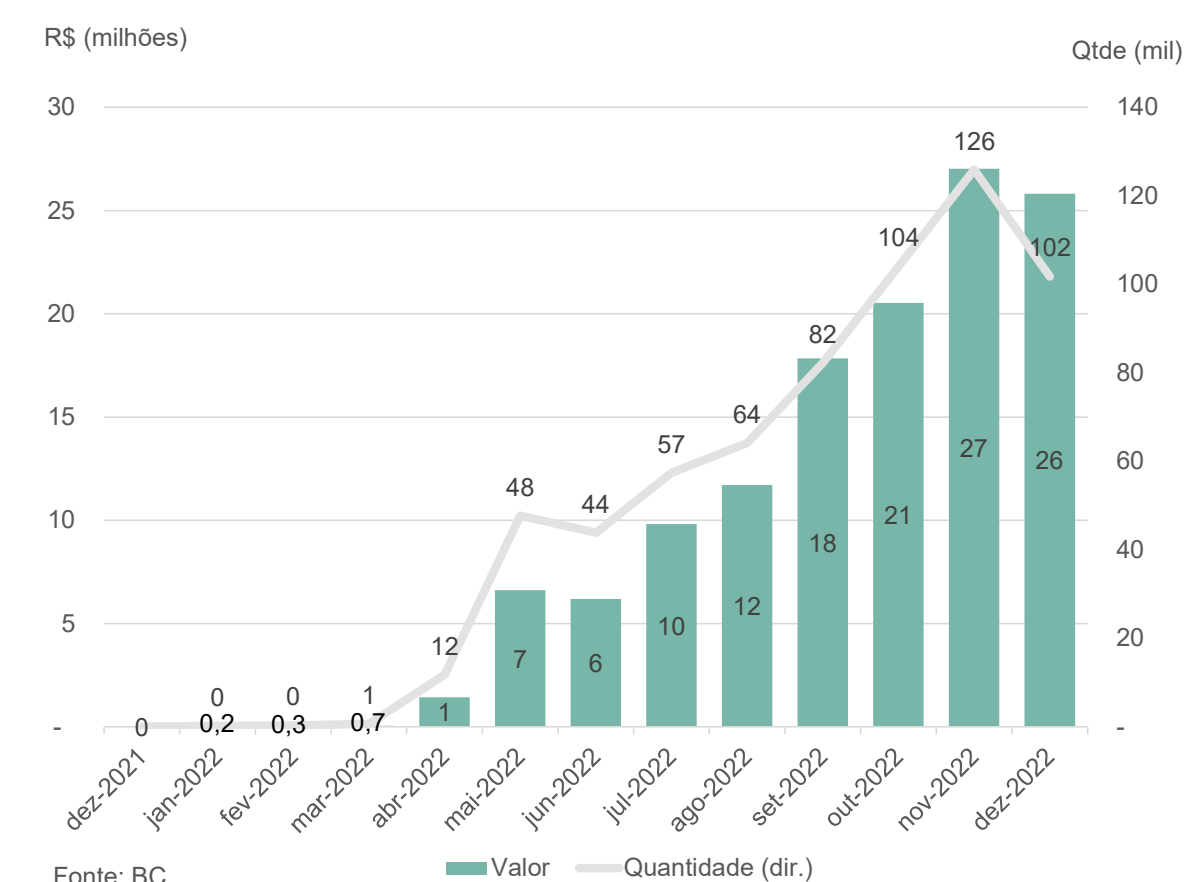


Fonte: BC

Outra forma para se iniciar uma transação Pix é por meio do serviço de iniciação de transação de pagamento, possibilidade instituída no ecossistema em outubro de 2021 (vide Seção 2.4). O mês com maior número de transações com iniciadores de pagamento foi em novembro de 2022, com 126 mil transações, totalizando R\$27 milhões em volume financeiro (Gráfico 3.1.11). É esperado que esse modo de iniciação Pix ganhe relevância à medida que os usuários possuam mais familiaridade com os conceitos e as regras do Open Finance, e com a conveniência das transações por meio do iniciador de pagamentos no Pix.

Gráfico 3.1.11 – Transações Pix iniciadas por meio da iniciação de transação de pagamento

Valor e quantidade de transações

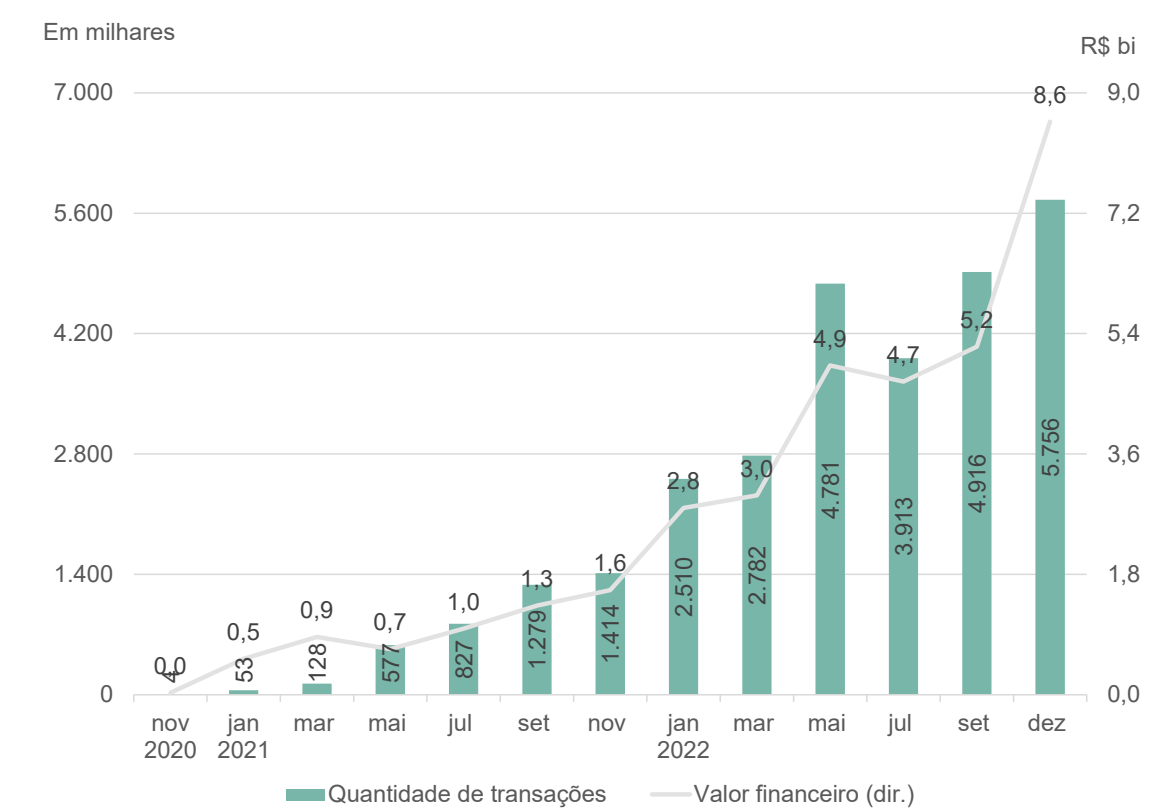


Fonte: BC

Entes governamentais têm adotado cada vez mais o uso do Pix, mas ainda há bastante espaço para expansão. A quantidade e o volume de transações envolvendo entes governamentais municipais, estaduais e federais vêm crescendo mensalmente de forma relevante, tendo atingido 8,6 milhões de transações, que representam o montante de R\$5,7 bilhões em dezembro de 2022 (Gráfico 3.2.12). De novembro de 2020 até o final de 2022, 18,2 mil entes governamentais utilizaram o Pix para pagamentos e/ou recebimentos, pulverizados em todas as esferas governamentais.

Gráfico 3.1.12 – Quantidade de transações e volume financeiro

Entes públicos

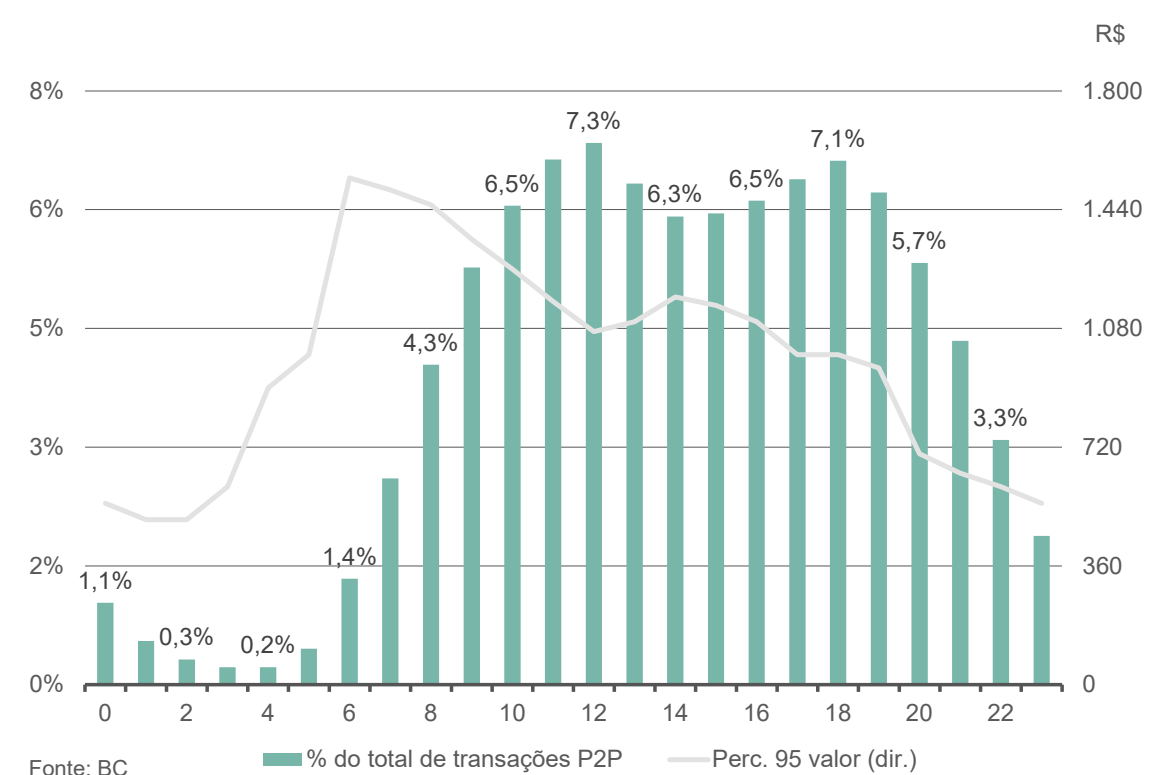


Fonte: BC

As transações Pix são concentradas no período diurno.¹⁸ Considerando o total de transações entre pessoas físicas desde o lançamento do Pix até o final de 2022, apenas 18,6% delas foram realizadas no período noturno (Gráfico 3.1.13), e mais de 95% das transações nesse período apresentaram valor igual ou inferior a R\$1.000,00. Apesar da concentração no horário diurno, percebe-se, todavia, um elevado uso do Pix entre 19h e 23h, horários em que não é possível realizar TEDs. Sendo assim, os dados indicam que a disponibilidade 24 horas por dia agrega valor e vem ao encontro das necessidades da população.

Gráfico 3.1.13 – Perfil intradia (P2P)

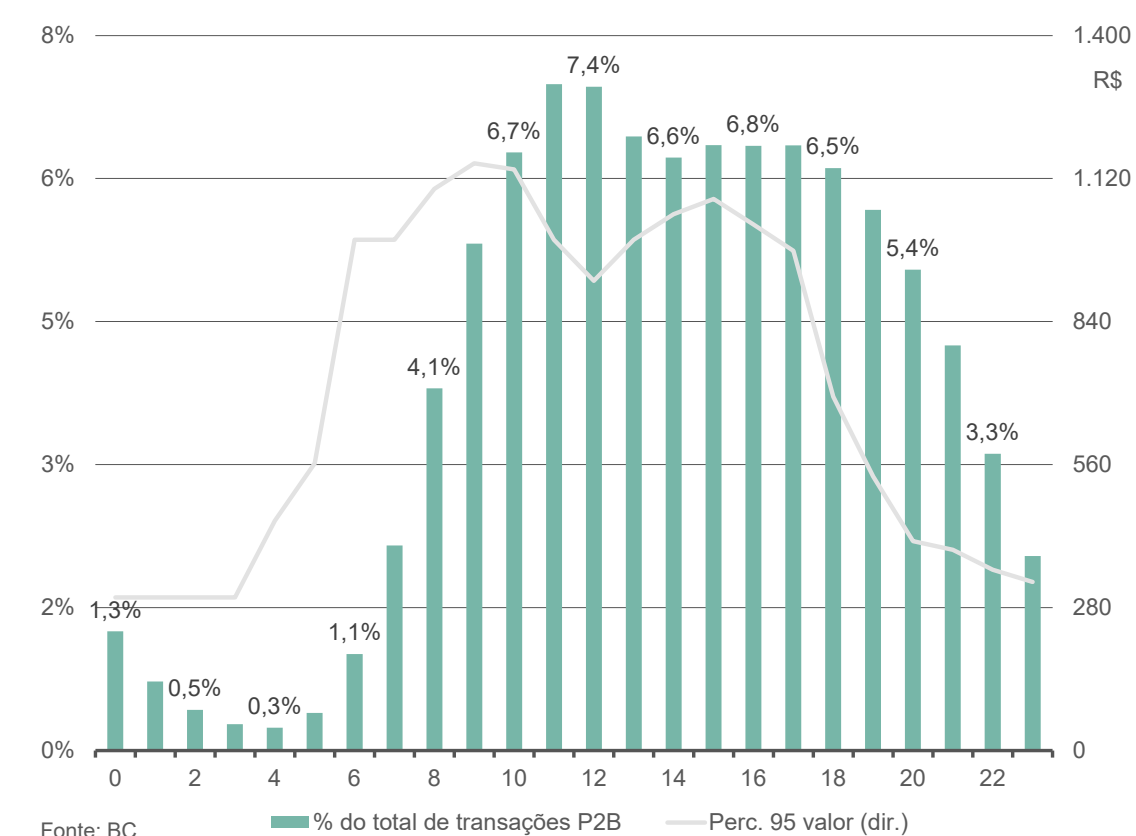
Por faixa de horário
Nov/20 a dez/22



¹⁸ O período diurno, em regra, compreende as transações realizadas entre 6h e 20h, enquanto o período noturno compreende as transações realizadas entre 20h e 6h.

Gráfico 3.1.14 – Perfil intradia (P2B)

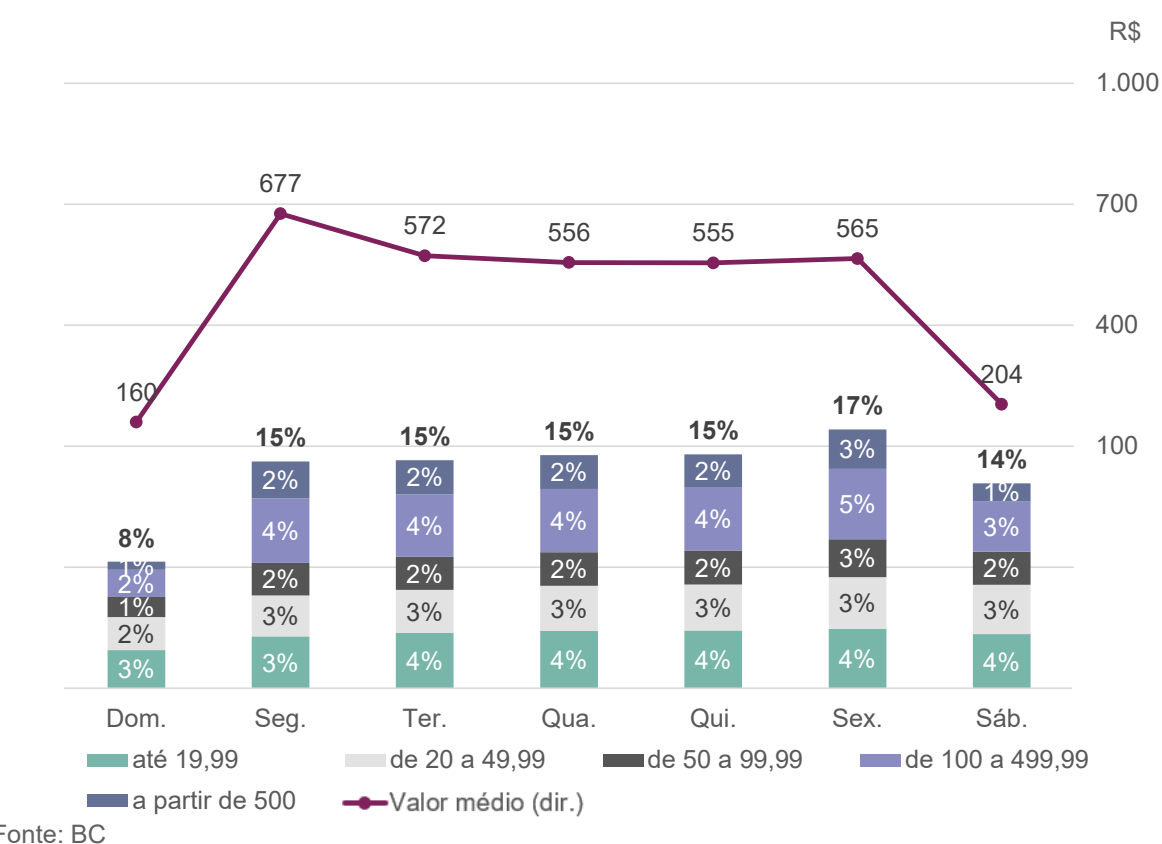
Por faixa de horário
Nov/20 a dez/22



Os dias úteis concentram a maior quantidade de transações no geral, principalmente as de maior valor. De segunda a sexta-feira, a quantidade de transações Pix representou aproximadamente 77% do total de transações ocorridas entre novembro de 2020 e dezembro de 2022. O valor médio das transações cai bastante no fim de semana devido à quantidade reduzida de operações de valor mais alto realizadas nesses dias (Gráfico 3.1.15).

Gráfico 3.1.15 – Perfil intrassemana

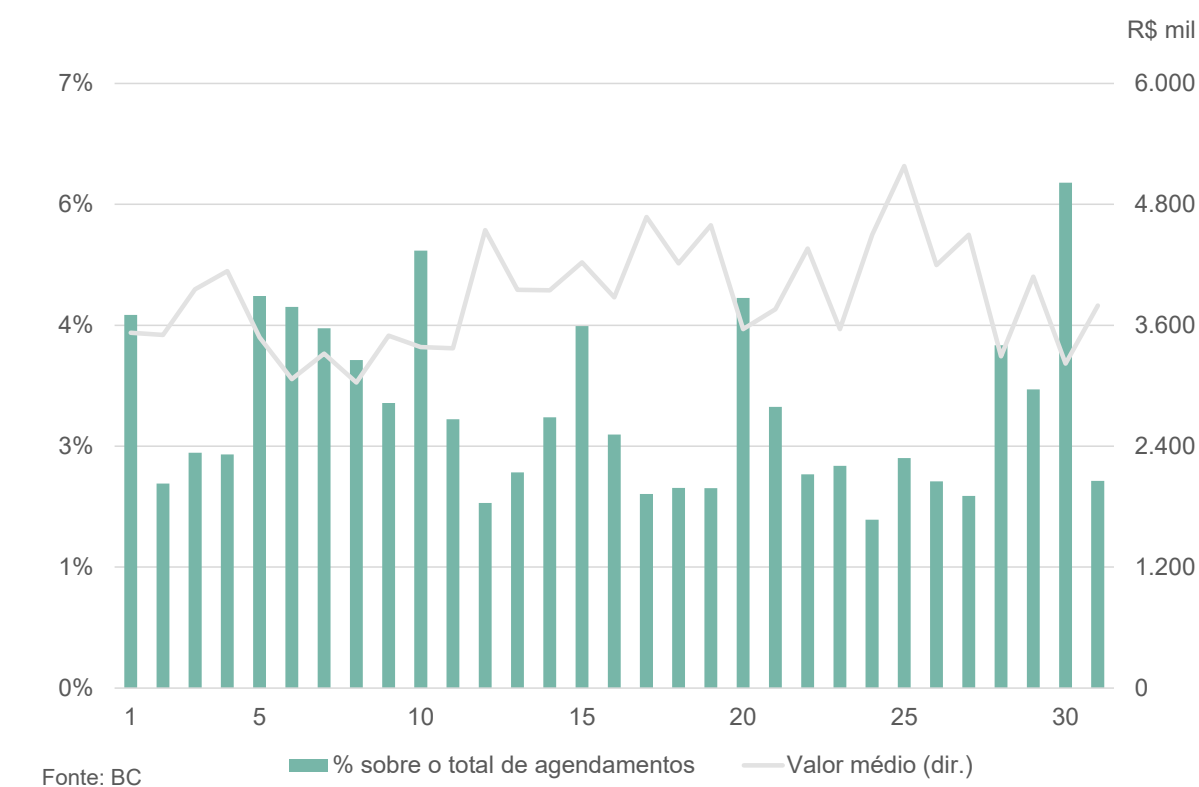
Percentual sobre a quantidade de transações total
Nov/20 a dez/22



Os agendamentos de transações Pix são realizados para datas típicas de vencimento de faturas e cobranças. A quantidade de transações agendadas é mais elevada no 30º dia do mês, perpassando mais de 6% do total de agendamentos realizados entre novembro de 2020 e dezembro de 2022, seguido do dia 10, com 5% dos agendamentos no mesmo período (Gráfico 3.1.16). Em relação ao valor médio diário, as transações agendadas não parecem demonstrar comportamento ou tendência definidos.

Gráfico 3.1.16 – Perfil intramês

Transações agendadas
Nov/20 a dez/22



As transações de Pix Saque e de Pix Troco vêm crescendo gradativamente desde o seu lançamento. No que se refere ao Pix Saque, em dezembro de 2021, mês de lançamento do produto, foram quatro mil saques, totalizando R\$440 mil. Um ano depois, em dezembro de 2022, as operações de Pix Saque somaram 569 mil saques, com montante equivalente a R\$74 milhões. O Pix Troco também apresentou crescimento em quantidade e em valor, porém em menores escalas quando comparado ao Pix Saque (Gráfico 3.1.17). Quando analisada a distribuição das transações de Pix Saque e Pix Troco por agentes de saques, percebe-se que a grande maioria dessas operações ocorre em caixas eletrônicos (ATM) compartilhados e em correspondentes bancários no país (Gráfico 3.1.18). No que se refere ao número de estabelecimentos que ofertam os serviços e já tiveram ao menos uma transação de Pix Saque e Pix Troco, verifica-se aumento gradativo, saindo de 1.700 no mês de lançamento (dezembro de 2021) para 11.800 estabelecimentos em dezembro de 2022, aumento de 594% em um ano (Gráfico 3.1.19). Por fim, é importante destacar que essas transações ocorrem majoritariamente fora das capitais do país, tanto para transações de Pix Saque quanto para transações de Pix Troco (Gráfico 3.2.20).

Gráfico 3.1.17 – Evolução das transações de Pix Saque e de Pix Troco

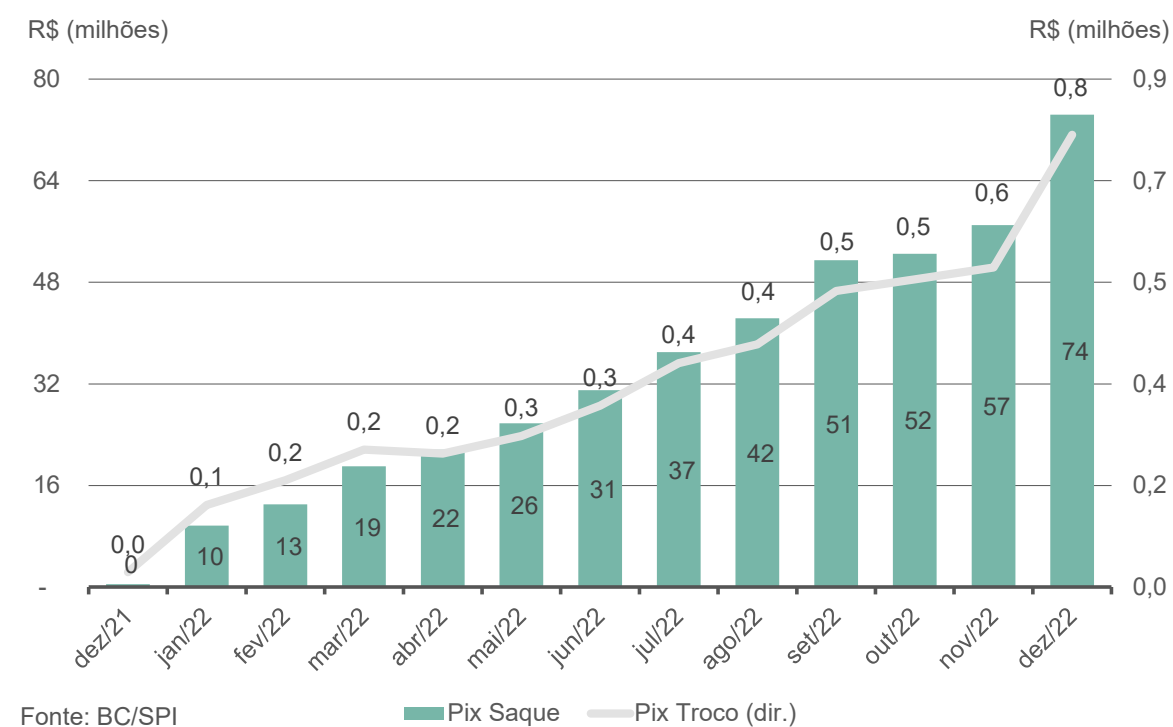


Gráfico 3.1.18 – Distribuição das transações de Pix Saque e Pix Troco por agentes que ofertam serviço de saque
Dez/21 a dez/22

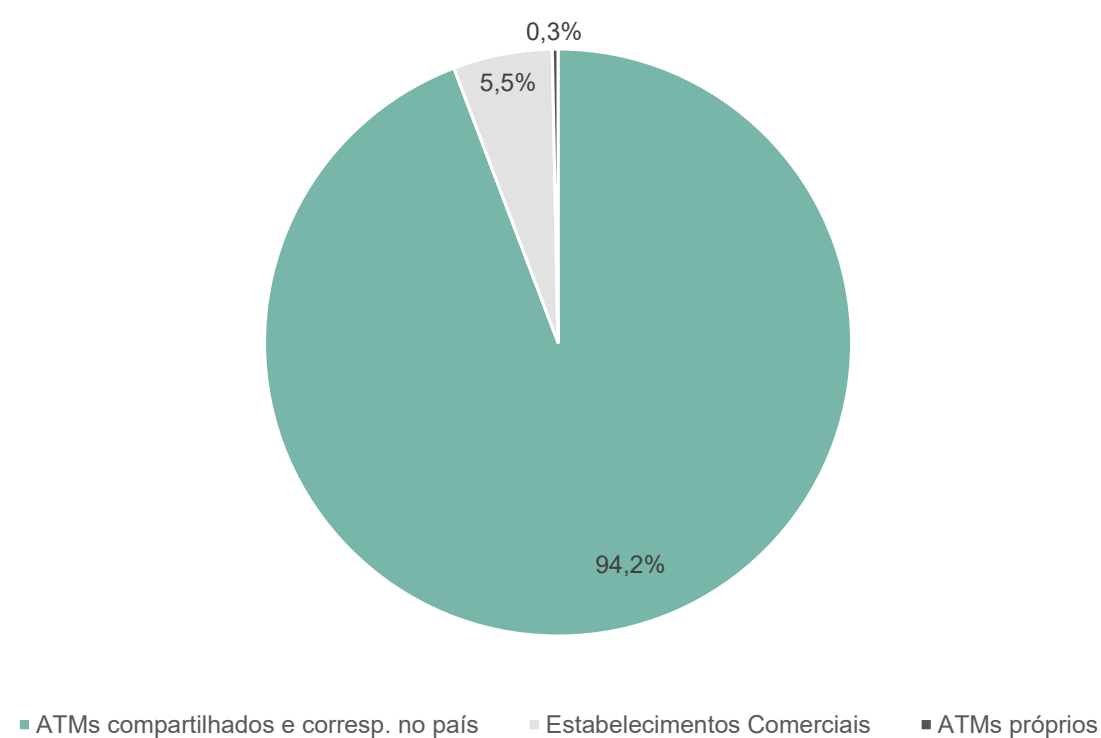


Gráfico 3.1.19 – Quantidade de estabelecimentos que disponibilizam saque por meio do Pix e já tiveram ao menos uma transação de Pix Saque e Pix Troco

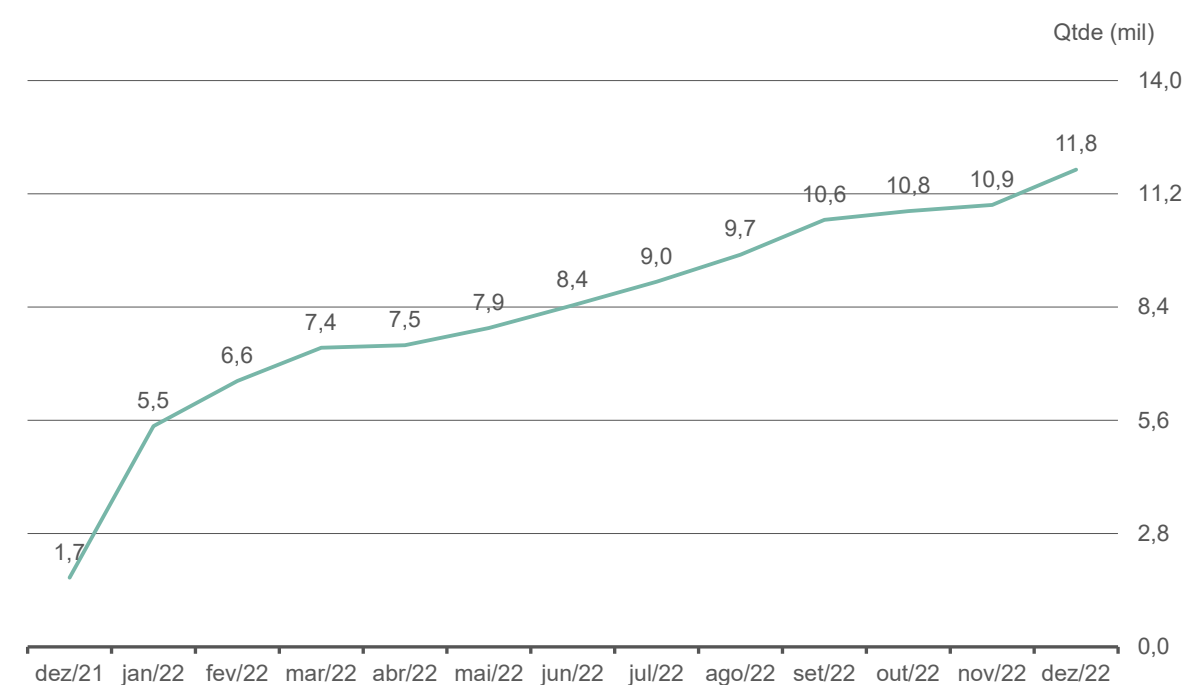
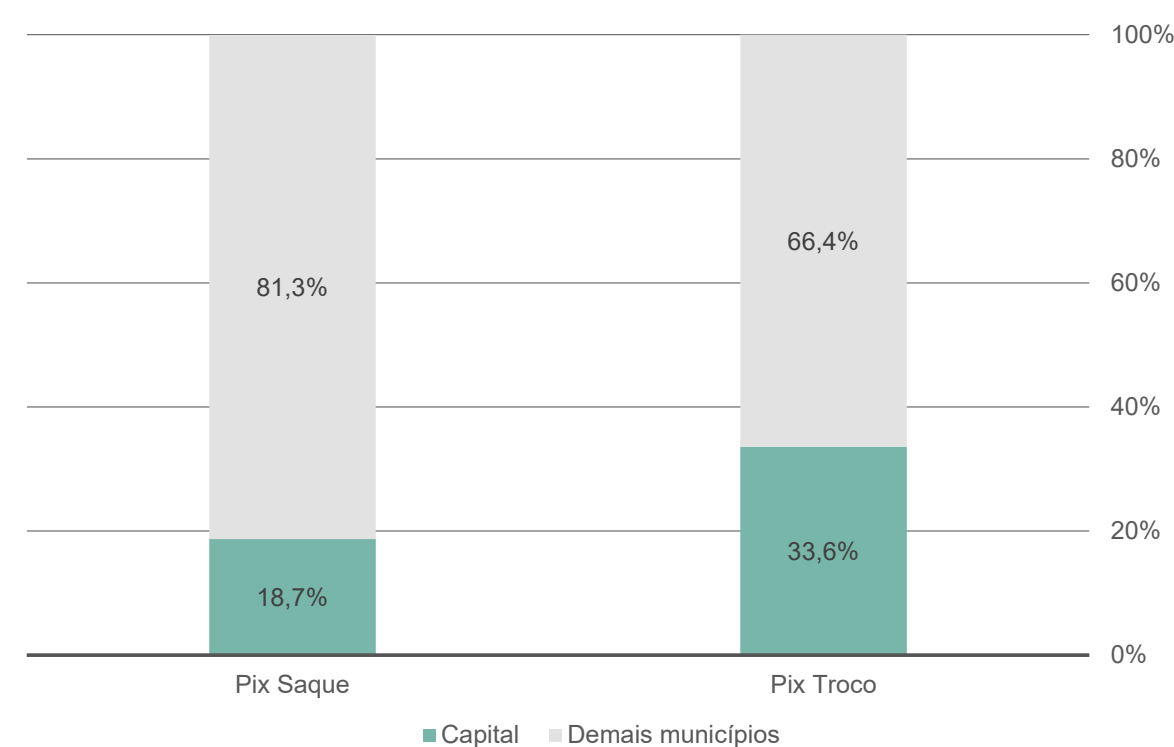


Gráfico 3.1.20 – Percentual das transações de Pix Saque e Pix Troco, entre capital e demais municípios
Dez/21 a dez/22



Você sabia?

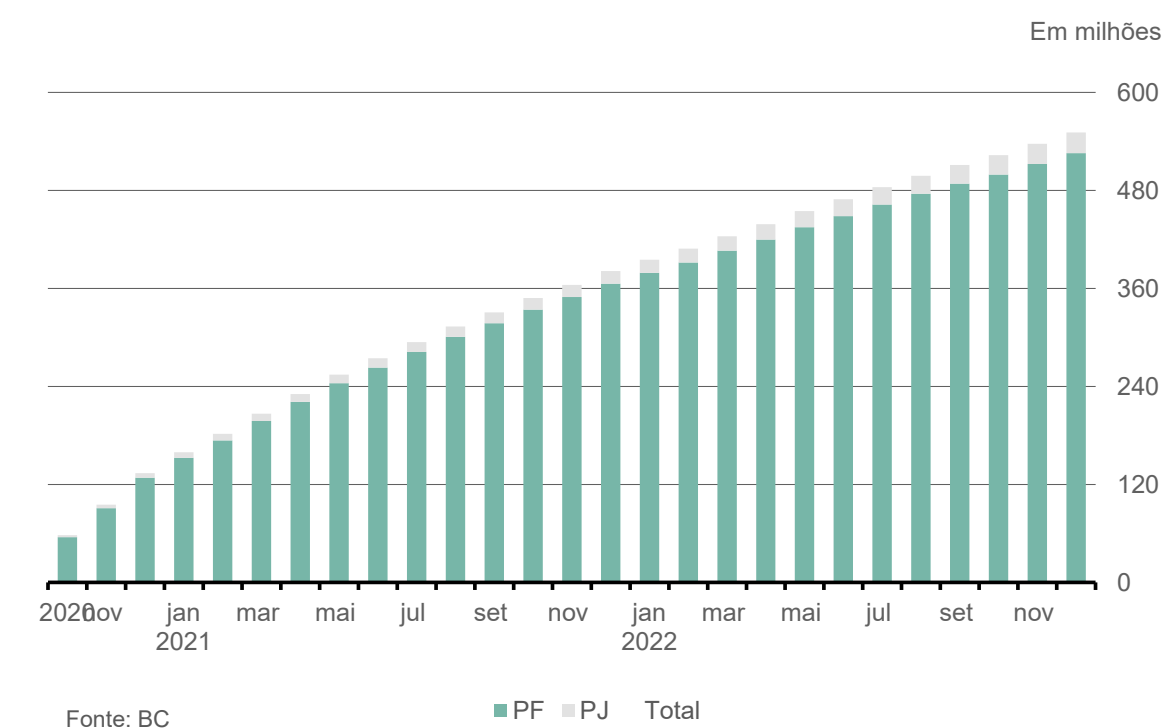
Do lançamento até dezembro de 2022, o dia com o maior número de transações do Pix foi 20 de dezembro de 2022, com 103,6 milhões de transações. Também foi o recorde em valor, com R\$60,2 bilhões movimentados no dia.

O dia pode estar acabando, mas o Pix continua funcionando a todo vapor. No último minuto de cada dia, em média, são liquidadas oito mil transações.

3.2 Chaves Pix

A quantidade de chaves Pix cadastradas vem apresentando crescimento expressivo, sendo as pessoas físicas responsáveis pela ampla maioria delas. No primeiro mês de operação do Pix, em novembro de 2020, havia 95 milhões de chaves Pix cadastradas, sendo 96% das chaves de pessoas físicas. Ao final de 2022, 133 milhões de cidadãos (77% da população adulta)¹⁹ e 11,8 milhões de empresas (67% das empresas com relacionamento bancário no país)²⁰ detinham um total de 551 milhões de chaves (Gráfico 3.2.1), vinculadas a aproximadamente quatrocentos milhões de contas.²¹ Em relação aos tipos de chaves cadastradas, a aleatória é a mais representativa, representando em dezembro de 2022 42% das chaves registradas (Gráfico 3.2.2).

Gráfico 3.2.1 – Quantidade de chaves Pix

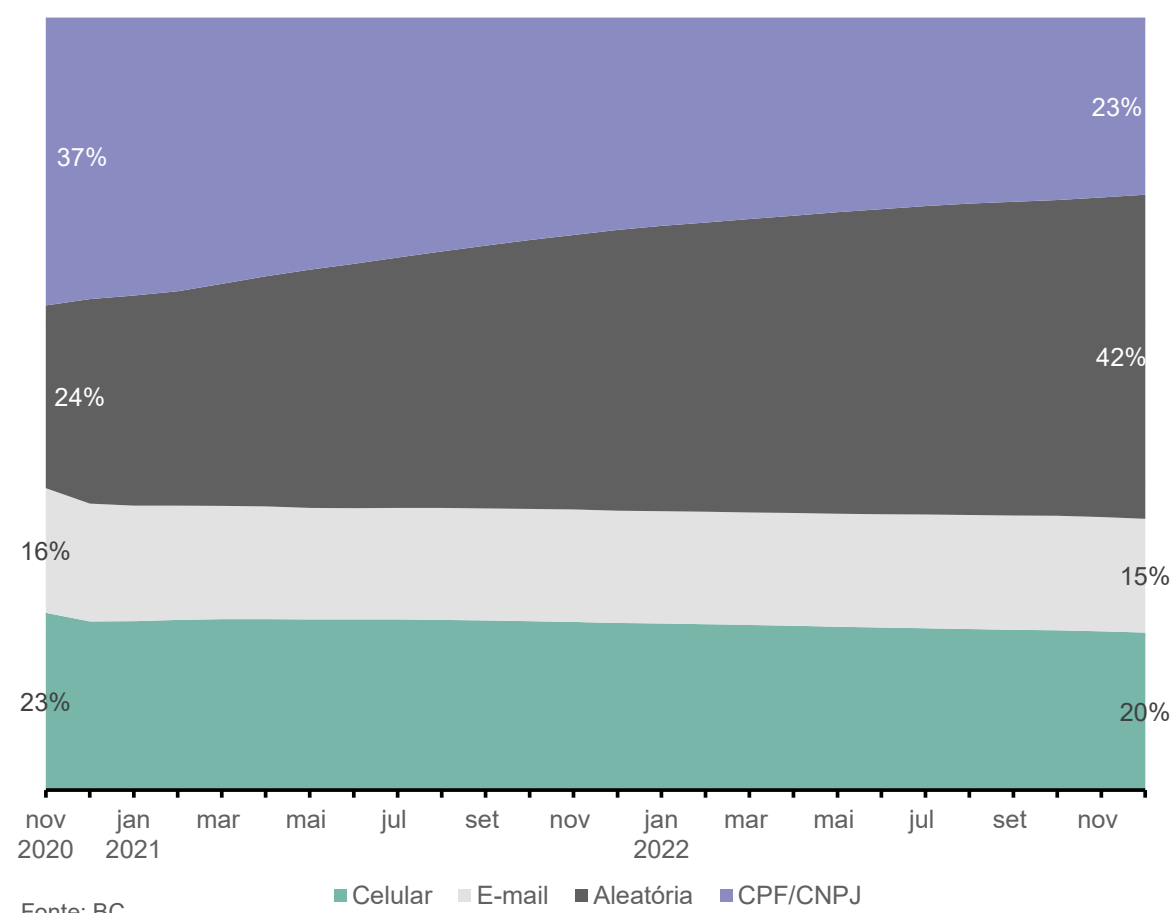


¹⁹ População acima de 14 anos, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Dados do 4º trimestre de 2022.

²⁰ Número de pessoas jurídicas com relacionamentos vigentes com o SFN, contadas uma única vez, mesmo que essas tenham relacionamentos com mais de uma instituição. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/ccsestatisticas>.

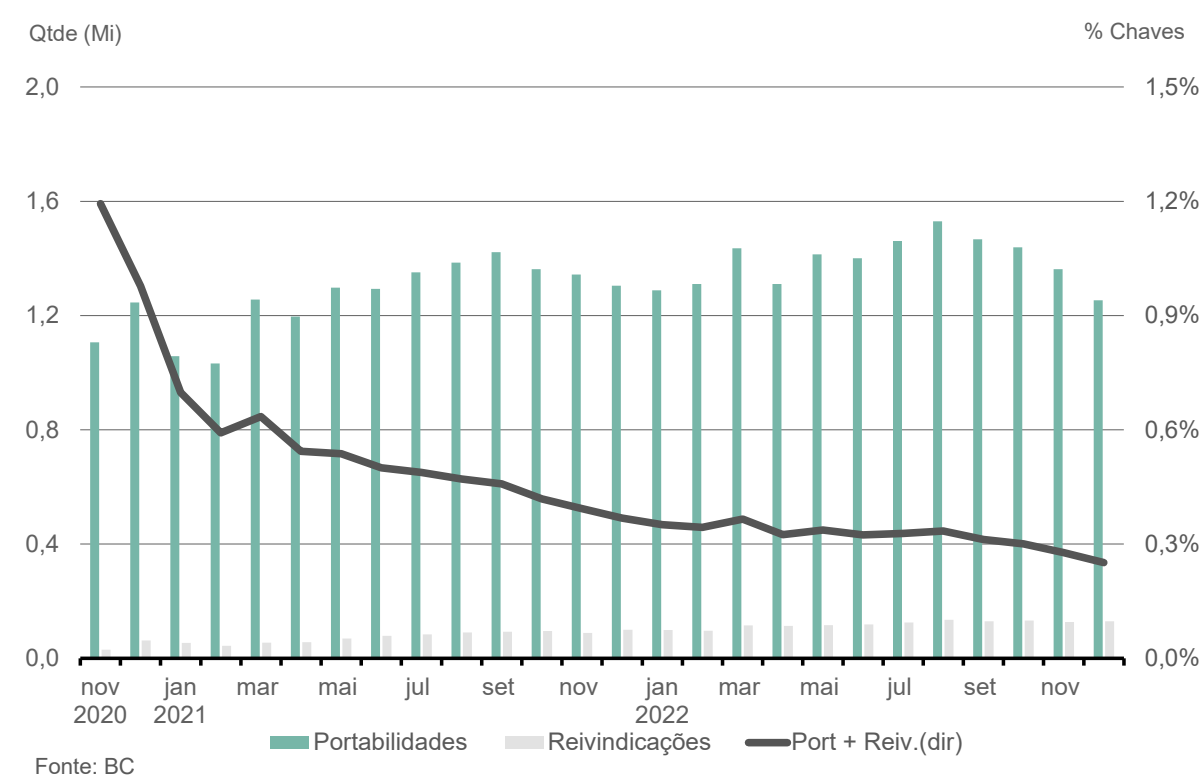
²¹ As contas transacionais do Pix podem ser conta-corrente, poupança ou conta de pagamento pré-paga. Cada conta de pessoa física pode ter até cinco chaves Pix vinculadas, e cada pessoa jurídica pode cadastrar até vinte chaves por conta.

Gráfico 3.2.2 – Tipos de chaves



O Pix dispõe de funcionalidades para gestão de chaves pelos usuários, como portabilidade e reivindicação de posse. A portabilidade das chaves garante flexibilidade ao usuário, uma vez que permite a migração, com facilidade, da chave entre instituições participantes do Pix com as quais o usuário detentor da chave mantenha relacionamento. Já a reivindicação de posse é a funcionalidade que permite que se altere o vínculo entre chave e conta para outra titularidade. Desde o lançamento do Pix, foram realizadas aproximadamente 35 milhões de portabilidades e concluídos 2,5 milhões de processos de reivindicação de posse (Gráfico 3.2.3). Juntas, as funcionalidades representam uma média de 1,4 milhão de processos concluídos por mês.

Gráfico 3.2.3 – Portabilidades e reivindicações de chaves



3.3 Usuários

3.3.1 Pessoas físicas

O Pix tem amplo alcance na população adulta brasileira, sendo bastante utilizado em todas as regiões do país. Até dezembro de 2022, 133 milhões de pessoas físicas já tinham feito ou recebido pelo menos um Pix, o que equivale a 77% da população adulta²² (Gráfico 3.3.1). Em vinte unidades da Federação, o percentual de adultos usuários do Pix é superior a 70%, com destaque para o estado de Roraima e o Distrito Federal, que apresentam percentual superior a 90%. Mesmo entre os menores índices, nos estados do Maranhão e do Piauí, o percentual de adultos usuários do Pix ainda é acima de 60% (Gráfico 3.3.2).

Gráfico 3.3.1 – Pessoas físicas que já fizeram ou receberam um Pix

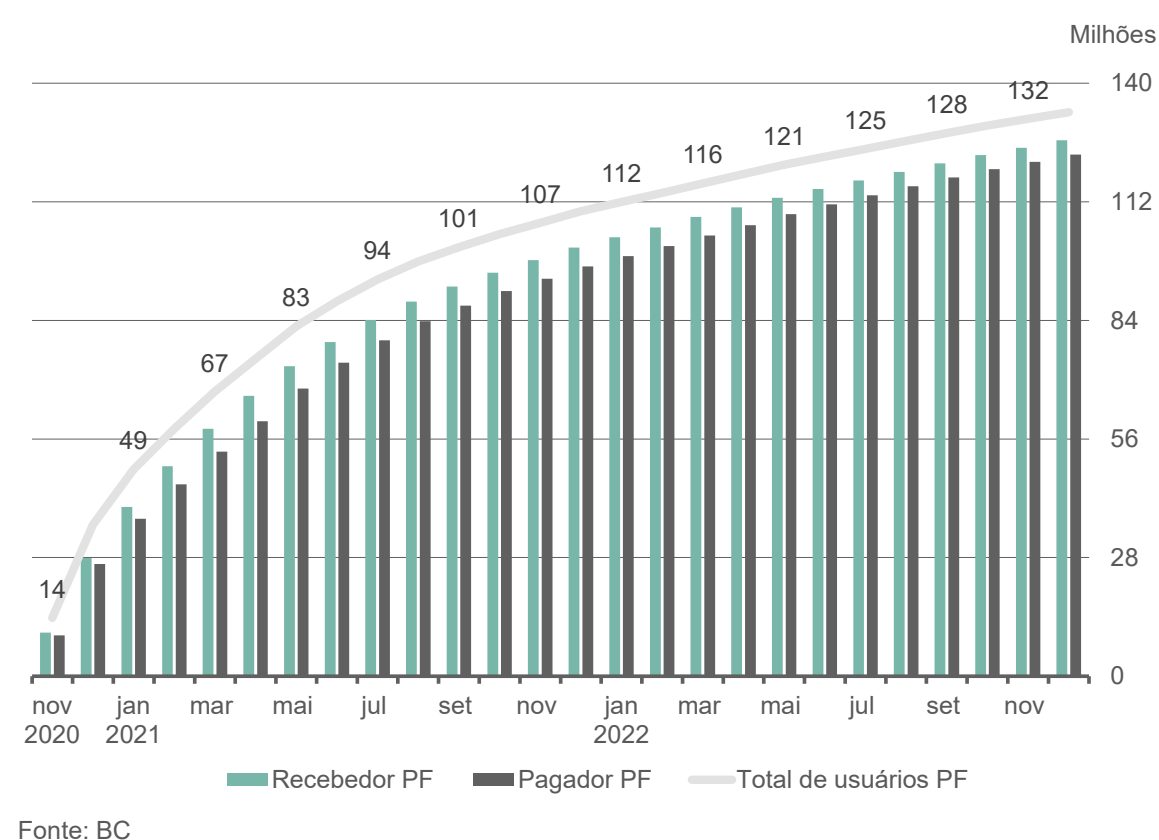
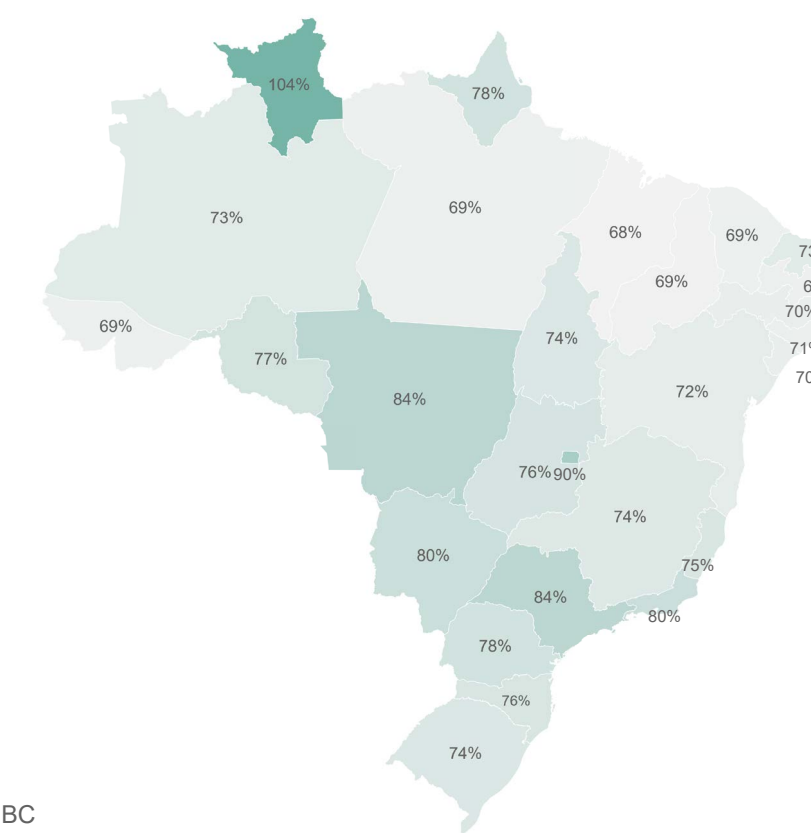


Gráfico 3.3.2 – Pessoas físicas que já fizeram ou receberam um Pix em relação à população adulta, por estado

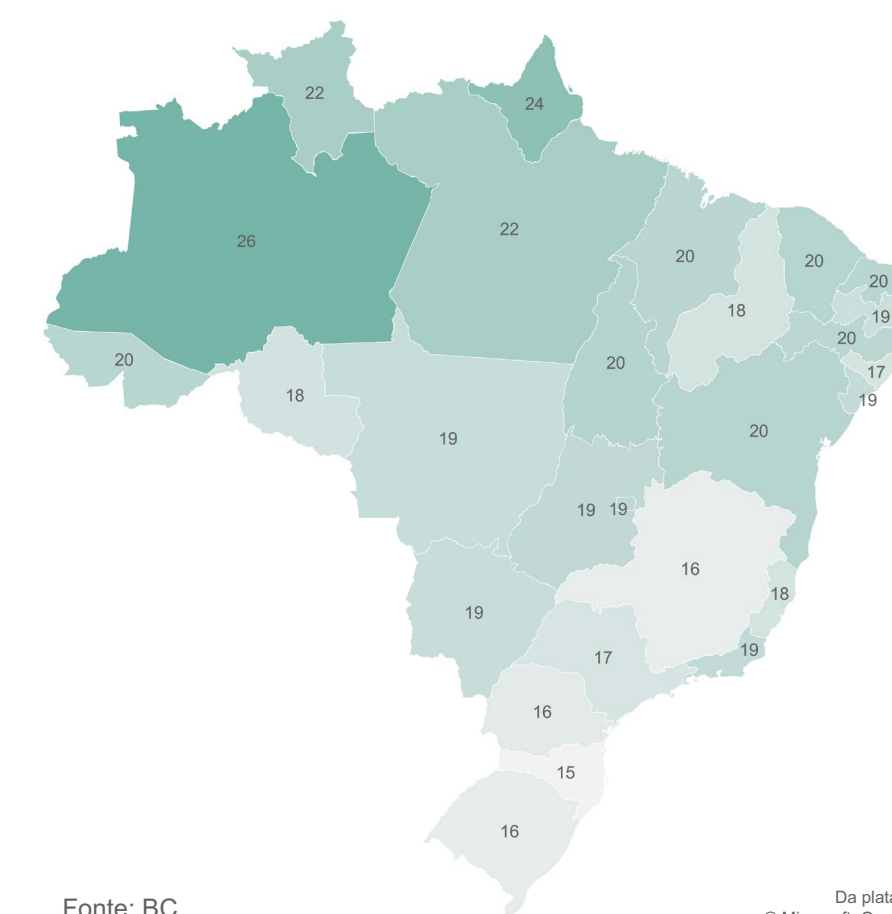
Transações entre nov/20 e dez/22



A frequência de utilização do Pix é relevante em todas as regiões do Brasil. Se considerarmos apenas os indivíduos que já enviaram ou receberam um Pix, a região Norte se destaca, com 21 transações por pessoa, seguida pela região Nordeste, com média de dezenove transações por pessoa. Individualmente, Amazonas e Amapá são os estados com a maior quantidade de Pix por usuário nesse indicador, com 26 e 24 transações respectivamente (Gráfico 3.3.3).

Gráfico 3.3.3 – Quantidade de transações por usuários Pix (pessoas físicas), por UF

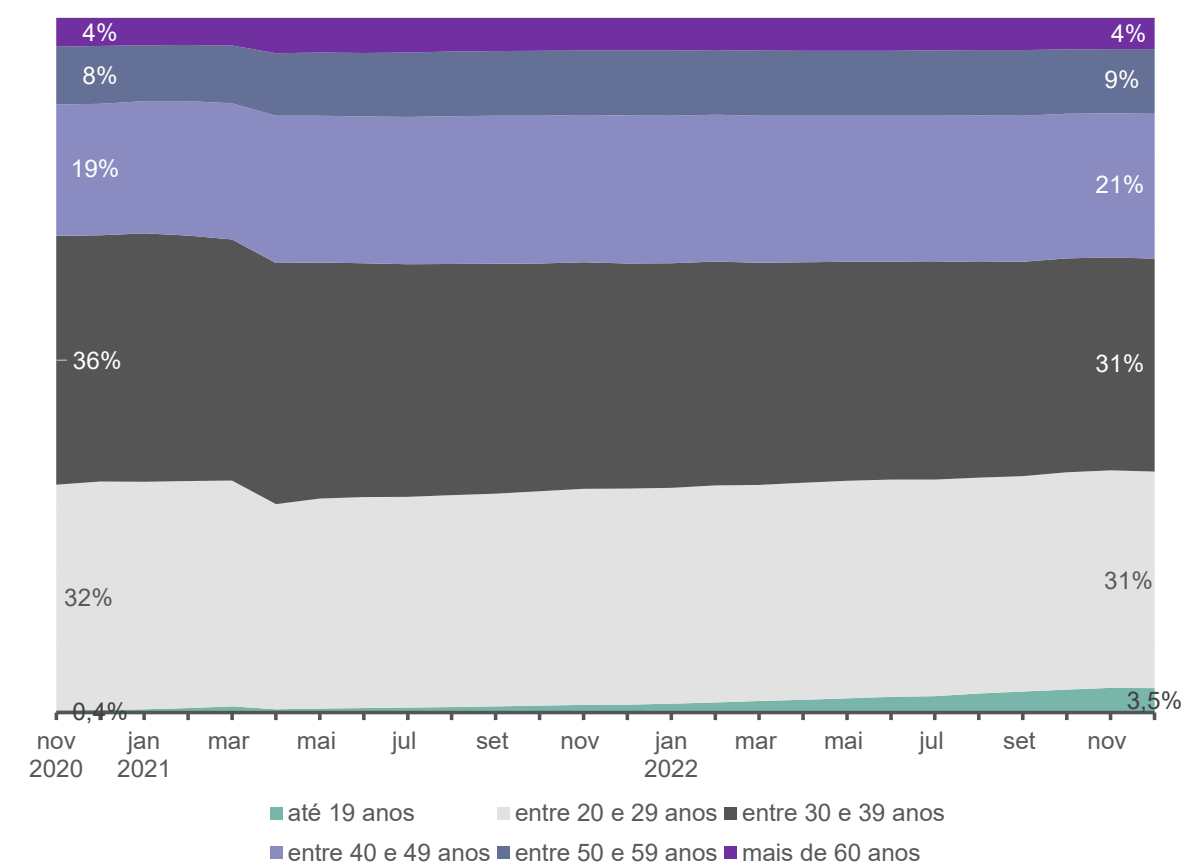
Transações entre nov/20 e dez/22



²² População acima de 14 anos, conforme PNAD Contínua, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>.

As transferências e os pagamentos por meio do Pix são majoritariamente realizados por adultos na faixa dos 20 aos 39 anos. Entretanto, a proporção de transações de usuários com idade entre 30 e 39 anos caiu de 36%, em novembro de 2020, para 31% em dezembro de 2022 (Gráfico 3.3.4), uma vez que, desde o lançamento do Pix, o perfil dos usuários expandiu na faixa até 19 anos e discretamente na faixa entre 50 e 59 anos. Os dados demonstram que a utilização do Pix tem mostrado crescimento tanto na população mais jovem, embora ainda com modesto grau de utilização (3,5% do total), quanto na população mais madura.

Gráfico 3.3.4 – Quantidade de transações por faixa etária do pagador

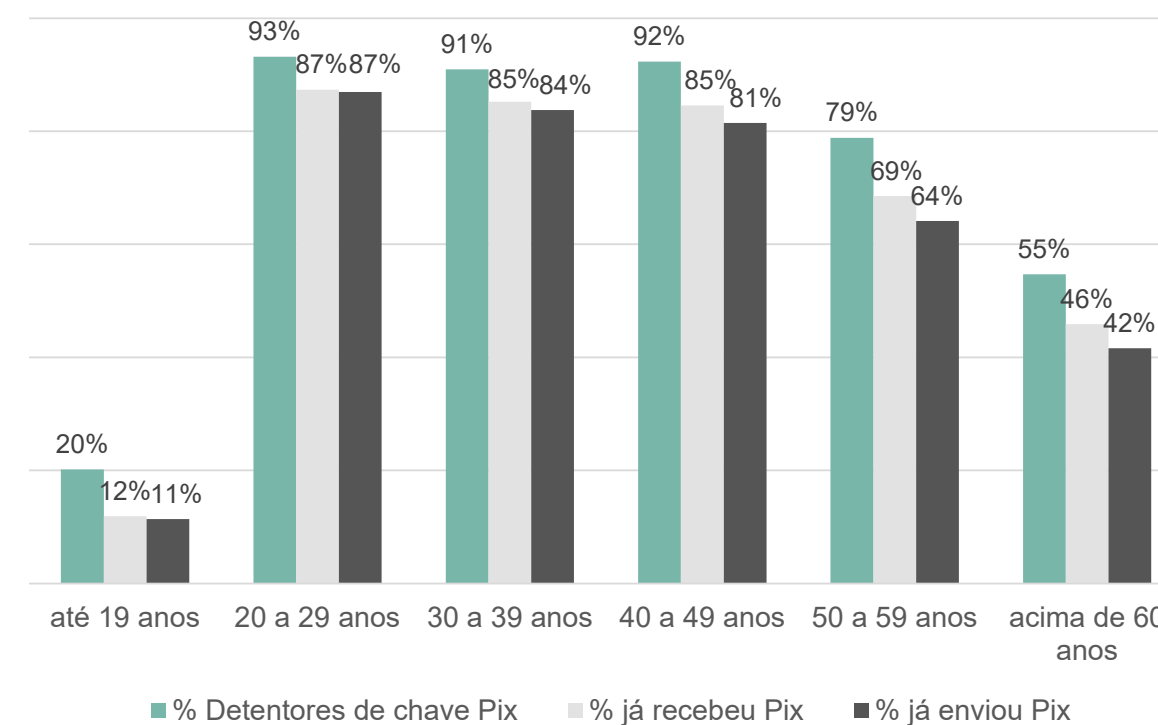


Fonte: BC

Em relação ao nível de adoção por faixa etária, dados entre janeiro e dezembro de 2022 mostram que aquela que apresentou a maior adoção é a faixa entre 20 e 29 anos, com expressivos 93% da população nessa idade com alguma chave Pix registrada, e 87% tendo feito ou recebido ao menos um Pix (Gráfico 3.3.5). Adicionalmente, cumpre destacar que mais de 80% da população entre 20 e 59 anos já enviou ou recebeu ao menos um Pix no período, o que destaca a expressiva utilização do Pix dentre a população adulta. Percebe-se, ainda, adoção relevante na faixa etária de 60 anos ou mais, com mais de 42% dessa população já tendo enviado ou recebido ao menos um Pix, mesmo com as eventuais barreiras tecnológicas usualmente mais presentes na população mais madura.

Gráfico 3.3.5 – Percentual de utilização Pix, por faixa etária

Jan/22 e dez/22

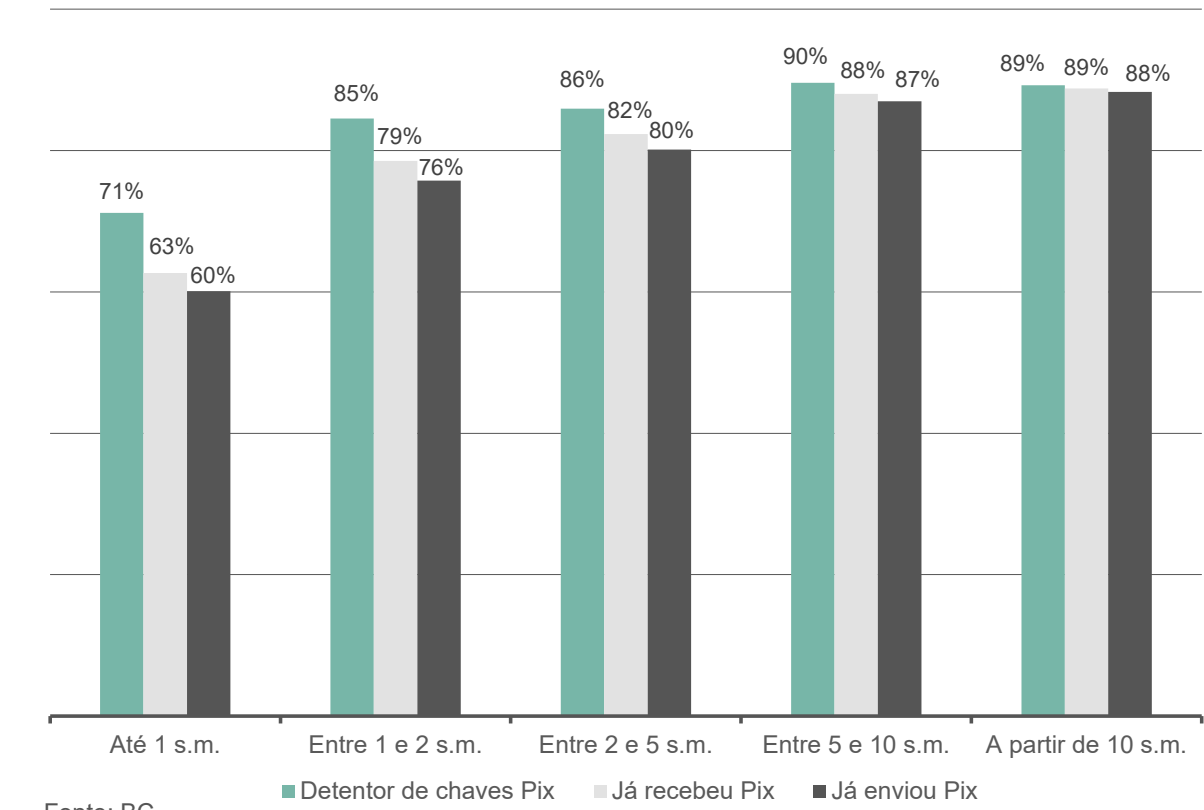


Fonte: BC

O Pix se tornou popular também entre os brasileiros de todas as faixas de renda.²³ Tendo em conta as pessoas físicas com relacionamento bancário e as transações ocorridas entre janeiro e dezembro de 2022, quando consideradas as pessoas com renda de até um salário mínimo (s.m.), mais de 60% da população já enviou ou recebeu pelo menos um Pix, e 71% é detentora de chave Pix, o que mostra o quão importante o Pix se tornou como meio de transferência de recursos para a população de menor renda. Já nas faixas de maior renda, o Pix já foi utilizado por mais de 87% da população, e mais de 89% das pessoas nessas faixas de renda possuem chaves Pix registradas (Gráfico 3.3.6).

Gráfico 3.3.6 – Percentual de utilização Pix, por faixa de renda

Jan/22 e dez/22



Fonte: BC

Você sabia?

As transferências e os pagamentos realizados por meio do Pix permitem o envio de uma breve mensagem do pagador para o receptor. Levantamento realizado com as palavras mais utilizadas demonstra a associação das transferências com o pagamento de obrigações (contas, boleto, aluguel, pagar parcela, pagamento etc.), determinados tipos de bens (bolo, carro, roupa, presente, perfume, TV etc.) e serviços (cabelo, unha, lanche, almoço, dentista, limpeza, frete etc.)

As cem palavras mais utilizadas na descrição de um Pix

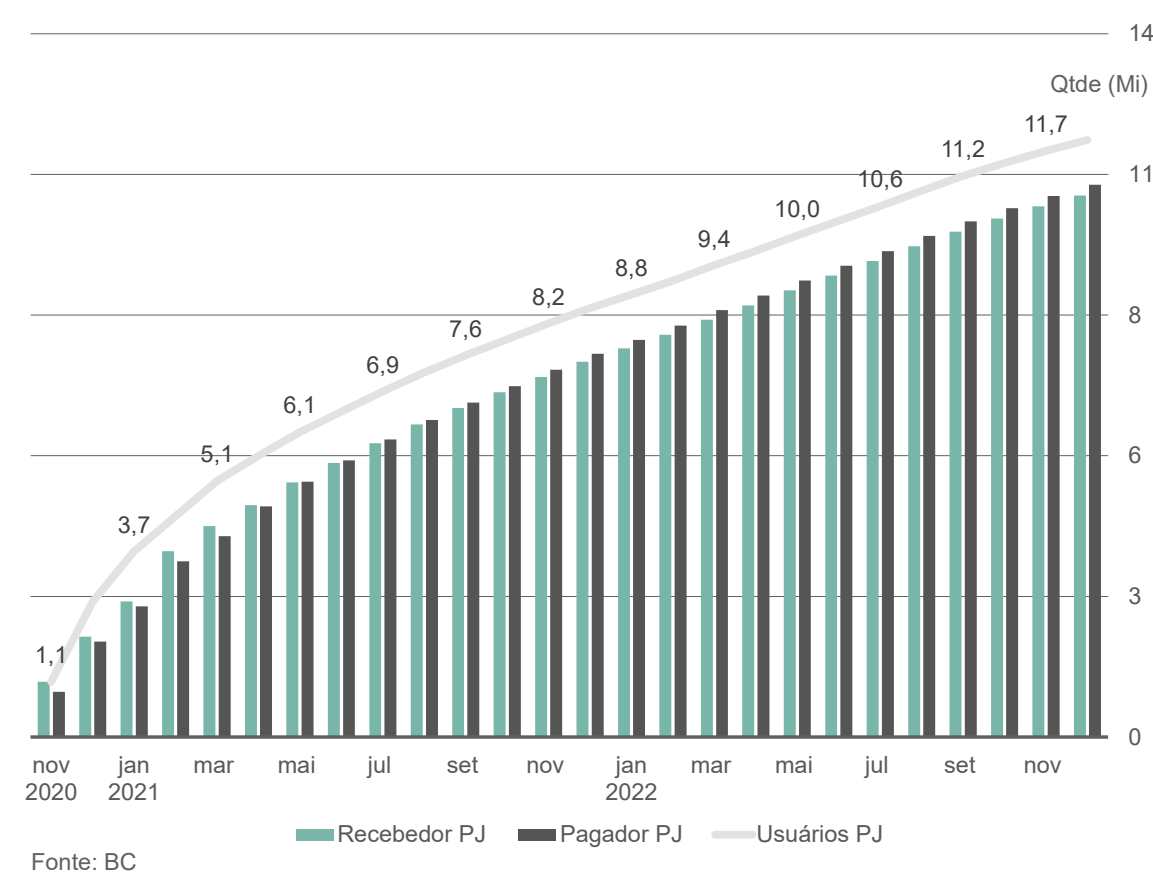


²³ Renda dos clientes declarada pelas instituições financeiras no Sistema de Informações de Crédito (SCR).

3.3.2 Pessoas jurídicas

Além das pessoas físicas, também empresas, sociedades, fundações, organizações e demais personalidades jurídicas têm rapidamente adotado o Pix como meio de pagamento e de recebimento. Até dezembro de 2022, 11,9 milhões de pessoas jurídicas já haviam feito ou recebido pelo menos um Pix (Gráfico 3.3.7), o que equivale a aproximadamente 67% das instituições com relacionamento bancário.

Gráfico 3.3.7 – Pessoas jurídicas que já fizeram ou receberam um Pix



As empresas que mais utilizaram o Pix para recebimento de valores, segundo sua classificação na divisão CNAE,²⁴ são provenientes principalmente do comércio varejista e, em menor escala, dos serviços de escritório e apoio administrativo, atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas, alimentação e atividades auxiliares de serviços financeiros e afins, como seguros e previdência complementar (Gráfico 3.3.8). As empresas que mais realizaram pagamentos por meio do Pix são majoritariamente provenientes do setor de comércio varejista, o que demonstra que essa atividade é a que mais vem utilizando o Pix para seus pagamentos e recebimentos (Gráfico 3.3.9).

²⁴ Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Mais informações em: <https://concla.ibge.gov.br/concla.html>.

Gráfico 3.3.8 – Setores que mais receberam com Pix (CNAE)

% quantidade de transações

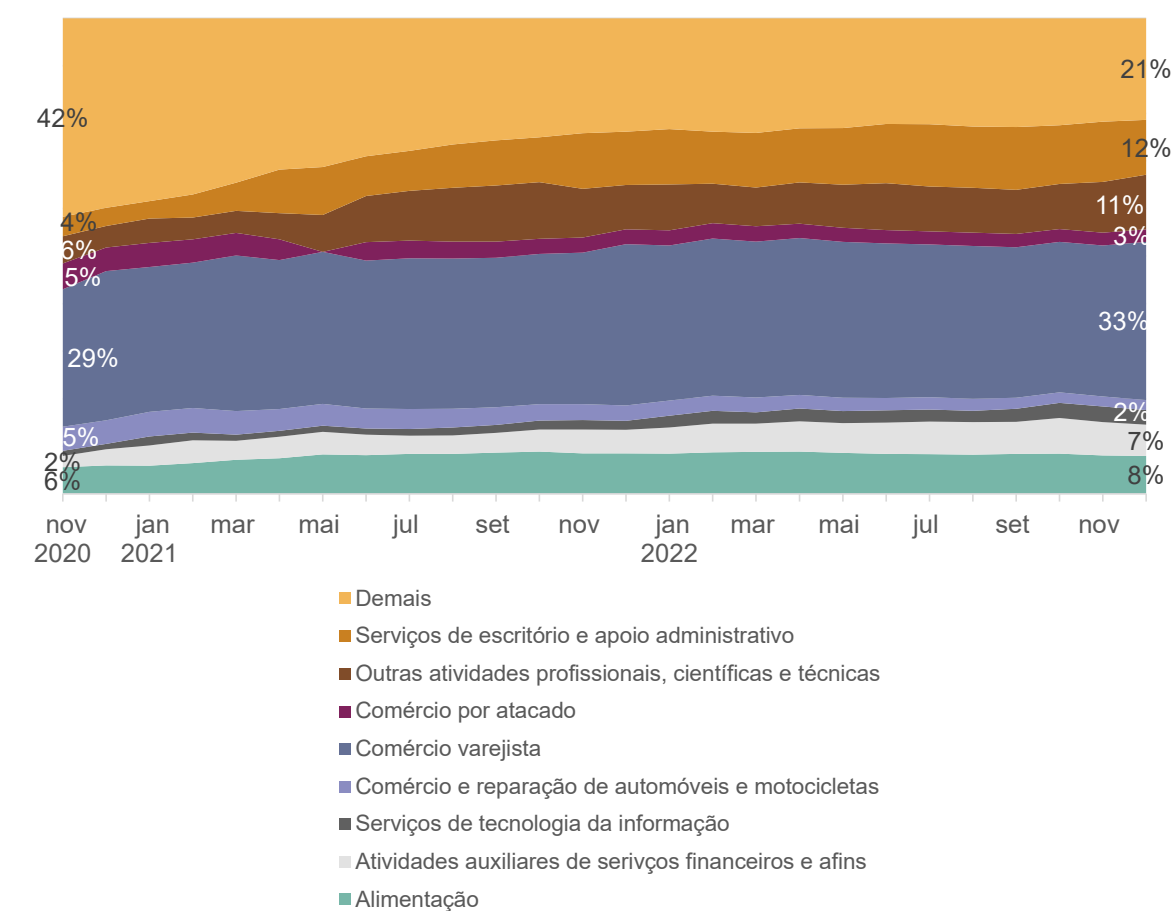
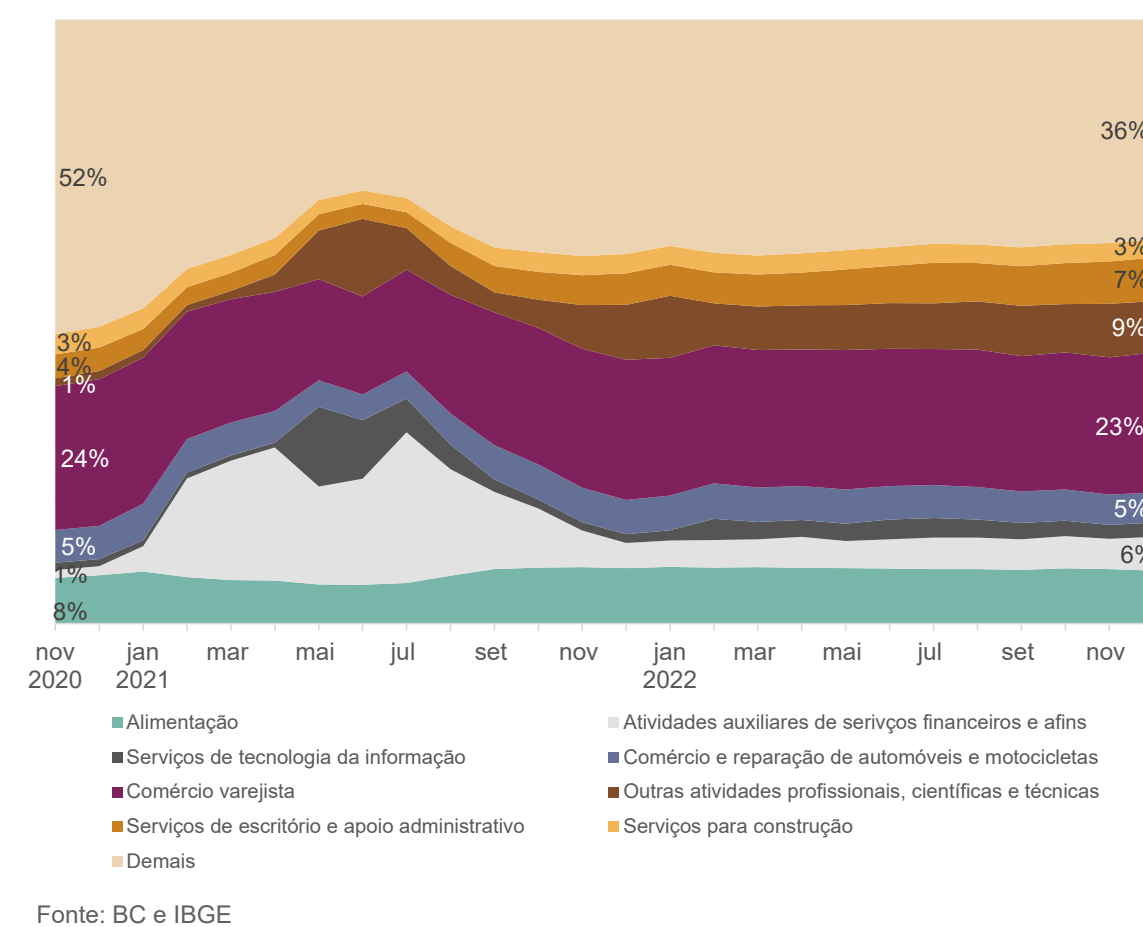


Gráfico 3.3.9 – Setores que mais fizeram Pix (CNAE)

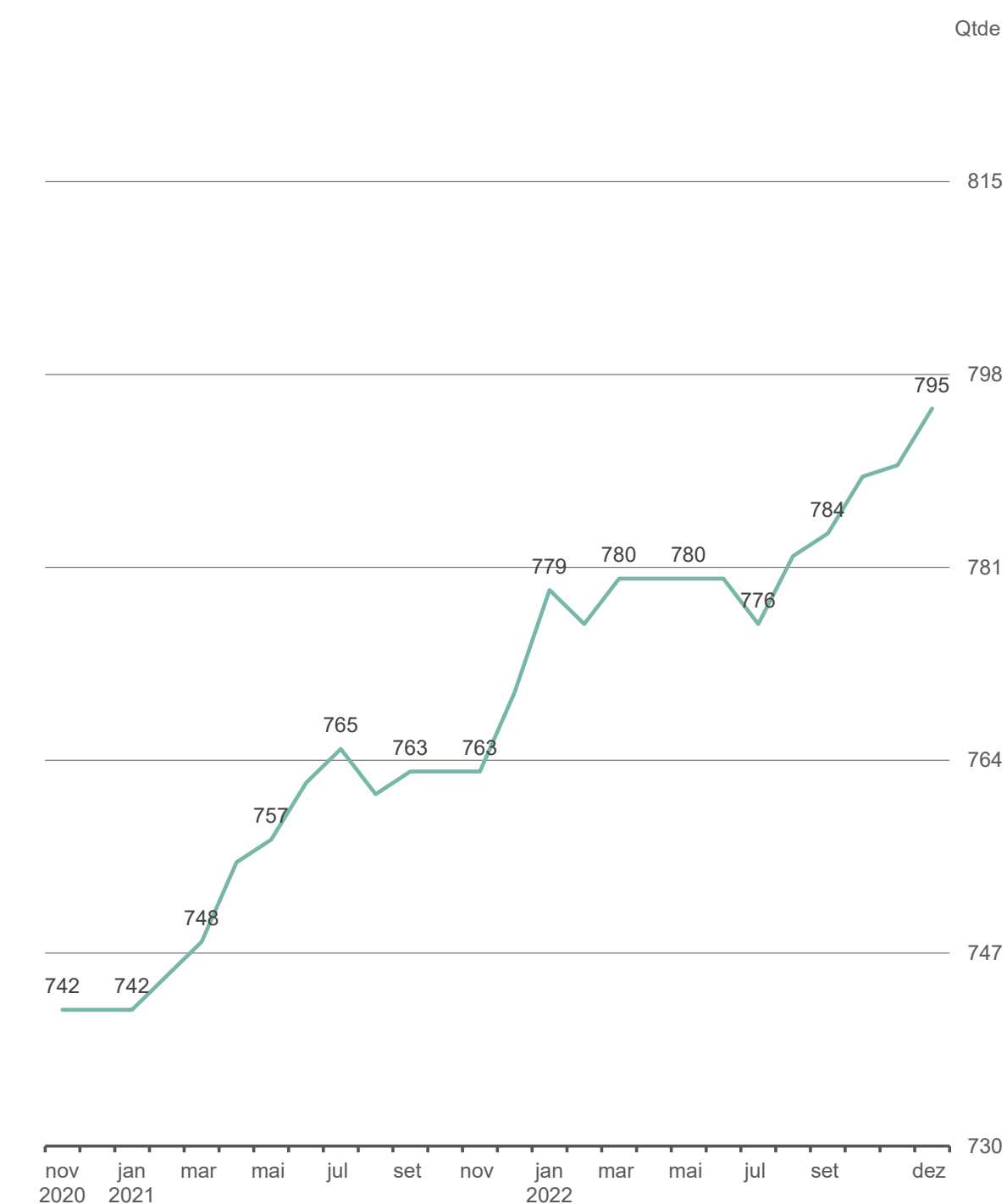
% quantidade de transações



3.4 Participantes

O Pix é um ecossistema aberto que viabiliza a participação de diversos tipos de instituições financeiras e instituições de pagamento. Apesar da grande quantidade de participantes desde o seu lançamento, sendo a grande maioria participantes facultativos,²⁵ a participação no Pix, nos diversos segmentos, continua crescendo gradativamente, encerrando 2022 com 795 instituições (Gráfico 3.4.1).

Gráfico 3.4.1 – Participantes ativos



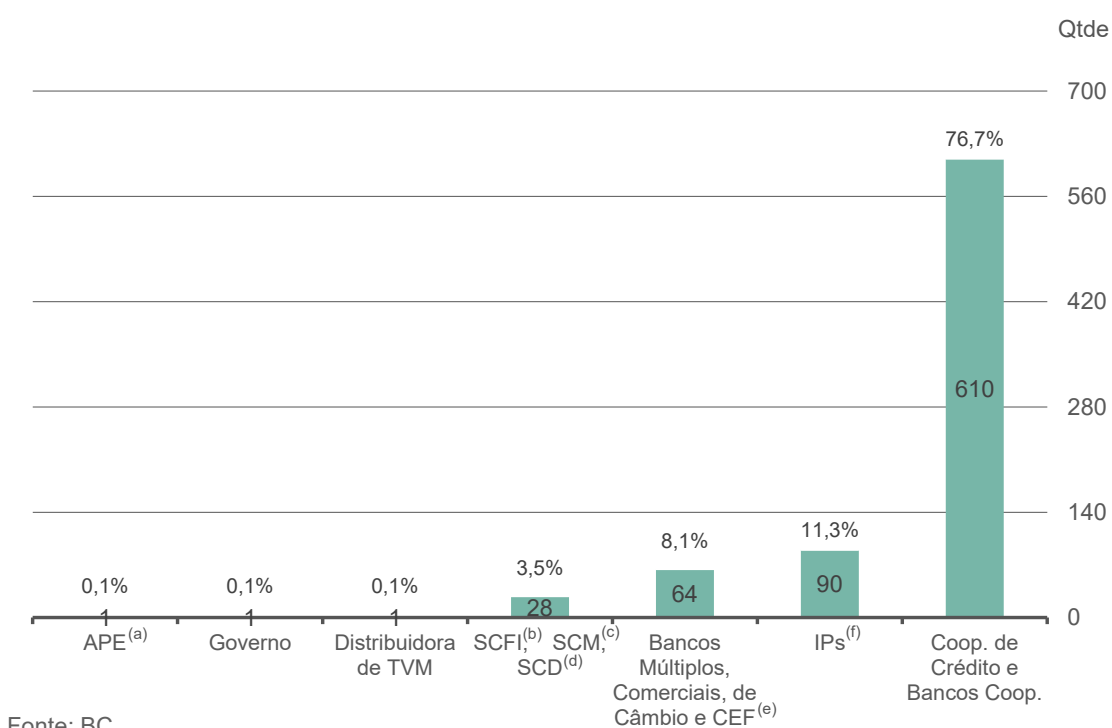
Além das cooperativas de crédito e dos bancos múltiplos ou comerciais, marcam presença no Pix as instituições de pagamento (IPs) (Gráfico 3.4.2),

²⁵ Segundo o art. 3º da Resolução BCB 1, instituições financeiras e instituições de pagamento que ofereçam conta transacional e possuam menos de quinhentas mil contas de clientes ativas são facultadas a aderir ao Pix.

inclusive aquelas que ainda não atingiram os parâmetros para requerer autorização de funcionamento junto ao BC. A oferta por diversos tipos de participantes vem contribuindo para o elevado uso do Pix, para a oferta de soluções especializadas em determinados nichos da sociedade e para a democratização do acesso a meios eletrônicos de pagamento. A tendência é que o número de participantes continue crescendo nos próximos anos, fomentando ainda mais a competição no ecossistema.

Gráfico 3.4.2 – Participantes por segmento

Quantidade e proporção de instituições
Dez/22



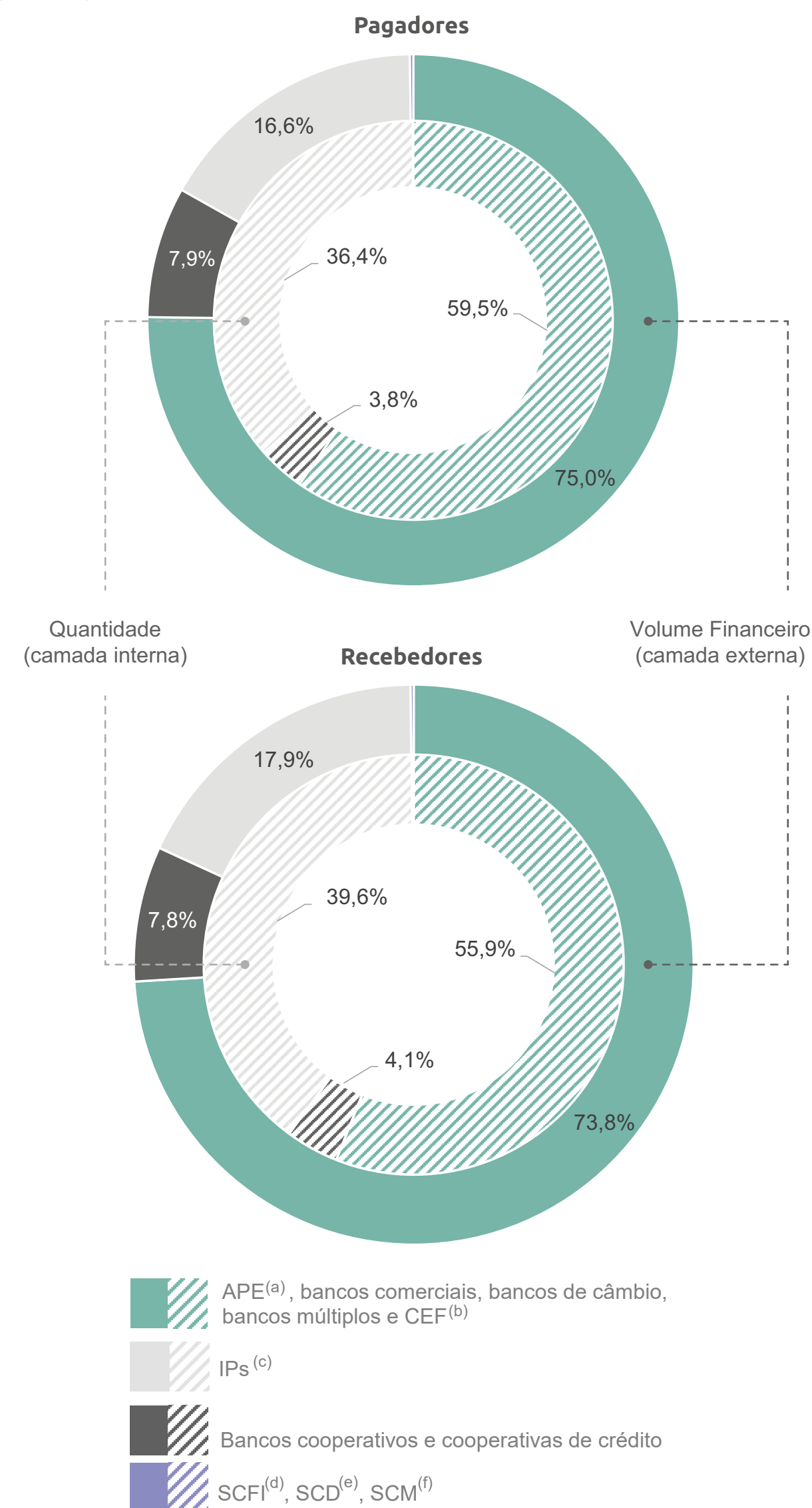
Fonte: BC

Nota: (a) Associação de Poupança e Empréstimo; (b) Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento; (c) Sociedade de Crédito ao Microempreendedor; (d) Sociedade de Crédito Direto; (e) Caixa Econômica Federal; (f) Instituições de Pagamento.

O segmento composto por bancos não apenas detém a maior quantidade de contas transacionais como também foi responsável por maior quantidade de transações e maior volume financeiro no Pix, quando considerado o período entre novembro de 2020 e dezembro de 2022. As cooperativas de crédito e os bancos cooperativos representaram aproximadamente 77% dos participantes, detendo cerca de 3,8% das transações e aproximadamente 8% do volume financeiro total. Por outro lado, associação de poupança e empréstimo (APE), bancos comerciais, bancos de câmbio, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal (CEF) representaram 8% dos participantes, sendo responsável por aproximadamente 60% das transações e cerca de 75% do volume financeiro total. Finalmente, o segmento de instituições de pagamento representava 11,3% dos participantes, com 36,4% das transações e mais de 16,6% do volume financeiro total (gráficos 3.4.2 e 3.4.3).

Gráfico 3.4.3 – Participação nas transações

Nov/22 a dez/22



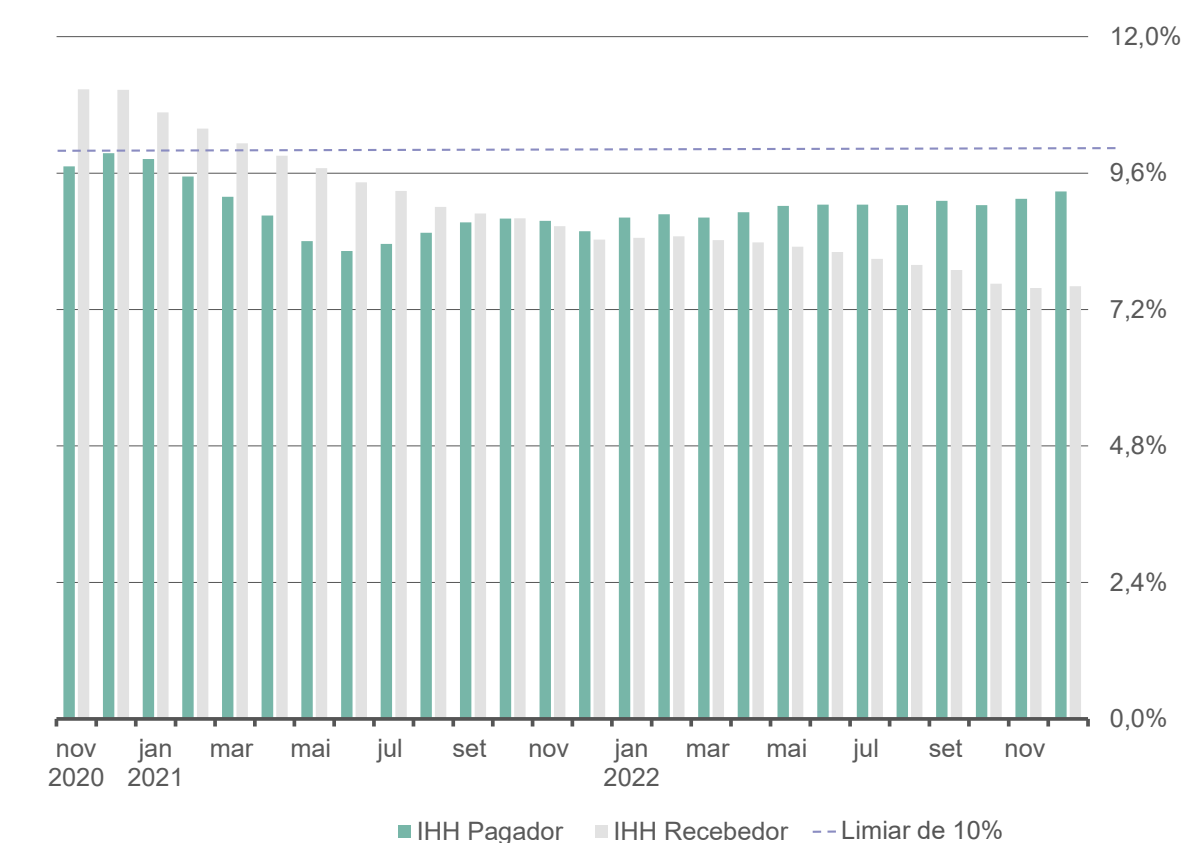
Fonte: BC

Nota: (a) Associação de Poupança e Empréstimo; (b) Caixa Econômica Federal; (c) Instituições de Pagamento; (d) Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento; (e) Sociedade de Crédito Direto; (f) Sociedade de Crédito ao Microempreendedor.

A oferta do Pix por diversos tipos de participantes tem sido importante fator para promover maior competição no ecossistema. A medida de concentração utilizada na análise foi o Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH)²⁶ das transações Pix liquidadas no SPI, que revelou baixa concentração de transações (Gráfico 3.4.4) e de volume financeiro (Gráfico 3.4.5) entre os participantes do Pix, tanto na ponta pagadora quanto na ponta recebedora, indicando baixa concentração no ecossistema. Esse índice apresentou melhora ao longo do tempo, especialmente quando considerados os índices de concentração de valor das transações de ambos, pagadores e recebedores, à medida que novos participantes foram aderindo ao Pix e que participantes menores foram ganhando mercado.

Gráfico 3.4.4 – Evolução do IHH dos participantes do Pix

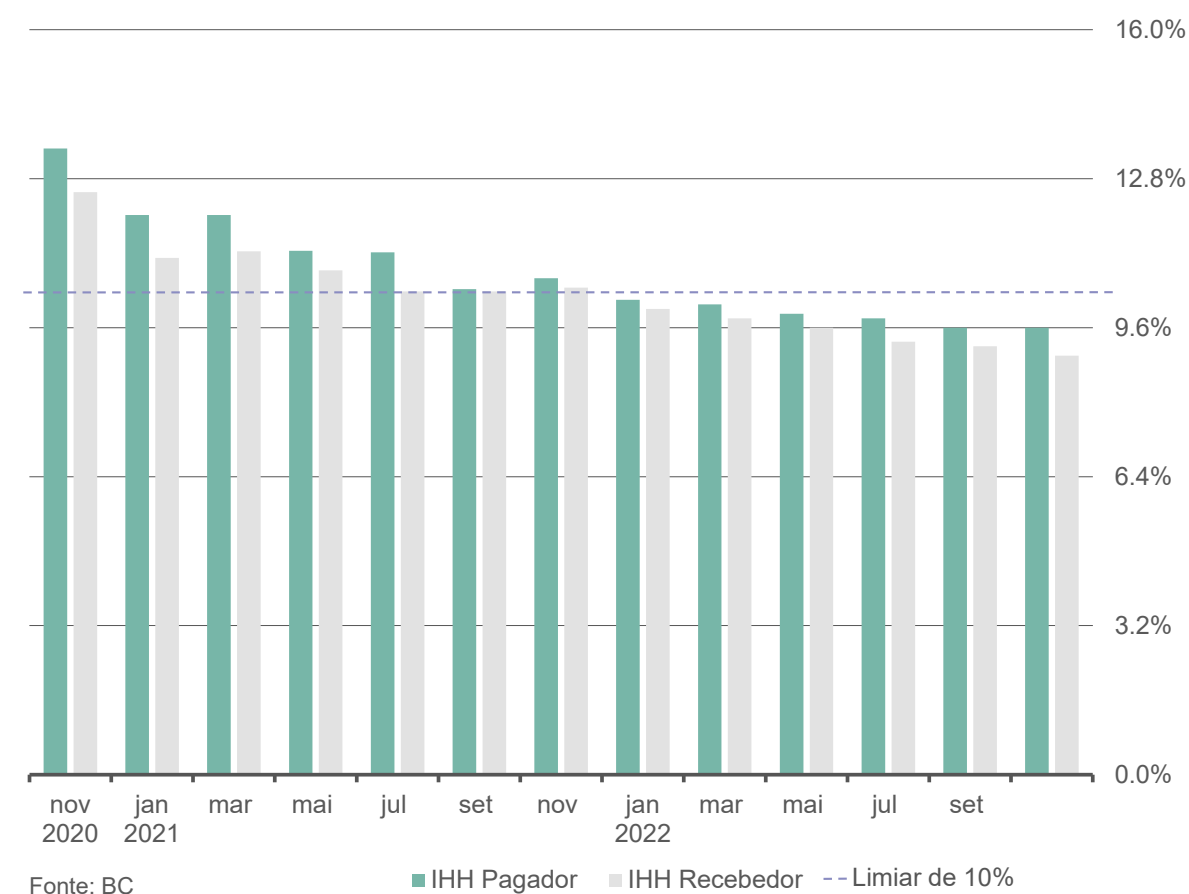
Por quantidade de transações



Fonte: BC

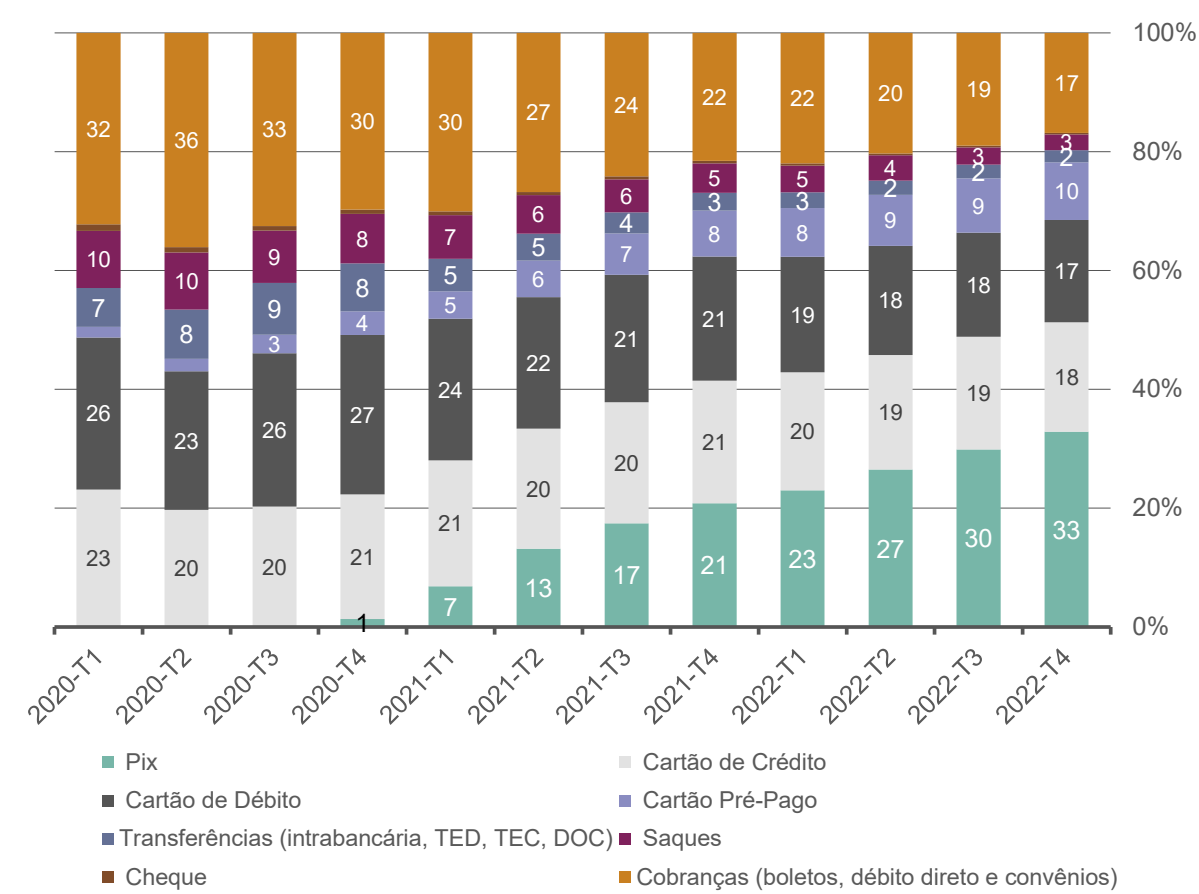
²⁶ O IHH é uma medida de concentração de um determinado mercado. Para mais informações, consultar o Guia para Análise de Atos de Concentração, divulgado pelo Comunicado 22.366, de 27 de abril de 2012. Resultados do IHH entre 0% e 10% indicam baixa concentração; entre 10% e 18% indicam moderada concentração; e entre 18% e 100% indicam elevada concentração.

Gráfico 3.4.5 – Evolução do IHH dos participantes do Pix
Por valor das transações



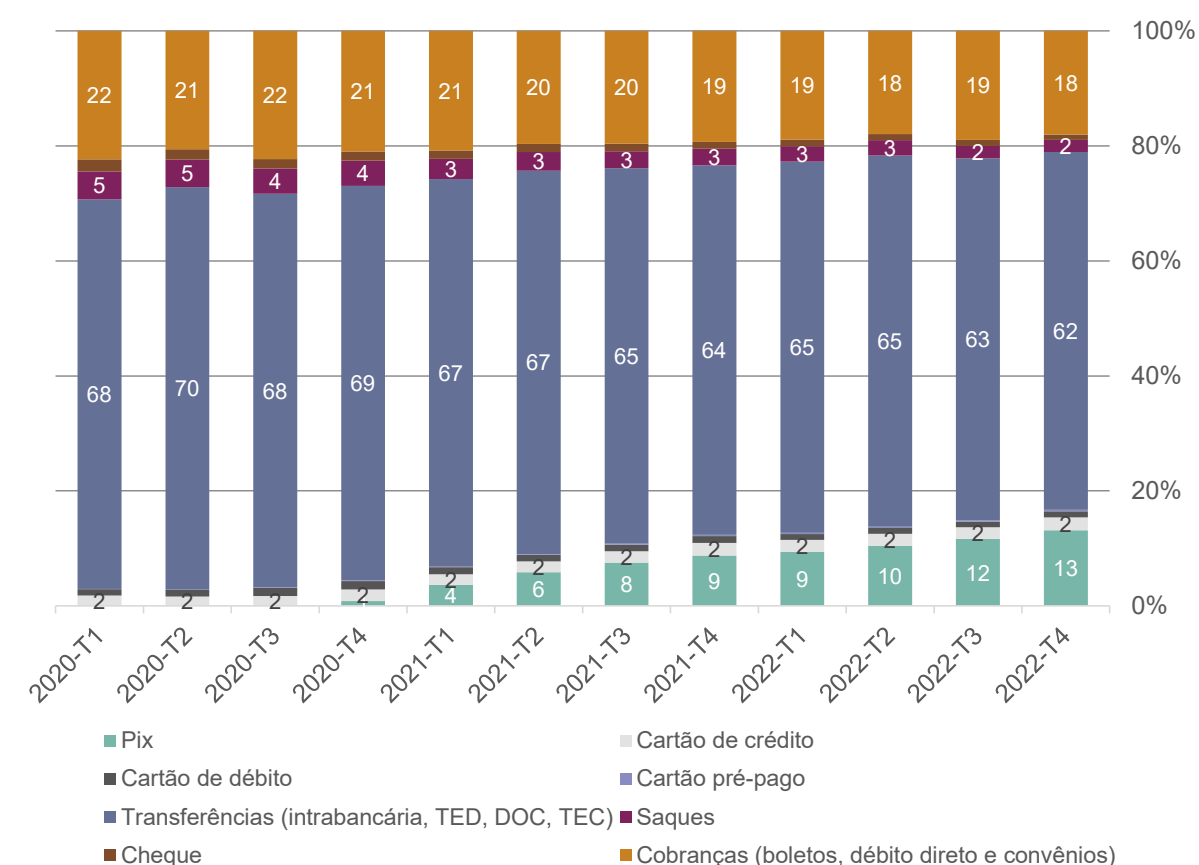
Fonte: BC

Gráfico 3.5.1 – Quantidade de transações
Participação por instrumento de varejo



Fonte: BC e CIP

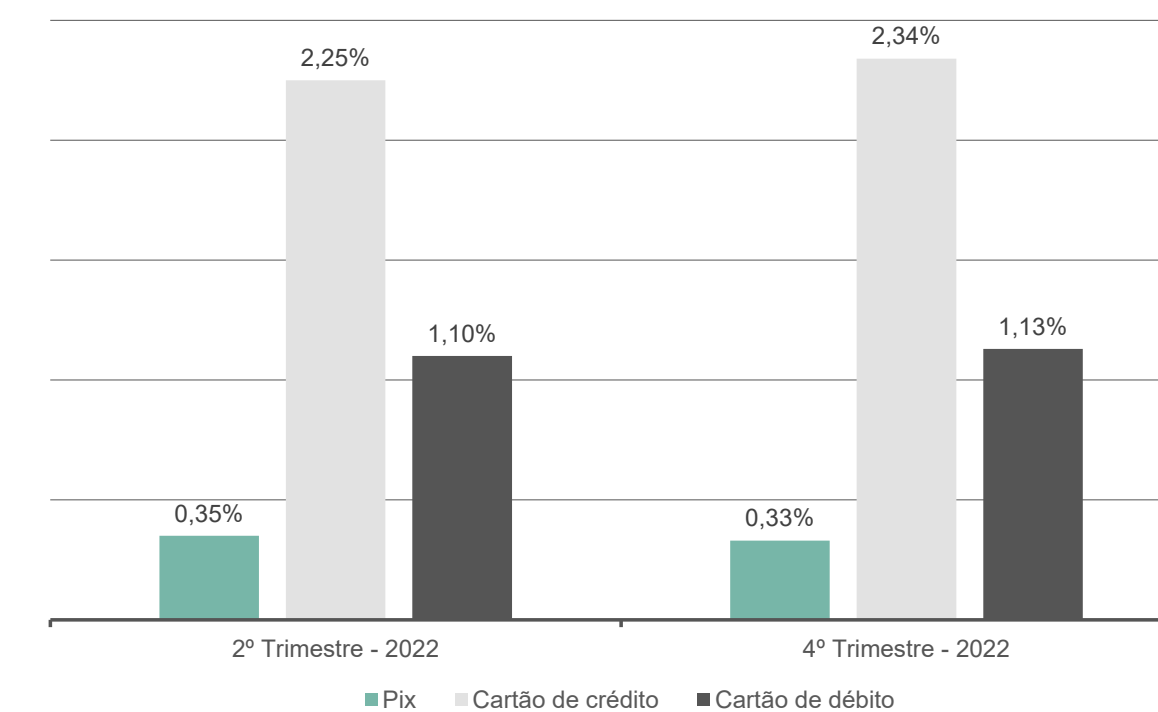
Gráfico 3.5.2 – Valor das transações
Participação por instrumento de varejo



Fonte: BC e CIP

que o custo médio para o recebimento por Pix²⁸ por empresas foi de 0,33% por transação, frente a 1,13% do cartão de débito e 2,34% do cartão de crédito, o que demonstra que o Pix, além de ser um meio de pagamento que permite o recebimento dos recursos instantaneamente, é também uma alternativa mais barata para os recebedores (Gráfico 3.5.3).

Gráfico 3.5.3 – Custo médio de recebimento para as empresas, por transação
Pix, cartão de crédito e cartão de débito



Fonte: BC

3.5 O Pix inserido no mercado de pagamentos de varejo

O Pix foi criado de forma a suprir diversas lacunas existentes nos instrumentos de pagamento disponíveis para a população brasileira. As características com que foi desenhado e a estratégia de implementação adotada vêm contribuindo para o seu amplo uso. Já no mês de seu lançamento, em novembro de 2020, a quantidade de transações realizadas via Pix superou as realizadas via DOC. Em janeiro de 2021, foi a vez de a TED ficar para trás, seguida pelo boleto, em março do mesmo ano. O Pix alcançou 3,9 bilhões de operações no último trimestre de 2021 (Gráfico 3.1.1), o dobro do número de transações de DOC, TED, TEC, cheque e boleto somados. Já no primeiro trimestre de 2022, com 4,3 bilhões de transações (Gráfico 3.1.1), o Pix tornou-se o instrumento de pagamento eletrônico mais utilizado, superando inclusive os cartões de crédito e de débito (Gráfico 3.5.1). Em função da expressividade de transferências de baixo valor, conforme explorado na seção 3.1, apesar de representar 33% do total de transações dos meios de pagamentos de varejo,²⁷ o Pix representou 13% do volume financeiro total transacionado no último trimestre de 2022. Em contraste, a TED ainda se mantém como o instrumento com o maior volume financeiro transacionado no último trimestre de 2022 (Gráfico 3.5.2).

²⁷ Os instrumentos de pagamentos de varejo considerados são: cartão de crédito, cartão de débito, cartão pré-pago, convênio de arrecadação, boleto, débito direto (também conhecido como débito em conta e débito automático), DOC, TEC, cheque, saque, TED, transferências intrabancárias (transferências em que o pagador e o recebedor são clientes de uma mesma instituição) e Pix.

Um dos fatores preponderantes para a escolha do Pix por usuários recebedores (empresas e estabelecimentos comerciais) é o baixo custo quando comparado a outros meios de pagamento. Dados do quarto trimestre de 2022 apontam

4. O Futuro do Pix

4.1 Agenda evolutiva 2023

Além do aprimoramento dos produtos já disponíveis, novas funcionalidades e novos produtos serão agregados nos próximos anos, promovendo a evolução contínua e permanente do Pix de forma a atender cada vez melhor às necessidades de pagamento de pessoas, de empresas e de entes governamentais. O objetivo do aprimoramento evolutivo é ampliar os casos de uso atendidos pelo Pix e alavancar ainda mais o seu uso. O Pix foi criado para permitir que qualquer transferência ou qualquer pagamento realizados hoje no Brasil possam ser feitos por meio dele.

A seguir, são detalhados produtos e funcionalidades previstos para serem desenvolvidos em 2023.

²⁸ O critério utilizado para o cálculo do custo do Pix corresponde à relação entre as receitas provenientes de cobrança de transações Pix recebidas por empresas, informadas pelos participantes, e o total dessas transações, registrado nos sistemas internos do BC e também declarado pelos participantes.

4.1.1 Pix Automático

O Pix permitirá a realização de pagamentos recorrentes de forma automática, mediante autorização prévia do usuário pagador, sem a necessidade de que o usuário autentique a transação a cada mês. Essa funcionalidade, chamada de Pix Automático, trará maior facilidade para a realização de pagamentos recorrentes, eliminando a necessidade de o usuário pagador ter que agendar e/ou efetuar o pagamento a cada transação individualmente, minimizando, assim, o risco de que o pagamento não seja realizado por esquecimento do pagador, e que este incorra em custos com multas e juros pelo atraso. Será uma modalidade de pagamento muito conveniente aos usuários, reduzindo fricções. Para o recebedor, o principal benefício será permitir que clientes com conta em qualquer participante do Pix possam colocar pagamentos recorrentes para serem liquidados de forma automática, eliminando a necessidade de abrir contas e estabelecer convênios bilaterais de arrecadação com cada uma dessas instituições.

O Pix Automático será desenvolvido de forma bastante flexível, para atender à multiplicidade de negócios em suas diferentes necessidades e para oportunizar que múltiplos agentes possam ofertar a solução aos recebedores, estimulando a competição. Acredita-se que isso permitirá alcançar parcela maior de pagadores e recebedores em vários segmentos do mercado. Dada a maior quantidade de agentes aptos a oferecer a solução aos recebedores, espera-se que o custo também seja menor do que o atualmente observado na oferta de serviços similares.

Além disso, a padronização de regras, de procedimentos operacionais e de fluxos informacionais e financeiros trará mais eficiência ao processo, simplificando a operacionalização e o controle do processo de cobrança e reduzindo os custos para os recebedores. Espera-se que o produto seja utilizado por empresas concessionárias de serviço público e por empresas que ofertem produtos ou serviços que demandem pagamentos recorrentes, como instituições de ensino, academias, clubes de assinatura (*on-line* e *off-line*), serviços de *streaming*, planos de saúde, seguros, administradores de condomínios, clubes, portais de notícia, operações de crédito, entre outros. Apesar de as especificações e o desenvolvimento desse novo produto estarem previstos para acontecer ao longo de 2023, estima-se que o seu lançamento ocorrerá em 2024.

4.1.2 Canal secundário para transações não prioritárias

Do ponto de vista da infraestrutura tecnológica do Pix, encontra-se em desenvolvimento um canal específico para o processamento de pagamentos não prioritários, o canal secundário de transmissão de mensagens, que entrará em operação em outubro de 2023. Com a possibilidade de agendamento de

um Pix, a instituição pagadora retém ordens de pagamento em seus sistemas até a data agendada. O envio dessas transações ao BC pode acarretar acúmulo de grandes lotes de pagamento para um mesmo horário e sobrecarga de processamento. Para racionalizar o processamento de pagamentos em que a disponibilização instantânea dos recursos na conta do recebedor não é essencial, como no caso de pagamentos agendados, e evitar a concorrência com pagamentos que, de fato, precisam ser liquidados em poucos segundos, será criado o canal secundário para transações não prioritárias.

4.1.3 Mecanismos de segurança

Como já mencionado, a agenda de aprimoramentos relacionados à segurança no Pix é um trabalho contínuo e permanente do BC e envolve múltiplos agentes externos. Para 2023, destacam-se as melhorias previstas em relação às informações de segurança relacionadas às chaves Pix, que são armazenadas no BC e compartilhadas com todos os participantes. Serão criados novos campos, de forma a possibilitar que as instituições melhorem os registros relacionados a transações fraudulentas. Adicionalmente, as informações disponibilizadas na consulta de chave ou de usuários para fins de segurança serão reformuladas, passando a apresentar informações mais relevantes e abrangendo um maior período. Tais aperfeiçoamentos visam a proporcionar melhores subsídios às instituições de forma a auxiliar na prevenção a fraudes.

4.2 Visão de futuro

4.2.1 O Pix não para

O Pix foi desenvolvido, desde sua origem, com a finalidade de atender aos mais variados casos de uso e contou com o envolvimento dos mais diversos agentes econômicos da sociedade brasileira, de forma a disponibilizar um meio de pagamento multipropósito, com potencial de universalidade na utilização.

Com o Pix, o BC é capaz de intervir ativamente na consecução de múltiplos objetivos públicos, estimulando um ambiente competitivo, os efeitos de rede, a cooperação técnica entre os atores do mercado e as economias de escala.

Inovador em sua essência, o Pix ainda não atingiu todo o seu potencial. Muito embora seja reconhecida a sua versatilidade relativamente aos demais instrumentos de pagamento disponíveis no Brasil, ainda existem alguns desafios para que a sua plena utilização e a sua disponibilização para todas as necessidades de pagamento sejam alcançadas.

Mesmo que o uso do Pix já esteja consolidado pela população enquanto instrumento de transferência entre contas, e que sua infraestrutura já permita

diversas outras inovações, ainda falta superar alguns obstáculos. Parte dessas barreiras está relacionada aos hábitos de uso dos pagadores já acostumados a escolher outros instrumentos de pagamento no seu dia a dia, principalmente para o pagamento de contas e para a realização de compras. A mudança de hábito de uso de meios de pagamento envolve tempo para absorção e para compreensão de como usá-lo e dos benefícios proporcionados pelo novo instrumento, como é o caso do Pix. Isso requer ações educacionais do BC e dos participantes, desenvolvimento de novas dinâmicas de uso do Pix e correção de incentivos não eficientes para seu uso.

Para os recebedores, principalmente empresas e entes governamentais, ainda existe o desafio de gerar, de forma eficiente, cobranças em lote e de adaptar os sistemas internos dos emissores de cobrança, para a automatização dos processos. O Pix disponibiliza a facilidade de integração de sistemas, mas o processo exige desenvolvimento tecnológico por parte das empresas de soluções de automação comercial e de gestão empresarial (como os sistemas ERPs e PDVs). Outra questão relaciona-se aos pagamentos nos pontos de venda, tanto físicos quanto eletrônicos, que envolvem a necessidade de desenvolvimentos tecnológicos por parte de empresas de *software* de automação comercial e de ações de integração e de sinalização pelas empresas, o que também demanda tempo de adaptação.

Vencidos esses desafios, o BC tem a expectativa de que as pessoas e sobretudo as empresas possam utilizar a estrutura e a tecnologia oferecidas pelo Pix de forma mais criativa, sem a necessidade de adaptar o seu uso aos mecanismos preexistentes, muitas vezes provenientes de outras funcionalidades ou de outras formas de pagamento. O Pix contempla um ferramental inovador e, como tal, deve ser disruptivo em relação ao que já existe, possibilitando, por exemplo, formas inovadoras para pagamentos de compras, como autoatendimentos que dispensam filas em pontos únicos, entre outros.

Em suma, as ações presentes e futuras do BC são e serão guiadas com o objetivo de permitir que pagadores e recebedores tenham a opção de escolher o Pix para todo e qualquer pagamento a ser realizado, independentemente do valor da transação e do caso de uso. Entre as possibilidades futuras de evolução do Pix, há diversos produtos e funcionalidades que facilitarão ainda mais o uso do Pix nas situações de pagamentos de contas e de compras, que são tipicamente transações entre pessoas e empresas. O BC se empenha para que o Pix seja um instrumento para promoção da competição, da inclusão financeira e da transparência na prestação de serviços de pagamentos, e para que seja capaz de contribuir para um mercado de pagamentos de varejo mais eficiente.

4.2.2 A (r)evolução continua

Os produtos e as funcionalidades a serem desenvolvidos no contexto da agenda evolutiva para os próximos anos devem impulsionar mais intensamente o Pix, enquanto instrumento de pagamento universal. A intenção é que o Pix passe, efetivamente, a atender a situações e casos de uso ainda não cobertos e que aprimore a experiência de pagamento dos usuários, atendendo à demanda da sociedade.

Entre as possibilidades de desenvolvimentos futuros, está o uso de outras formas de iniciação que permitam que o pagador esteja sem conectividade à internet para realizar transações Pix, o que tem potencial de ampliar o acesso e dar mais comodidade ao usuário, estimulando novas dinâmicas de uso e a substituição de meios de pagamento menos eficientes. A chegada da tecnologia 5G no Brasil traz ainda mais oportunidades para o desenvolvimento de processos e de soluções de qualidade para o mercado de pagamentos de varejo. A capacidade de processamento das transações em menor intervalo de tempo permitirá a potencialização do uso dos instrumentos digitais, como o Pix. Há, ainda, espaço para estudar formas alternativas de iniciação de pagamentos, por exemplo, com uso de tecnologia por aproximação – NFC, RFID, *bluetooth*, biometria e outras. O uso de novas tecnologias que tornam a experiência de pagamento ainda mais rápida pode ser benéfico principalmente em alguns casos de uso específicos, como pagamentos de pedágios em rodovias, estacionamentos e transporte público. Muitos negócios que hoje não realizados pela falta de “conectividade” poderão ser viabilizados instantaneamente, de forma simples, segura e com menor custo.

Há, ainda, a possibilidade de estabelecer regras padronizadas que viabilizem a utilização de mecanismos de garantia vinculados às transações de pagamento, possibilitando que o Pix seja utilizado para pagamentos a prazo ou parcelados, mitigando o risco de crédito do recebedor em eventuais situações de inadimplência do pagador. Adicionalmente, o BC vem acompanhando a oferta, por alguns agentes privados, de soluções próprias que, na experiência do usuário pagador, viabilizam o parcelamento com Pix. Não há um modelo único sendo praticado. Há, por exemplo, soluções que vinculam uma concessão de crédito pessoal à transação Pix e soluções que permitem o pagamento de uma transação Pix na fatura do cartão de crédito. O BC monitora a evolução desse mercado e o uso dessas soluções, podendo, futuramente, caso julgue necessário, decidir pela criação de um produto único ou pela definição de regras mínimas a serem observadas pelas instituições.

O Pix também poderá permitir, no futuro, a integração com sistemas de pagamentos instantâneos internacionais, viabilizando a realização de transações transfronteiriças entre o Brasil e outros países, como remessas, pagamentos entre empresas e pagamentos de compras de bens e de serviços no exterior. O BC vem acompanhando iniciativas ao redor do mundo, e o Pix

já foi desenvolvido para facilitar esse tipo de conexão, adotando padrões internacionais de comunicação.

Certamente outros produtos e funcionalidades serão ainda vislumbrados e desenvolvidos conforme as demandas da sociedade e os aperfeiçoamentos estruturais e tecnológicos vindouros. Fato é que as inovações já experimentadas abriram caminho para a transformação digital nos meios de pagamento, não sendo mais possível retroceder.

Nesse contexto, o BC, no exercício de seus papéis, além do importante acompanhamento do mercado de varejo interno, deve se valer da inserção do Brasil no contexto internacional, avaliando a necessidade da internalização das melhores práticas internacionais, que podem ser incorporadas, de forma adaptada, à realidade nacional.

Muitas novidades ainda serão implementadas. A revolução iniciada em 2020 foi apenas o começo.

SUMÁRIO

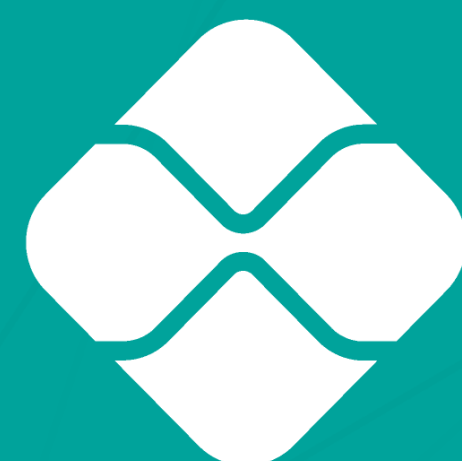
APRESENTAÇÃO

IDEALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO

NÚMEROS

FUTURO



pix
powered by Banco Central

